

PLANO DIRETOR TRÊS BARRAS DO PARANÁ

**Análise Temática Integrada
Volume II**

2020-2030





PREFEITO MUNICIPAL
Gerson Francisco Gusso

VICE PREFEITO
Nerceu de Souza

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Cleberson Bordin



**AVALIAÇÃO TEMÁTICA PROPOSTA
VOLUME II**

PLANO DIRETOR

TRÊS BARRAS DO PARANÁ



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JÚNIOR – Governador

SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Lucio Tasso – Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

Augustinho Zuccchi – Superintendente

Álvaro José Cabrini Junior – Superintendente executivo

José Elizeu Chociai – Diretor de Administração e Finanças

Camila Mileke Scucato – Diretora de Operação

Fabio Fumagalli Vilhena de Paiva – Coordenador ER Maringá

Rafael Gustavo Mansani – Coordenador ER Ponta Grossa

Francisco Luis dos Santos – Coordenador ER Região Metropolitana e Litoral

Américo Megumy Nonaka – Coordenador ER Cascavel

Celso Carlos Carollo Silvestri – Coordenador ER Guarapuava

José Ricardo Mattos do Amaral – Coordenador ER Londrina

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Maristela de Paula Muller

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Prefeito Gerson Francisco Gusso

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL – GESTÃO 2021/2024

COORDENADOR MUNICIPAL

Jean Carlos de Lima – Engenharia



TITULARES:

Clebeson Bordim – Administração
Maria Cristina Gusso – Ação Social
Marlete Dal magro – Agricultura
Alice Cristiane Guimaraes Zancheta – Meio Ambiente
Eliza Bortolanza – Educação
Janaina Aparecida Valmorbida Morosini – Cultura
Valdenir Aparecido Rodrigues – Esporte
Marlice Cristina Mariano – Recursos Humanos
Edenilson Gianini – Tributação
Carmen Brandini Fongaro – Finanças
Cristian Ludwig – Indústria e Comércio
Débora Nádia Pilati Vidor – Saúde
Waldir Antônio Todescatto – Viação e Obras
Antônio Adair Lischuischy Junior – Câmara de Vereadores

SUPLENTE:

Camila Cristina Theisen – Engenharia
Carlos Sniezko – Administração
Sandra Franceschini Pizzato – Ação Social
João Batista de Souza – Agricultura
Juliane Brunetto Santos – Meio Ambiente
Márcio Andriago Bruschi – Educação
Jéssica Fernanda Bilatto de Freitas – Cultura
Robson Mencatto – Esporte
Cleoza Zanqueta – Recursos Humanos
Lair Matiazzi – Tributação
Luana Cristina Reffatti – Finanças
Douglas Poltronieri – Indústria e Comércio
Delina Gomes da Silva Oenning – Saúde
José Luiz Berns – Viação e Obras
Sérgio Fernandes – Câmara de Vereadores



EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA

CTMGEO – SOLUÇÕES EM GEOTECNOLOGIAS

Coordenação Geral

Silmara Terezinha Brambilla - Arquiteta e Urbanista – CAU A-49203-5.

Técnicos:

Máicon Altir Canal - Engenheiro Civil – CREA-PR 114094/D.

Tainã Lopes Simoni - Arquiteta e Urbanista - CAU-A54549-0.

Ana Luisa de Andrade - Analista de Geoprocessamento.

Ana Paula Silva - Analista de Geoprocessamento.

Juliana Gonzato - Analista de Geoprocessamento.

Suellen Barth dos Santos - Analista de Geoprocessamento.

Cleiton Luiz Siqueira - Bacharel em Ciência da Computação.

Gilvano Colombo - Advogado – OAB/PR 26043.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município no Paraná	21
Figura 2 – Municípios limítrofes	22
Figura 3 – Localização do município no Paraná.	23
Figura 4 – Hierarquia de centralidade dos municípios da mesorregião oeste paranaense. ...	24
Figura 5 – Destaque ao município na centralidade dos municípios da mesorregião oeste paranaense.	25
Figura 6 – Municípios integrantes da Microrregião Geográfica Cascavel	26
Figura 7 – Municípios pertencentes a AMOP.	27
Figura 8 – 10ª Regional de Saúde – Cascavel.	29
Figura 9 – Classificação climática	31
Figura 10 – Temperatura média anual	32
Figura 11 – Precipitação média anual	32
Figura 12 – Umidade Relativa anual	33
Figura 13 – Direção predominante do vento	33
Figura 14 – Hipsometria Municipal	34
Figura 15 – Declividade Municipal	35
Figura 16 – Hipsometria Urbana	36
Figura 17 – Declividade Urbana	37
Figura 18 – Distribuição dos Planaltos Paranaenses	38
Figura 19 – Solo	43
Figura 20 – Cobertura Vegetal	45
Figura 21 – Arborização Urbana	47
Figura 22 – Recursos Hídricos	48
Figura 23 – Recursos Hídricos Municipal	49
Figura 24 – Bacias Hidrográficas	50
Figura 25 – Evolução urbana	63
Figura 26 – Mapa Geo da área urbana	64
Figura 27 – Uso do solo urbano	65
Figura 28 – Uso do solo rural	67
Figura 29 – Déficit habitacional absoluto	70
Figura 30 – Déficit habitacional relativo	71
Figura 31 – Domicílio improvisados	71
Figura 32 – Famílias conviventes	72
Figura 33 – Co-habitação disfarçada	72
Figura 34 – Conjuntos habitacionais	74



Figura 35 – Sistema viário regional	75
Figura 36 – Sistema viário municipal	76
Figura 37 – Sistema viário urbano	78
Figura 38 – Abastecimento de água na Mesorregião Oeste Paranaense.	79
Figura 39 – Esgotamento sanitário na Mesorregião Oeste Paranaense	81
Figura 40 – Rede de Coleta de Esgoto	82
Figura 41 – Pavimentação	83
Figura 42 – Sistema viário municipal	84
Figura 43 – Drenagem	85
Figura 44 – Coleta de lixo na Mesorregião Oeste Paranaense	86
Figura 45 – Resíduos sólidos	87
Figura 46 – Consumo de energia elétrica residencial e rural.	88
Figura 47 – Consumo de energia elétrica comercial e industrial	89
Figura 48 – Iluminação pública.	90
Figura 49 – Equipamentos Urbanos	91
Figura 50 – Abrangência da saúde	93
Figura 51 – Centro de Educação Infantil Anaju: CMEI	102
Figura 52 – Centro de Educação Infantil Sonho de Criança: CMEI	102
Figura 53 – Escola Municipal Angelina Segalla Dezan: Bairro Alto Campo	103
Figura 54 – Escola Municipal Carlos Gomes: Avenida Paraná	103
Figura 55 – Escola Municipal do Campo Abelardo Luz: Distrito de Barra Bonita	104
Figura 56 – Escola Municipal do Campo Salgado Filho: Distrito de Santo Izidoro	104
Figura 57 – Abrangência da educação	107
Figura 58 – Biblioteca Cidadã	108
Figura 59 – Praça central do município	110



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação entre a população urbana e rural, para o ano de 2010	52
Gráfico 2 – Relação entre a população do sexo masculino e feminino para o ano de 2010 ...	52
Gráfico 3 – Pirâmide etária do município de Três Barras do Paraná, para o ano de 2010.	52
Gráfico 4 – Escolaridade da população de 25 anos ou mais no município de Três Barras do Paraná, 2010	99
Gráfico 5 – Taxa Bruta de frequência escolar total e em graduações: município de	100
Gráfico 6 – Receita tributária de Três Barras do Paraná, em 2020	121



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução populacional do município de Três Barras do Paraná	51
Tabela 2 – Comparativo entre o IDH de 1991, 2000 e 2010 – município de Três Barras do Paraná e Estado do Paraná	54
Tabela 3 – PIB a preços correntes e per capita: Três Barras do Paraná e Catanduvas.	55
Tabela 4 – PIB – Três Barras do Paraná (segundo ramos de atividades) 2019.	56
Tabela 5 – Comparação de Distribuição de Ocupação Total – Três Barras do Paraná (2004-2010).	56
Tabela 6 – Comparativo de estabelecimentos e empregos por atividade econômica, 2010 e 2020.	57
Tabela 7 – Ranking: VBP de Três Barras do Paraná em 2019 e 2020	58
Tabela 8 – Comparativo produção agrícola municipal: soja, rendimento médio kg/ha.	58
Tabela 9 – Comparativo produção agrícola municipal: milho, rendimento médio kg/ha.	59
Tabela 10 – Número de estabelecimento por grupo da atividade econômica e condição legal das terras – ano 1995 - Três Barras do Paraná	59
Tabela 11 – Produção agrícola municipal: lavoura temporária 2020	60
Tabela 12 – Produção agrícola municipal: lavoura permanente 2020	60
Tabela 13 – Comparativo efetivo dos rebanhos por tipo (cabeças): Estado do Paraná e o município de Três Barras do Paraná, 2020	61
Tabela 14 – Produtos de origem animal	62
Tabela 15 – Número e área de estabelecimento agropecuários segundo categorias de proprietários rurais, Três Barras do Paraná - PR (2017)	66
Tabela 16 – Número de estabelecimento rurais segundo grupos de área por atividade econômica, Três Barras do Paraná (2017)	66
Tabela 17 – Utilização das terras em áreas, Três Barras do Paraná (2017)	68
Tabela 18 – Condição legal das terras, Três Barras do Paraná (2017)	68
Tabela 19 – Domicílios particulares permanentes: residentes por número de componentes – Três Barras do Paraná 2010	69
Tabela 20 – Famílias residentes por condição de ocupação: Três Barras do Paraná 2010. ...	69
Tabela 21 – Conjuntos habitacionais públicos em Três Barras do Paraná	73
Tabela 22 – Abastecimento de água em 2020	80
Tabela 23 – Óbitos segundo tipos de doenças, 2020	92
Tabela 24 – Unidades de atendimento	94
Tabela 25 – Quadro de funcionários	98
Tabela 26 – Comparativo taxa de analfabetismo e frequência de três barras do	100
Tabela 27 – Atendimento em entidade filantrópica: Três Barras do Paraná, 2022	100



Tabela 28 – Atendimento na rede municipal de ensino: Três Barras do Paraná 2022	101
Tabela 29 – Atendimento na Rede estadual de ensino: Três Barras do Paraná, 2022	101
Tabela 30 – Comparativo: evolução das receitas por categoria	118
Tabela 31 – Receitas próprias do município de Três Barras do Paraná (Valores em R\$)	119
Tabela 32 – Participação percentual de Tributos Municipais na Receita Corrente	120
Tabela 33 – Repasses de Receitas ao Município de Três Barras do Paraná, em 2018-2021 (R\$)	124
Tabela 34 – Comparativo Valor Adicionado: Ano Base, 2017-2020	125
Tabela 35 – Evolução do Valor Adicionado e Produção Agropecuária, 2017-2020.	126
Tabela 36 – Valor Adicionado dos setores da economia em relação ao município de Três Barras do Paraná, 2017-2020.	127
Tabela 37 – Participação do valor total da Produção Agropecuária (2017-2020)	129
Tabela 38 – Participação dos setores primário, secundário e terciário no Valor Adicionado do Estado do Paraná, em 2020	129



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AO PLANO DIRETOR	16
O PLANO DIRETOR E O ESTATUTO DA CIDADE	16
O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	19
1 ASPECTOS REGIONAIS	21
1.1 Origem de Três Barras do Paraná	21
1.2 Acessibilidade	22
1.3 Centralidade e Relação com Municípios Vizinhos	23
1.3.1 Microrregião Geográfica Cascavel	25
1.3.2 Associação dos Municípios do Oeste do Paraná	26
1.3.3 Regional de Saúde	28
1.3.4 Regional de Habitação	29
1.3.5 Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural	30
2 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS	31
2.1 Clima e Ar	31
2.2 Solo e Subsolo	34
2.2.1 Relevo	34
2.2.2 Geomorfologia	37
2.2.3 Classificação dos Solos	38
2.3 Cobertura Vegetal	43
2.4 Arborização Urbana	45
2.5 Hidrografia	47
3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	51
3.1 Demografia	51
3.2 Desenvolvimento Humano	53
3.3 Produto Interno Bruto - PIB	54
3.4 PIB por setor da economia	55
3.5 Emprego	56
3.6 Estabelecimentos e empregos na atividade econômica	57
3.7 Produção	57
3.8 Estabelecimentos por grupo de atividade econômica	59
3.9 Lavouras Temporárias	59



3.10 Lavouras Permanentes	60
3.11 Pecuária	61
3.12 Produtos de Origem Animal	61
4 ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	63
4.1 Uso e Ocupação do Solo	63
4.1.1 Espaço Urbano	63
4.1.2 Espaço Rural	65
4.2 Habitação	68
4.2.1 Densidade habitacional e condição de ocupação urbana	68
4.2.2 Déficit habitacional	69
4.2.3 Política Habitacional	73
4.3 Sistema viário	74
4.3.1 Regional	74
4.3.2 Municipal	75
4.3.3 Urbano	76
5 ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA	79
5.1 Abastecimento de Água	79
5.2 Esgotamento Sanitário	81
5.3 Drenagem de Águas Pluviais e Pavimentação	83
5.3.1 Pavimentação	83
5.3.2 Drenagem	84
5.4 Resíduos Sólidos	85
5.4.1 Varrição	87
5.5 Energia elétrica e iluminação pública	87
5.5.1 Energia elétrica	87
5.5.2 Iluminação Pública	89
5.6 Comunicação	90
5.6.1 Telefonia e Internet	90
5.6.2 Rádio e Televisão	91
5.6.3 Correios	91
6 ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	92
6.1 Saúde	92



6.1.1 Postos de Saúde	94
6.1.2 Programa Saúde da Família	95
6.1.3 Laboratório de Análises Clínicas	95
6.1.4 Serviço de Raios-X	95
6.1.5 Farmácia Municipal	95
6.1.6 Serviço de Odontologia	95
6.1.7 VISA – Vigilância, Inspeção Sanitária e Apreensão	96
6.1.8 Departamento Administrativo	98
6.2 Educação	99
6.2.1 Rede Escolar	100
6.2.2 Entidade Escola	105
6.2.3 Educação Especial	105
6.2.4 Projetos e Programas	105
6.2.5 Transporte escolar	105
6.2.6 Merenda Escolar	106
6.2.7 Principais Problemas	106
6.3 Cultura	107
6.4 Esporte e Lazer	109
6.4.1 Lazer e turismo	110
6.5 Assistência Social	111
6.5.1 Programas e Ações	112
6.5.2 Equipamentos	114
6.6 Segurança	114
6.7 Serviços Funerários	114
7 ASPECTOS INSTITUCIONAIS	116
7.1 Estrutura Administrativa	116
8 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	117
9 AVALIAÇÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS	118
9.1 Receita de Arrecadação Própria	118
9.2 Receitas tributárias	119
9.3 os setores de gestão, planejamento, finanças e obras	122
9.4 O controle de patrimônio	122



9.5 Normas e trâmite de procedimentos administrativos e o arquivo de processos	123
9.6 Regime de previdência	123
9.7 Equipamentos de informática dos softwares	123
9.8 Sistema de informação municipal	123
9.9 Repasses estaduais para o Município de Três Barras do Paraná	124
9.10 Valor adicionado do Município de Três Barras do Paraná	125
9.10.1 Comparativo: resumo dos índices do município (ICMS)	125
9.10.2 Evolução do Valor Adicionado e do Valor da Produção Agropecuária	126
9.11 Participação dos setores da economia no valor adicionado	126
9.11.1 Setor Primário	126
9.11.2 Setor Secundário	127
9.11.3 Setor Terciário	128
9.12 Produção agropecuária no município	128
REFERÊNCIAS	130



INTRODUÇÃO AO PLANO DIRETOR

O município de Três Barras do Paraná foi fundado em 1980 e é um município brasileiro do estado do Paraná. Sua população em 2010 era de 11.824 habitantes representando 0,10% da população do estado, sendo 6.095 habitantes na zona urbana (51,54%) e 5.729 habitantes na zona rural (48,45%). Sua estimativa segundo o IBGE para 2021 é de 12.036 habitantes.

O nome deriva de a cidade ter sido fundada no local onde havia três nascentes de rios que se juntavam, formando o rio Três Barras. A povoação da qual se originou o município de Três Barras do Paraná denominava-se encruzo.

A história da povoação de Três Barras do Paraná está intimamente ligada à de Catanduvas. A partir da década de quarenta ocorreu forte fluxo migratório para região oeste, notadamente de famílias rio-grandenses e catarinenses.

Isto contribuiu para que os espaços vazios fossem preenchidos e a agricultura desenvolvida, trazendo progresso, estabilidade social e cultural à localidade. Em 1966, através da Lei municipal foi criado o Distrito Administrativo de Três Barras.

Pela Lei Estadual nº 7305, de 13 de maio de 1980, foi criado o Município, com território desmembrado de Catanduvas e a denominação alterada para Três Barras do Paraná. A instalação oficial deu-se no dia 01 de fevereiro de 1983.

O PLANO DIRETOR E O ESTATUTO DA CIDADE

A Lei nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade publicada no Diário Oficial da União em 10 de julho de 2001 veio regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana e instituindo os instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, da defesa da função social da propriedade urbana. Os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor são:

- ✓ Da função social da propriedade;
- ✓ Do desenvolvimento sustentável;
- ✓ Das funções sociais da cidade;
- ✓ Da igualdade e da justiça social;
- ✓ Da participação popular.



No seu art. 2º estabelece as diretrizes gerais que deverão nortear a política urbana:

- ✓ Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- ✓ Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- ✓ Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
- ✓ A retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deteriorização das áreas urbanizadas;
- ✓ Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenham resultado a valorização de imóveis urbanos, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

O Estatuto da Cidade define o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão da cidade e considera que “o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas” (art.40 §1º).

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. O Plano Diretor parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização. O objetivo do Plano Diretor não é resolver todos os problemas da cidade, mas atuar como um instrumento para a definição de uma estratégia para a intervenção imediata, estabelecendo poucos e claros princípios de ação para o conjunto dos agentes envolvidos na construção da cidade, servindo de base para a gestão pactuada da cidade.



Estabelece que o Plano Diretor deverá englobar todo o território do município e é obrigatório para cidades onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no §4º do art. 182 da Constituição Federal.

Texto extraído do documento Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos.

Das possibilidades abertas pela legislação são destaques:

- ✓ parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano não edificado;
- ✓ direito de superfície;
- ✓ IPTU progressivo no tempo;
- ✓ desapropriação com pagamento em títulos;
- ✓ usucapião especial do imóvel urbano;
- ✓ direito de preempção;
- ✓ outorga onerosa do direito de construir;
- ✓ operações urbanas consorciadas;
- ✓ transferência do direito de construir;
- ✓ estudo de impacto de vizinhança;
- ✓ consórcio imobiliário.

É interessante observar que a utilização desses instrumentos está sempre vinculada à existência do Plano Diretor, o qual deverá ser discutido com a população em audiências públicas, revisto a cada dez anos e possuir um sistema de acompanhamento e controle. Foi dado o prazo de cinco anos a partir da data de publicação da lei, para que os municípios aprovelem seus planos diretores. Os instrumentos que integram a lei possibilitam novos arranjos para o desenvolvimento urbano, entre eles:

1. Com a criação dos institutos do parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano não edificado, a definição de áreas urbanas adensáveis e não adensáveis, segundo a disponibilidade de infraestrutura urbana, associada à definição de parâmetros mínimos e máximos de utilização, para evitar a ocupação urbana de áreas não suficientemente equipadas, bem como a retenção especulativa de imóveis vagos ou subutilizados em áreas urbanas com infraestrutura;

2. Com a transferência do direito de construir, a possibilidade de definição de áreas especiais para proteção ambiental ou para proteção do patrimônio cultural,



associada à autorização para transferência do seu potencial construtivo, possibilitando a realização desse potencial e de seu valor em outro local;

3. A definição de áreas especiais destinadas à habitação de interesse social, onde poderá ser exigida sua urbanização ou ocupação compulsórias, para essa finalidade, sob pena de imposto territorial ou predial progressivo ou ato de desapropriação, com pagamento em títulos da dívida pública;

4. A autorização para outorga de direito de construir, com sua contrapartida de interesse social como fonte de novos recursos financeiros para habitação de interesse social, ou para equipamentos de infraestrutura urbana ou para programas de reurbanização;

5. A realização de Estudos de Impacto de Vizinhança – EIV - para empreendimentos que, pelo seu porte ou atividade, possam causar algum tipo de impacto no seu entorno e exigência de reparação dos eventuais impactos sobre o ambiente urbano como fonte de novos recursos para infraestrutura urbana, além da eventual contrapartida por danos a interesses difusos.

Uma inovação importante contida na legislação é a obrigatoriedade da participação popular no processo de elaboração dos Planos Diretores, garantindo que os diversos segmentos sociais participem nas atividades de planejar e gerir as políticas urbanas e territoriais. Nesse sentido, o Plano Diretor é uma oportunidade para estabelecer um processo permanente de planejamento, avaliando ações e corrigindo rumos.

O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

A participação da sociedade no processo de elaboração do Plano implica na difusão das informações sobre o seu conteúdo e andamento. Para isso é importante a definição da política de comunicação do PLANO DIRETOR MUNICIPAL, de forma a:

- ✓ criar uma consciência coletiva sobre a necessidade de participar e apoiar o plano;
- ✓ explicar de forma clara o propósito do processo de planejamento e seus conceitos mais significativos;
- ✓ difundir os conteúdos e resultados do processo de planejamento;
- ✓ envolver os diversos meios de comunicação da cidade na difusão do processo de planejamento.



Nesse sentido, além das três Audiências Públicas estabelecidas pelo Termo de Referência, os relatórios produzidos pela consultoria foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para consulta e sugestões durante o processo de elaboração do plano, assim como foram realizadas reuniões com segmentos específicos da sociedade para o esclarecimento de dúvidas durante a elaboração do plano. A programação das Audiências Públicas foi estruturada em duas partes:

- ✓ 1ª - exposição pela equipe contratada sobre a etapa em andamento do Plano e,
- ✓ 2ª - realização de dinâmicas de grupo com o objetivo de garantir uma efetiva participação da população. As dinâmicas de grupo se realizada nas quatro audiências públicas diferenciadas segundo o objetivo de cada uma delas:
 - 1ª Audiência – objetivo: informativo e de percepção – informações sobre o plano diretor para a população, de suas etapas e da forma de condução do processo participativo;
 - 2ª Audiência – objetivo: confronto do diagnóstico técnico da equipe com a percepção da população sobre o município;
 - 3ª Audiência – objetivo: discussão das propostas e diretrizes assim como da legislação básica municipal, incluindo o processo de planejamento e gestão municipal.
 - 4ª Audiência – objetivo: discussão do plano de ação e investimentos, incluindo o processo de planejamento e gestão municipal.



1 ASPECTOS REGIONAIS

1.1 Origem de Três Barras do Paraná

O Município está localizado na porção oeste do Estado do Paraná (Figura 1), em altitude de 657 metros acima do nível do mar, nas coordenadas geográficas de Latitude de 25° 25' 08" Hemisfério Sul e Longitude de 53° 10' 51" Oeste de Greenwich. Sua comarca é Catanduvás e possui três distritos: Alto Alegre, Barra Bonita e Santo Isidoro. Seu Prefeito atual (gestão 2020 a 2024) é Gerso Francisco Gusso.

Figura 1 – Localização do município no Paraná



Fonte: IBGE (2022)

A área de Três Barras do Paraná é de 506.959 km², segundo o IBGE, fazendo limite com os municípios de Quedas do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Cascavel e Catanduvás (Figura 2).



Figura 2 – Municípios limítrofes



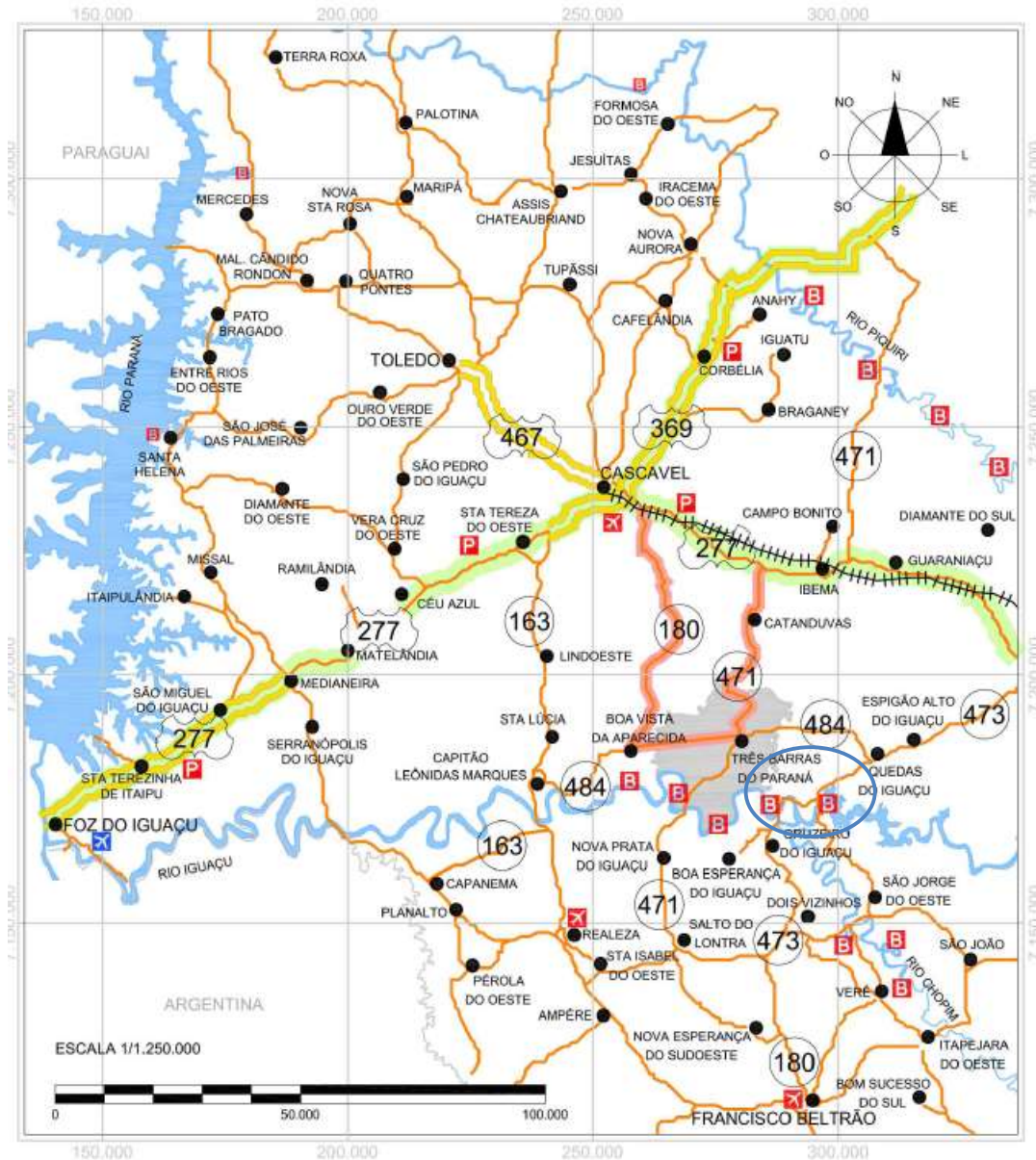
Fonte: IBGE (2022).

1.2 Acessibilidade

A acessibilidade ao Município acontece principalmente pela PR-471. Conforme demonstra a Figura 03. As principais distâncias da cidade de Três Barras do Paraná são: 80 km de Cascavel e 460 km da capital Curitiba.



Figura 3 – Localização do município no Paraná.



Fonte: Mapa Político Rodoviário - DER – 2019.

1.3 Centralidade e Relação com Municípios Vizinhos

Em estudo recente a respeito da Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (IPEA, 2002a e 2002b) a estrutura socioespacial contemporânea brasileira é explorada como subsídio à formulação de políticas territoriais de âmbito nacional, regional e municipal. Esta caracterização da rede de cidades representa, em termos de interações espaciais, o caminho preferencial da população de um dado município na busca de atendimento de suas necessidades de consumo de bens e serviços.

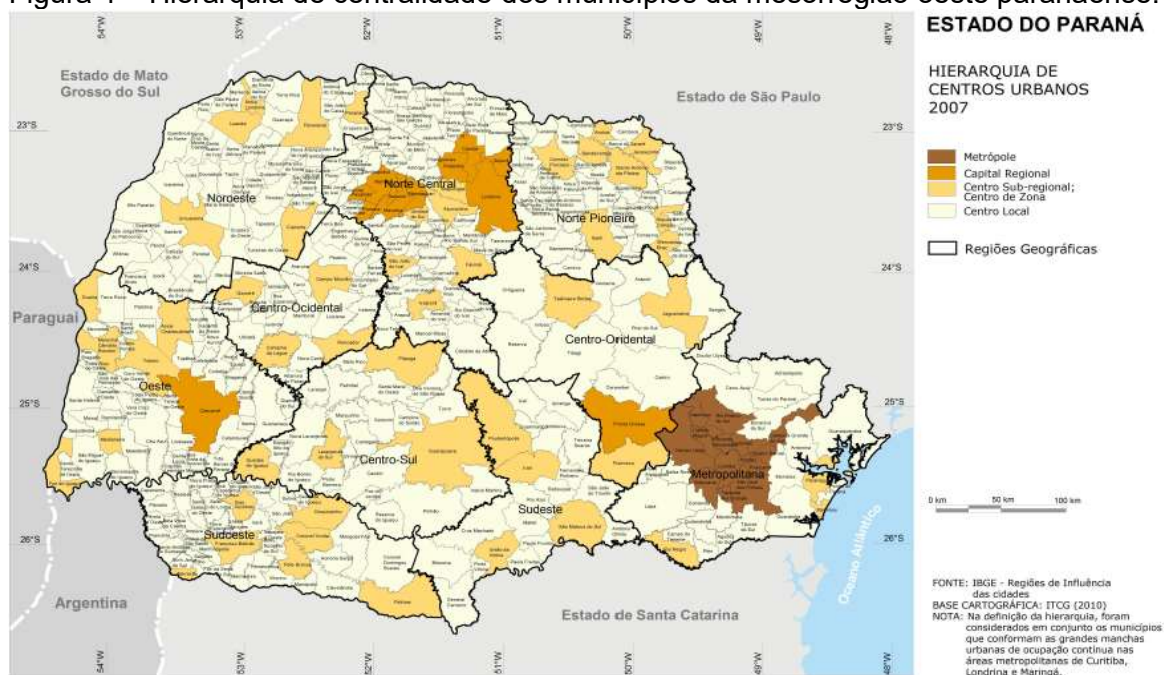


O município de Cascavel destaca-se como Centro Sub-Regional 1 (CSR 1), de acordo com as Classes de Escala da Rede Urbana Brasileira do IPEA (2000), sendo considerado uma aglomeração urbana de média dimensão. Localiza-se na mesorregião oeste paranaense com ritmo de crescimento populacional em declínio.

Em relação à hierarquia da centralidade, para o ano de 1998, é o único, dentre os municípios da mesorregião oeste paranaense, que apresenta nível de centralidade forte, atuando como polo regional que se coloca entre as principais cidades paranaenses, reforçando-se na diversidade das atividades e funções que desempenha. Sua especialidade está na localização estratégica, no fato de ser um entroncamento de acesso a fronteiras internacionais e o acúmulo de funções de alta e média complexidade para o atendimento das demandas regionais. O município de Toledo é o centro secundário, com nível de centralidade médio. Várias unidades de ensino superior localizam-se nesses centros (IPEA, 2000).

As Figuras 04 e 05, abaixo, ilustram a hierarquia da centralidade, para o ano de 1998, entre os municípios integrantes da mesorregião oeste paranaense, com destaque para Cascavel, Toledo, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Assis Chateaubriand, Medianeira e Foz do Iguaçu. O município de Três Barras do Paraná apresenta nível de centralidade fraca e grande parte de suas relações com outro município se dá com Cascavel.

Figura 4 – Hierarquia de centralidade dos municípios da mesorregião oeste paranaense.



Fonte: IPARDES (2022).



Figura 5 – Destaque ao município na centralidade dos municípios da mesorregião oeste paranaense.



Fonte: IPARDES (2022).

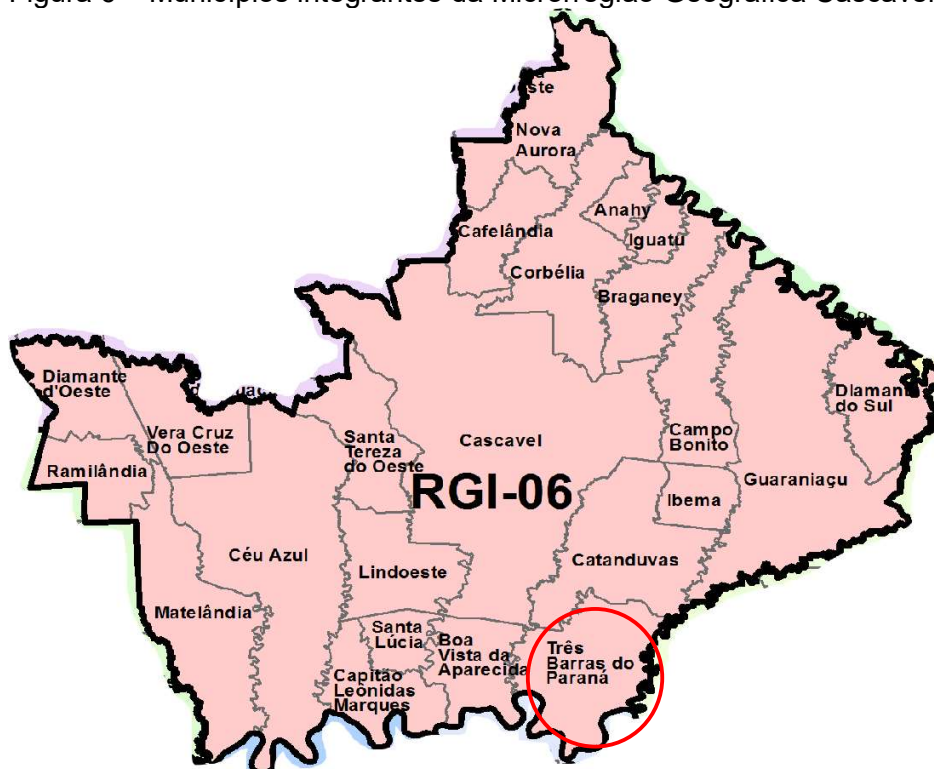
1.3.1 Microrregião Geográfica Cascavel

Microrregião pode ser entendida como uma unidade territorial, definida com base em identidades políticas administrativas, econômicas, geográficas e/ou étnicas, com o intuito de integrar a organização, o planejamento e a realização das funções públicas de interesse comum a municípios limítrofes. Geralmente, é formada por diversos municípios, com uma mescla de características urbanas e rurais e que contam com recursos locais suficientes para apoiar um processo de desenvolvimento socioeconômico (MOREIRA, 1989).

A Microrregião Geográfica Cascavel segundo IPARDES (2000), é integrante da Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense. Compõe-se por 18 municípios, sendo eles: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Trés Barras do Paraná. Conforme demonstra a Figura 06.



Figura 6 – Municípios integrantes da Microrregião Geográfica Cascavel



Fonte: Modificado de IPARDES (2022).

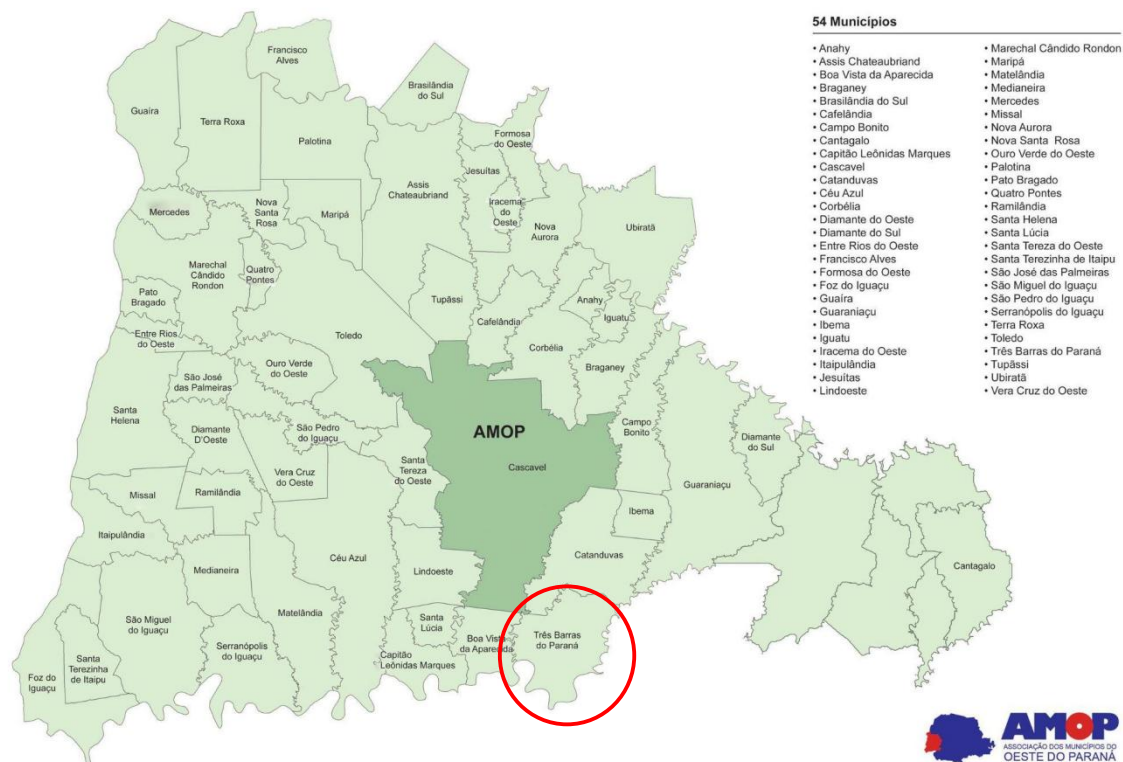
1.3.2 Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

Fundada em 1969, considerada modelo internacional pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em eficiência e gestão, a AMOP mantém programas e iniciativas permanentes em defesa do municipalismo e dos interesses dos municípios da região Oeste do Paraná. É parceira de diversas entidades da sociedade organizada na execução e acompanhamento de programas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população, atuando em sintonia com as necessidades da comunidade. É composta de 54 municípios (Figura 07 – AMOP), sendo eles: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafelândia, Campo Bonito, Cantagalo, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Francisco Alves, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramiândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do



Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, **Três Barras do Paraná**, Tupãssi, Ubiratã e Vera Cruz do Oeste.

Figura 7 – Municípios pertencentes a AMOP.



Fonte: AMOP (2022).

A AMOP oferece aos municípios associados assessoria jurídica, de planejamento e de imprensa. Além disso, dispõe de moderno auditório e amplas dependências ao departamento administrativo. Um dos veículos automotores da AMOP está emprestado ao Hospital Universitário, prestando importantes serviços ao Banco de Aleitamento Materno.

A Assessoria Jurídica contribui de forma inestimável para aproximar assessores e procuradores jurídicos das novidades impostas com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, promovendo cursos, seminários, palestras e rodas de conversa para a troca de ideias e unificação de procedimentos. Mesma atenção foi dispensada com a aproximação proporcionada pela AMOP junto a prefeitos e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado;

A Assessoria de Planejamento elabora gratuitamente projetos para os municípios filiados à entidade, concretizando importantes aspirações que antes não seriam possíveis.



São desenvolvidos projetos de caráter urbanístico e social principalmente para as prefeituras de pequeno porte e menor IDH. Também acompanha o andamento de obras executadas pelo governo do Estado através do programa Paraná Urbano.

A Assessoria de Imprensa produz anualmente o Calendário Regional de Eventos, um apanhado das principais festas, confraternizações, exposições e feiras realizadas em todos os 54 municípios da área de abrangência.

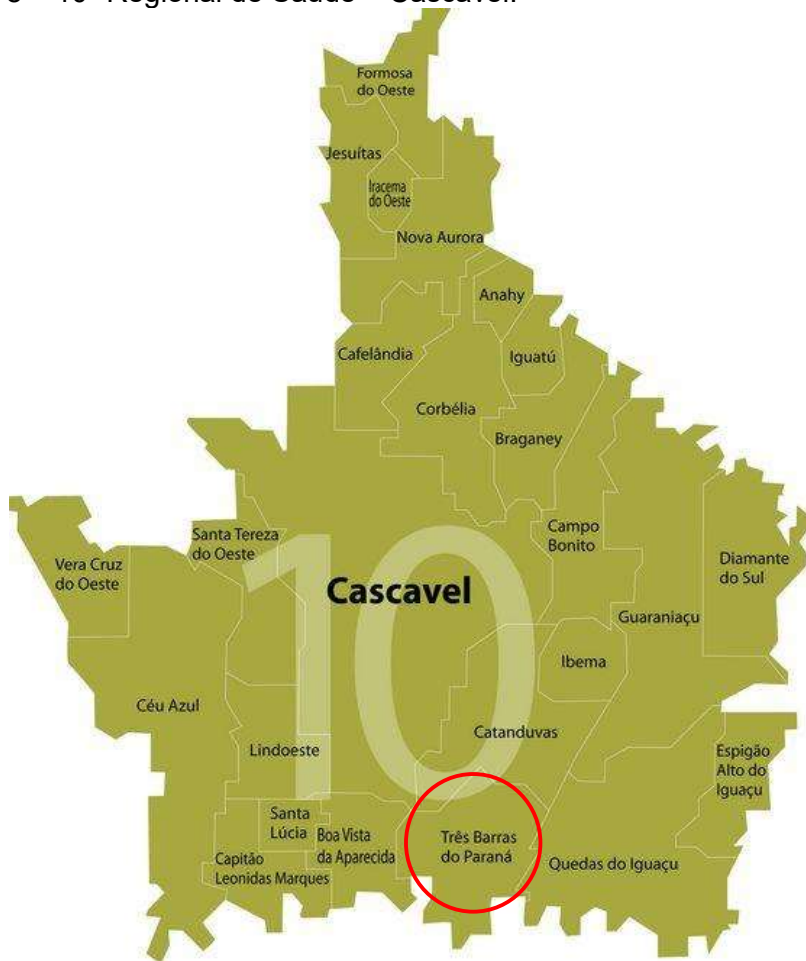
1.3.3 Regional de Saúde

A regional de saúde pode ser explicitada como um espaço territorial reconhecido pelas suas identidades e nexos, dotada de organismos capazes de articular e gerir recursos em quantidade e com a qualidade que satisfaça às necessidades dessa população, na área da saúde (IPARDES, 2005).

Três Barra do Paraná insere-se na 10ª Regional de Saúde – Cascavel, da qual fazem parte 25 municípios: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Formosa do Oeste, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Jesuítas, Lindoeste, Nova Aurora, Quedas do Iguaçu, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, **Três Barras do Paraná** e Vera Cruz do Oeste. (Figura 08 – Relações Intermunicipais).



Figura 8 – 10ª Regional de Saúde – Cascavel.



Fonte: Secretaria da saúde (2022).

1.3.4 Regional de Habitação

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná.

Escritório Regional de Cascavel/ERCA. Municípios atendidos: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leonidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, **Três Barras do Paraná**, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.



1.3.5 Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Regional Cascavel. Municípios atendidos: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbéia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Foz do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Itaipulândia, Lindoeste, Matelândia, Medianeira, Missal, Nova Aurora, Ramilândia, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, **Três Barras do Paraná** e Vera Cruz do Oeste.

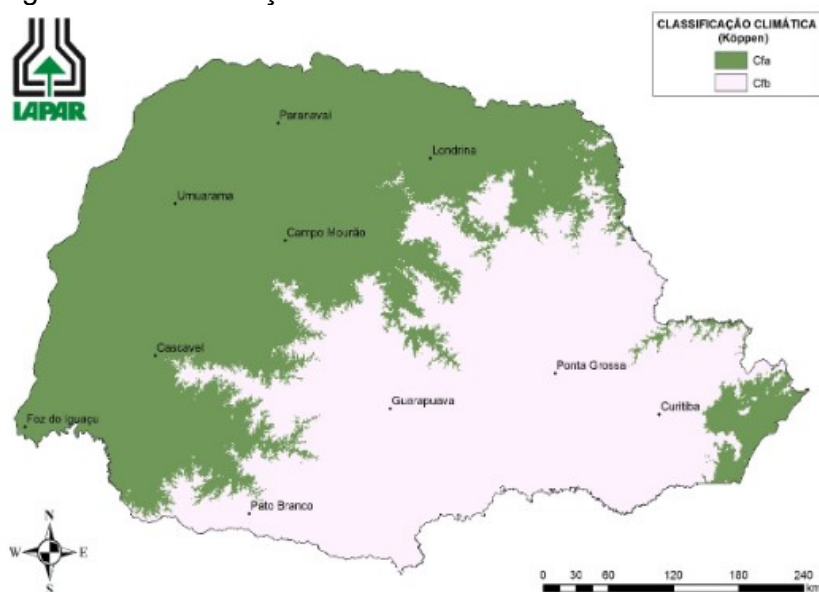


2 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

2.1 Clima e Ar

O clima de Três Barras do Paraná segundo a classificação de Köppen é do tipo Cfa, sendo subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida (Figura 09).

Figura 9 – Classificação climática



Fonte: IAPAR (2022).

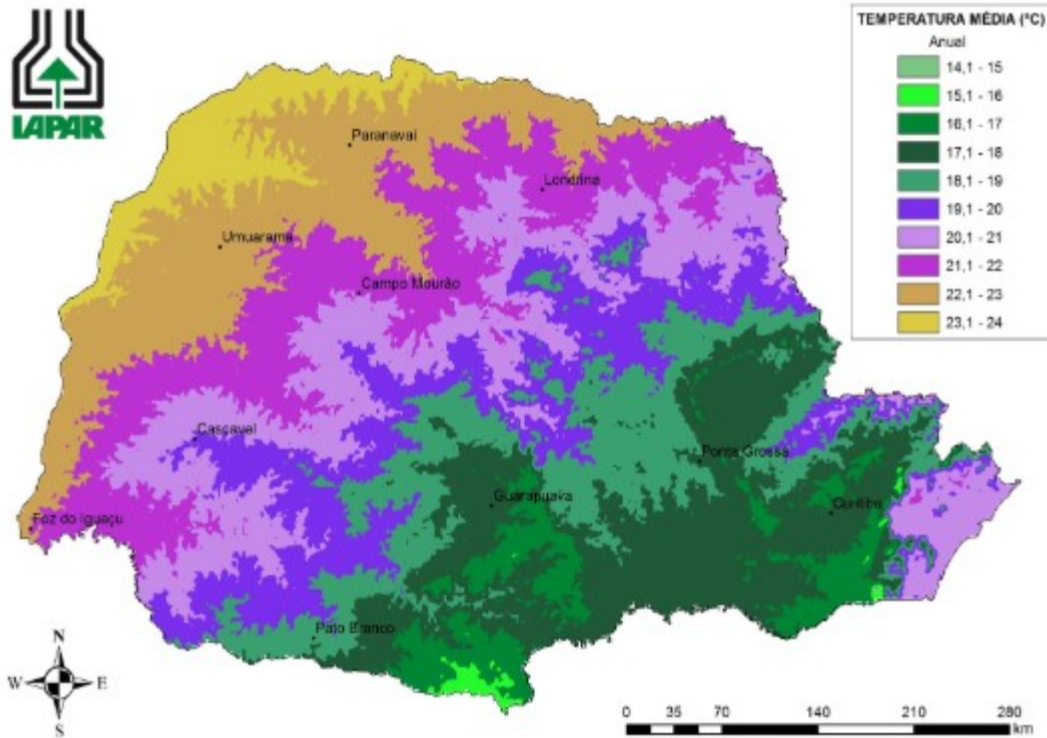
A temperatura média do município de Três Barras do Paraná é de 20 graus centígrados (Figura 10), sendo que as temperaturas nos meses mais quentes são superiores a 23°C e as dos meses mais frios inferiores a 16°C.

O volume de chuva varia entre 1800 a 2000 mm ao ano (Figura 11). A umidade relativa do ar tem uma média anual de 70,1 a 75% (Figura 12).

Segundo dados do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), os ventos predominantes na região próxima a Três Barras do Paraná têm o Nordeste como direção de maior frequência anual (Figura 13).

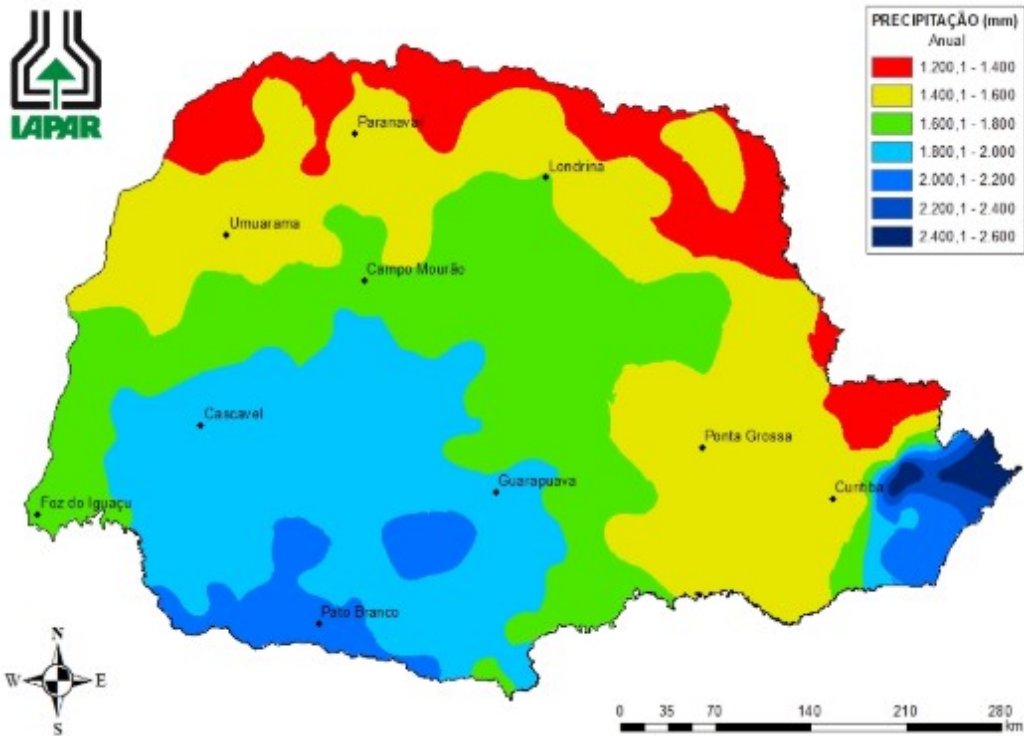


Figura 10 – Temperatura média anual



Fonte: IAPAR (2022).

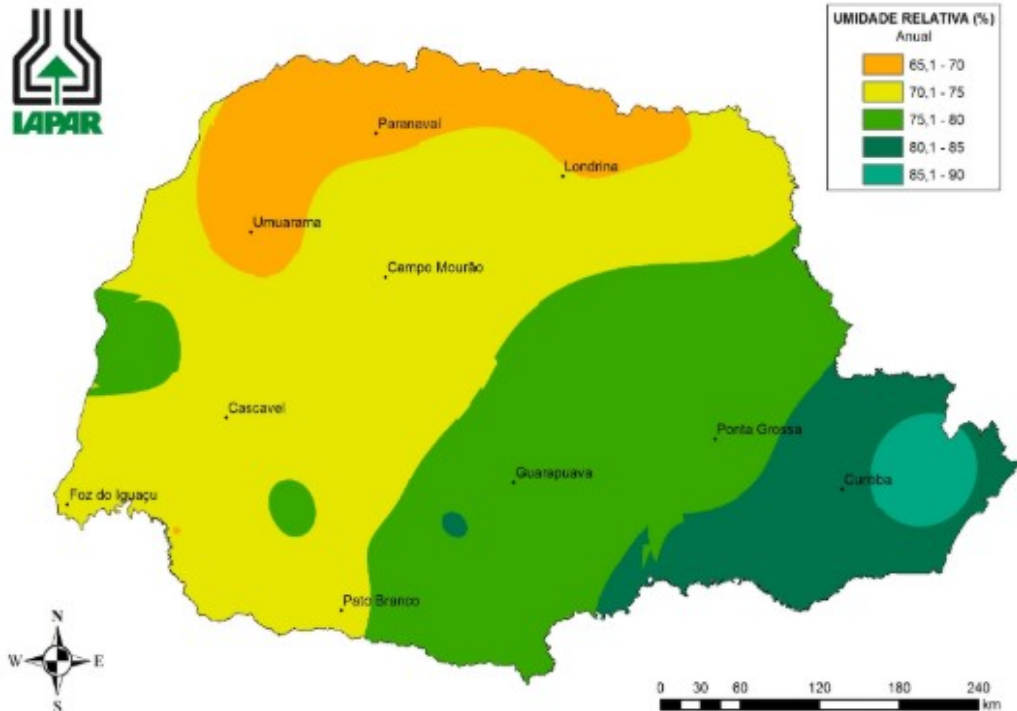
Figura 11 – Precipitação média anual



Fonte: IAPAR (2022).



Figura 12 – Umidade Relativa anual



Fonte: IAPAR (2022).

Figura 13 – Direção predominante do vento



Fonte: IAPAR (2022).

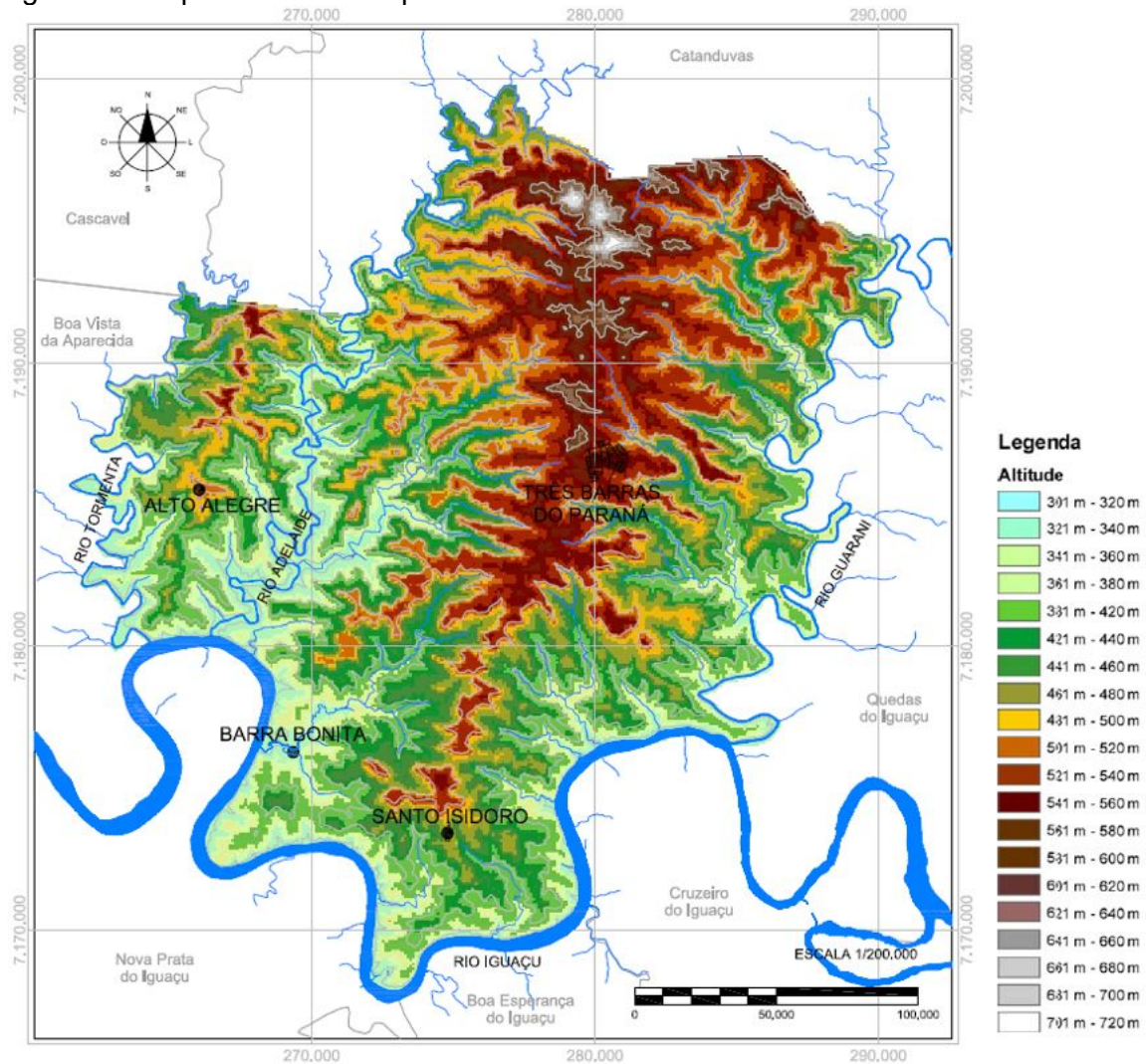


2.2 Solo e Subsolo

2.2.1 Relevo

A altitude varia bastante no Município, abrangendo um intervalo de 300 a 720 metros (Figura 14 – Hipsometria Municipal). As cotas mais baixas estão às margens do Rio Iguaçu, ao sul do território municipal, e também em boa parte do fundo de vale do Rio Adelaide. As mais altas se localizam ao norte, no divisor de águas entre as sub-bacias dos rios Guarani e Adelaide.

Figura 14 – Hipsometria Municipal

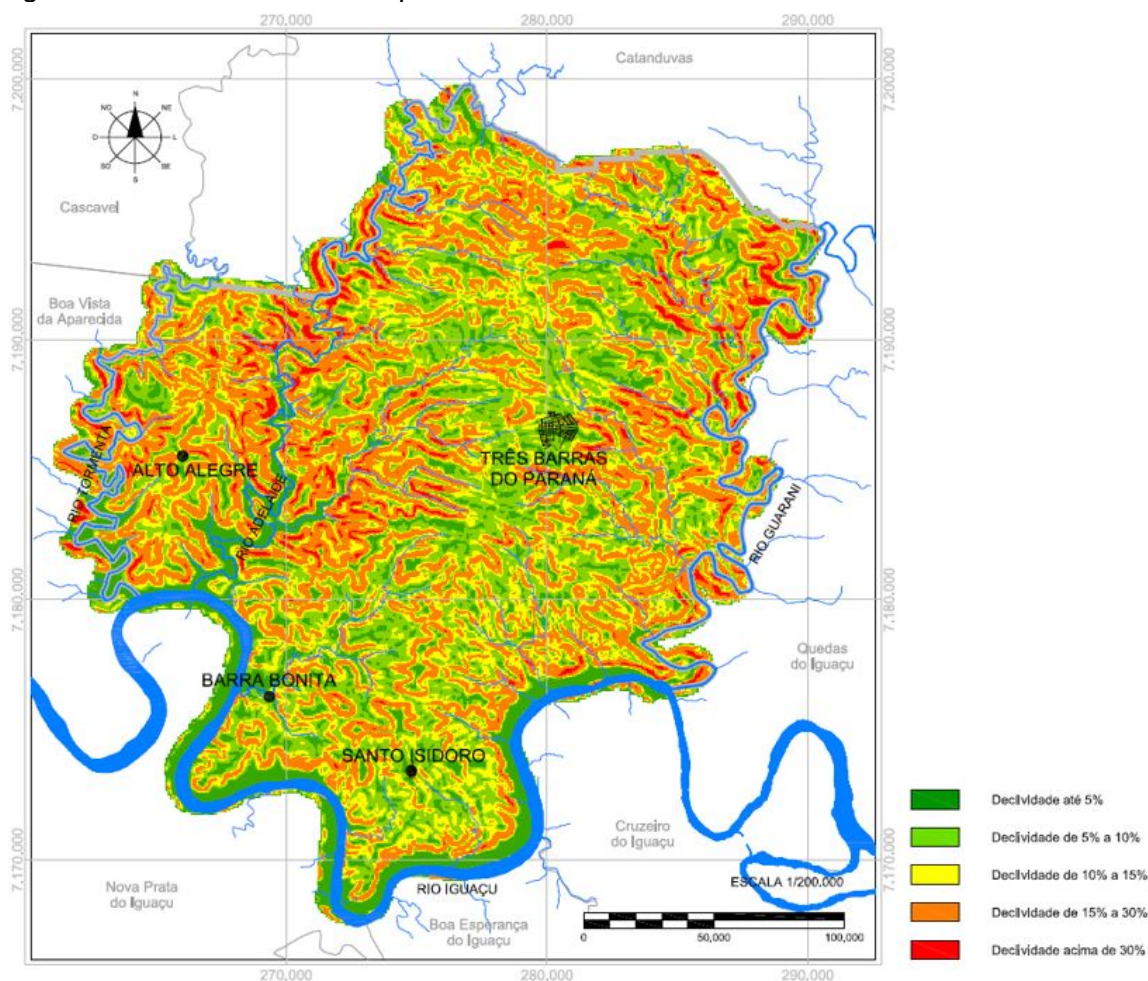


Fonte: Plano Diretor (2008).



O relevo caracteriza-se por terreno acidentado, com declividades expressivas nos vales (Figura 15 – Declividade Municipal). Apresenta poucas áreas mais planas, cuja declividade varia entre 0 e 10%, formadas somente pelos topos de morro arredondados. Estes se situam no divisor de águas já citado entre os rios Guarani e Adelaide, onde também se encontra a sede de Três Barras do Paraná.

Figura 15 – Declividade Municipal

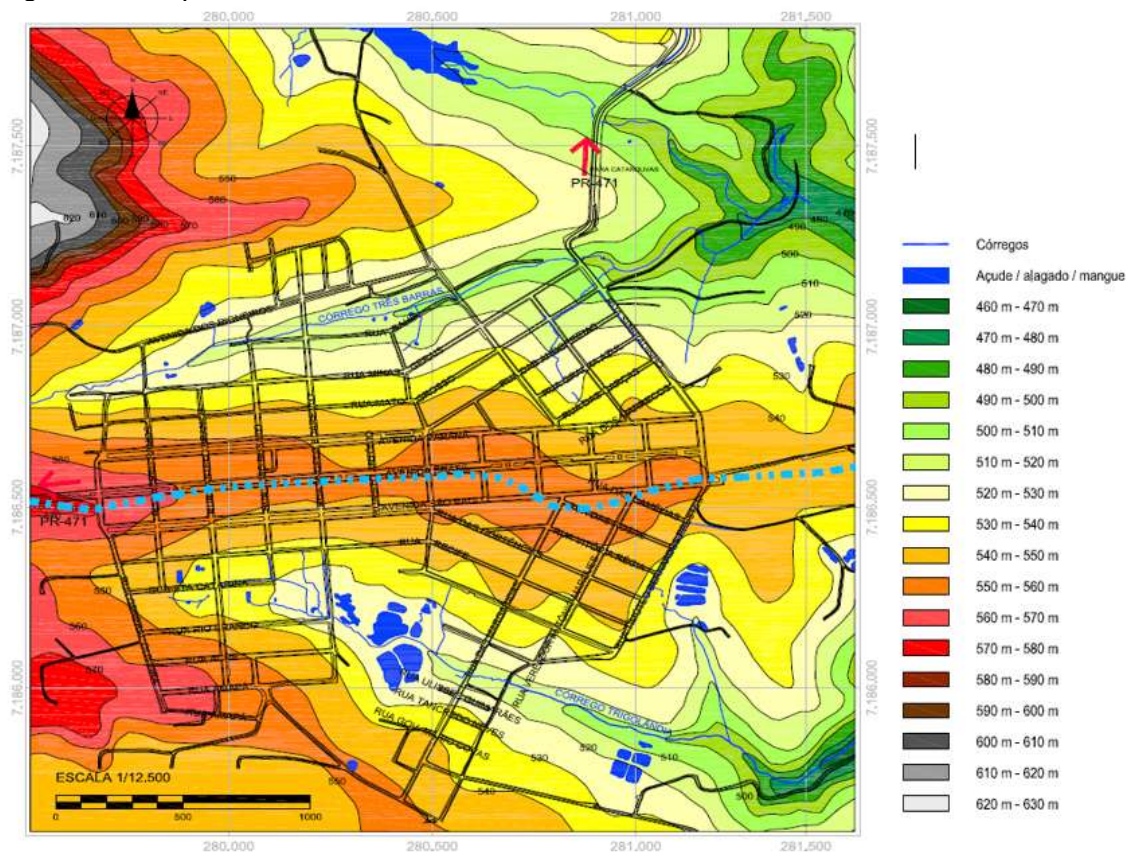


Fonte: Plano Diretor (2008).

Na área urbana as cotas de altitude estão no intervalo de 570 a 510 metros acima do nível do mar. O relevo caracteriza-se por ser moderadamente acidentado, com áreas mais baixas ao norte e ao sul da malha urbana, próximas aos córregos Três Barras e Trigolândia. As cotas mais altas encontram-se no centro da malha urbana, ao longo do eixo formado por sua avenida principal, a Avenida Brasil. (Figura 16 - Hipsometria Urbana).



Figura 16 – Hipsometria Urbana



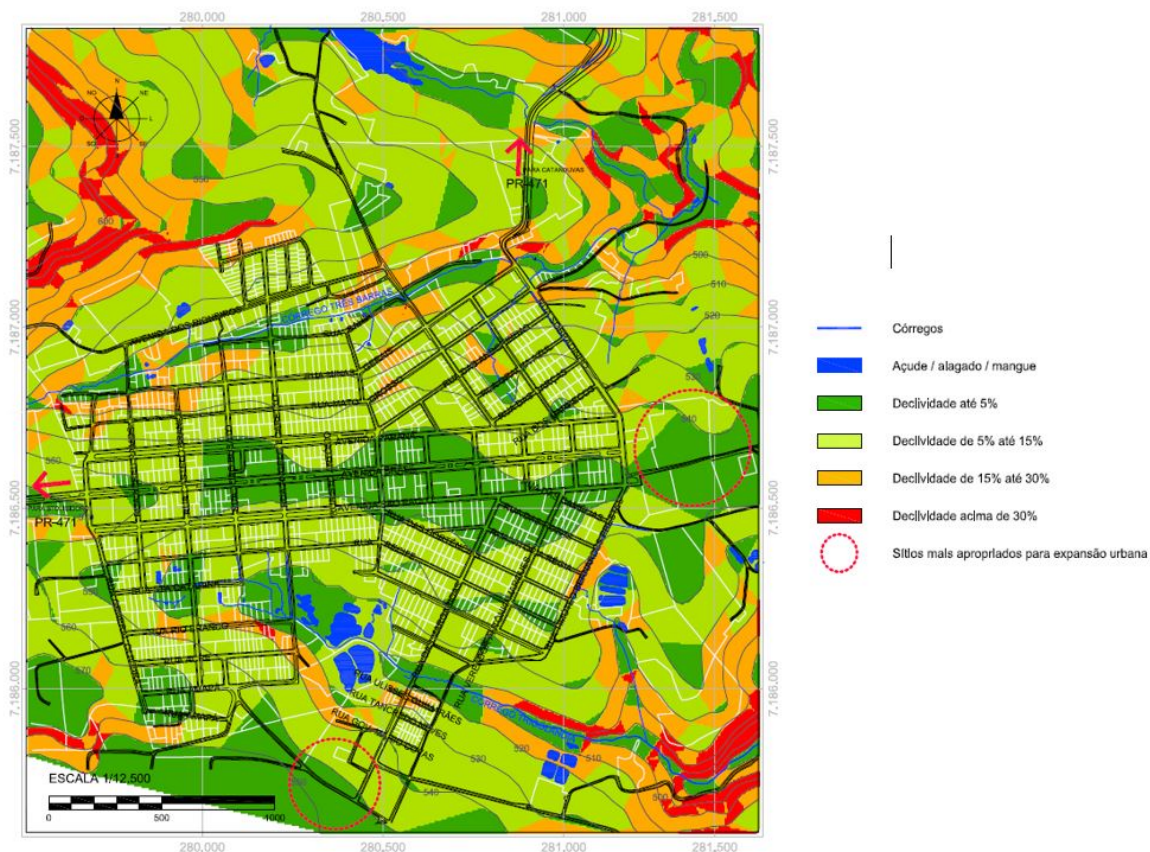
Fonte: Plano Diretor (2008).

A declividade em quase toda área da malha é menor do que 15%, havendo alguns trechos dos fundos de vale com declividades maiores, chegando até 30%, principalmente próximo ao Córrego Três Barras. O vale do Trigolândia apresenta vertentes íngremes somente fora da malha, como pode ser observado no Figura 17 – Declividade Urbana. É fundamental a preservação destas áreas, incluindo a recuperação das matas ciliares, para evitar problemas de erosão.

Os melhores sítios para fins de expansão da cidade podem ser encontrados primeiramente a oeste da malha urbana, continuidade da Avenida Brasil, e, secundariamente, ao sul, atravessando-se o Córrego Trigolândia – áreas indicadas no Figura 17 – Declividade Urbana. Já o distrito de Alto Alegre situa-se em porção onde predominam declividades acentuadas, de 15 a 30%, impróprias para edificação. Os outros dois Distritos, Barra Bonita e Santo Isidoro estão localizados em sítios relativamente planos, com declividades de até 15%.



Figura 17 – Declividade Urbana



Fonte: Plano Diretor (2008).

2.2.2 Geomorfologia

A região de Três Barras do Paraná localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense (planalto do Trapp do Paraná) ou Planalto de Guarapuava, limitado, a leste, pela serra da Boa Esperança ou escarpa triássico-jurássica. Caracteriza-se pela uniformidade e pela presença de derrames vulcânicos de lavas basálticas e areníticas, extensos e espessos (até 500 metros), sendo composto por rochas básicas da era Mesozóica (formada entre 230 e 65 milhões de anos), conforme Figura 18.



Figura 18 – Distribuição dos Planaltos Paranaenses



Fonte: Palhares (2011).

2.2.3 Classificação dos Solos

A classificação dos solos, que vem a seguir, foi elaborada pelo Centro Nacional de Pesquisa de Solos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA¹), concluído e publicado no ano de 1999, através do título, “Sistema Brasileiro de Classificação de Solos”. Através destes estudos e do Figura 19 – Solos, verifica-se a predominância no município de Três Barras do Paraná dos seguintes tipos de solos:

¹ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, 1999.



Latosolos

Conceitos – compreende solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto H hístico.

São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, como resultado de enérgicas transformações no material constitutivo (salvo minerais pouco alteráveis). Os solos são virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes aos intemperismo, e têm capacidade de troca de cátions baixa, inferior a 17 cmolc/kg de argila sem correção para carbono, comportando variações desde solos predominantemente caulíníficos, com valores de k_i mais altos, em torno de 2,0 admitindo o máximo de 2,2, até valores oxídicos de k_i extremamente baixo.

Variam de fortemente a bem drenados, embora ocorram variedades que têm cores pálidas, de drenagem moderada ou até mesmo imperfeitamente drenados, transicionais para condições de maior grau de gleização.

São normalmente muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de horizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. Em distinção as cores mais escuras do A, o horizonte B tem aparência mais viva, as cores variando desde amarelas ou mesmo bruno-acinzentadas até vermelho-escuro-acinzentadas, nos matizes 2,5YR a 10YR, dependendo da natureza, forma e quantidade dos constituintes – mormente dos óxidos e hidróxidos de ferro – segundo condicionamento de regime hídrico e drenagem do solo, dos teores de ferro na rocha de origem e se a hematita é herdada dele ou não. No horizonte C, comparativamente menos colorido, a expressão cromática é bem variável, mesmo heterogênea, dada a natureza mais saprolítica. O incremento de argila do A para o B é pouco expressivo, e a relação textural B/ A não satisfaz os requisitos para B textural. De um modo geral, os teores da fração argila no solum aumentam gradativamente com a profundidade, ou permanecem constantes ao longo do perfil. Tipicamente é baixa a mobilidade das argilas no horizonte B, ressalvados comportamentos atípicos, de solos desenvolvidos de material arenoso quartzoso, de constituintes orgânicos com ΔpH positivo ou nulo.

São em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou álicos. Ocorrem, todavia solos com média e até mesmo alta saturação por bases, encontrados geralmente em zonas que apresentam estação seca pronunciada, semiáridas ou não, como, também, em solos formados a partir de rochas básicas.



São típicos da região equatoriais e tropicais, ocorrendo também em zonas subtropicais, distribuídos, sobretudo, por amplas e antigas superfícies de erosão,

pedimentos ou terraços fluviais antigos, normalmente em relevo plano e suave ondulado, embora possam ocorrer em áreas mais acidentadas, inclusive em relevo montanhoso.

São originados a partir das mais diversas espécies de rochas, sob condições de clima e tipos de vegetação os mais diversos.

Definição – solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B latossólico, imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte A, dentro de 200 cm da superfície do solo ou dentro de 300 cm, se o horizonte A apresenta mais de 150 cm de espessura.

Abrangências – nesta classe estão incluídos todos os Latossolos, executadas algumas modalidades anteriormente identificadas, como Latossolos Plínticos.

Neossolo

Conceitos – compreende solos constituídos por material mineral ou por material orgânico pouco espesso com pequena expressão dos processos pedogenéticos em consequência da baixa intensidade de atuação destes processos, que não conduziram, ainda, a modificações expressivas do material originário, de características do próprio material, pela sua resistência ao intemperismo ou composição química, e do relevo que podem impedir ou limitar a evolução desses solos.

Possuem seqüência de horizonte A-R, A-C-R, A-Cr-R, A-Cr, A-C, O-R ou H-C sem atender, contudo, os requisitos estabelecidos para serem enquadrados nas classes dos Chernossolos, Vertissolos, Plintossolos, Organossolos ou Gleissolos. Esta classe admite diversos tipos de horizontes superficiais, incluindo o horizonte O ou H hístico, com menos de 30 cm de espessura quando sobrejacente à rocha ou a material mineral.

Alguns solos têm horizonte B com fraca expressão dos atributos (cor, estrutura ou acumulação de minerais secundários e/ ou colóides), não se enquadrando em qualquer tipo de horizonte B diagnóstico.

Definição – solos constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 30 cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnóstico e satisfazendo os seguintes requisitos:

- ✓ Ausência de horizonte glei, exceto no caso de solos com textura areia ou areia franca, dentro de 50 cm da superfície do solo, ou entre 50 e 120 cm



de profundidade, se os horizontes subjacentes apresentam mosqueados de redução em quantidade abundante;

- ✓ Ausência de horizonte vértico imediatamente abaixo de horizonte A;
- ✓ Ausência de horizonte plântico dentro de 40 cm, ou dentro de 200 cm da superfície se imediatamente abaixo de horizontes A, E ou precedidos de horizontes de coloração pálida, variegada ou com mosqueados em quantidade abundante, com uma ou mais das seguintes cores:
 - ✓ Matiz 2,5Y ou 5Y ou;
 - ✓ Matizes 10YR a 7,5YR com cromas baixos, normalmente iguais ou inferiores a 4, podendo atingir 6, no caso de matiz 10YR;
 - ✓ Ausência de horizonte A chernozêmico conjugado a horizonte cálcio ou C carbonático.

Abrangência – nesta classe estão incluídos os solos que foram reconhecidos pela Embrapa Solos como: Litossolos e Solos Litólicos, Regossolos, Solos Aluviais e Areias Quartzosas (Distróficas, Marinhas e hidromórficas). Os solos A-C com caráter sálico pertencem à classe dos Gleissolos, pois todos os Solonchacks (identificados no país) têm horizonte glei.

Pertencem ainda a esta classe solos com horizonte A ou hísticos, com menos de 30 cm de espessura, seguidos de camada(s) com 90% ou mais (expresso em volume) de fragmentos de rocha ou do material de origem, independente de sua resistência ao intemperismo.

Nitossolos

Conceitos – compreende solos constituídos por material mineral ou por material orgânico pouco espesso com pequena expressão dos processos pedogenéticos em consequência da baixa intensidade de atuação destes processos, que não conduziram, ainda, a modificações expressivas do material originário, de características do próprio material, pela sua resistência ao intemperismo ou composição química, e do relevo que podem impedir ou limitar a evolução desses solos.

Possuem sequência de horizonte A-R, A-C-R, A-Cr-R, A-Cr, A-C, O-R ou H-C sem atender, contudo os requisitos estabelecidos para serem enquadrados nas classes dos Chernossolos, Vertissolos, Plintossolos, Organossolos ou Gleissolos. Esta classe admite diversos tipos de horizontes superficiais, incluindo o horizonte O ou H hístico, com menos de 30 cm de espessura quando subjacente à rocha ou a material mineral.



Alguns solos têm horizonte B com fraca expressão dos atributos (cor, estrutura ou acumulação de minerais secundários e/ ou colóides), não se enquadrando em qualquer tipo de horizonte B diagnóstico.

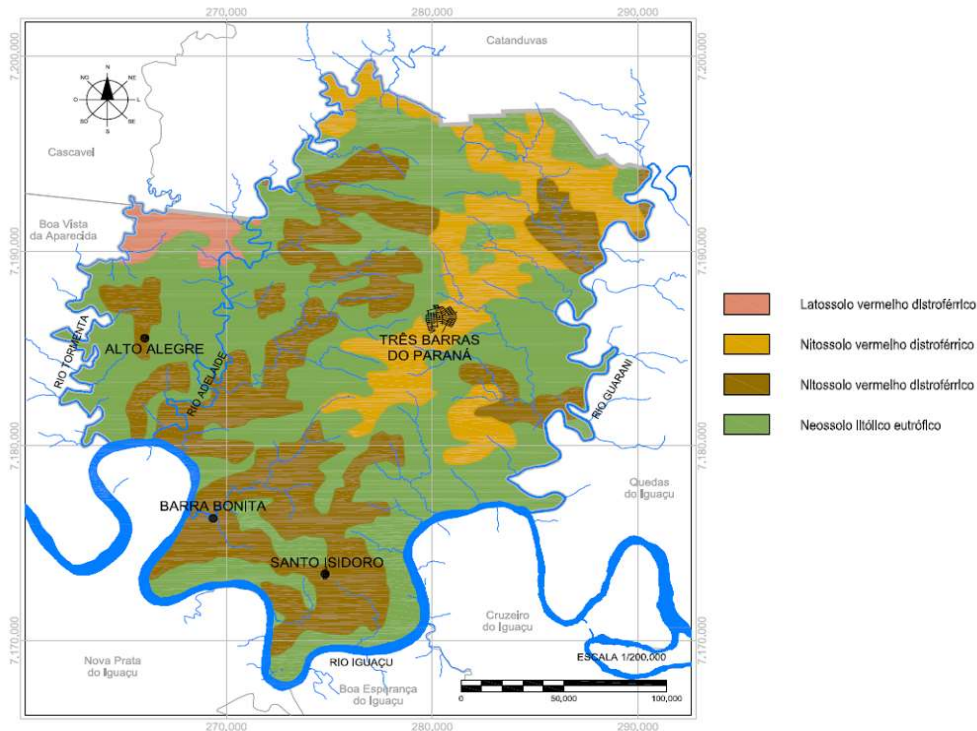
Definição – solos constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 30 cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnóstico e satisfazendo os seguintes requisitos:

- ✓ Ausência de horizonte glei, exceto no caso de solos com textura areia ou areia franca, dentro de 50 cm da superfície do solo, ou entre 50 e 120 cm de profundidade, se os horizontes sobrejacentes apresentam mosqueados de redução em quantidade abundante;
- ✓ Ausência de horizonte vértico imediatamente abaixo de horizonte A;
- ✓ Ausência de horizonte plântico dentro de 40 cm, ou dentro de 200 cm da superfície se imediatamente abaixo de horizontes A, E ou precedidos de horizontes de coloração pálida, variegada ou com mosqueados em quantidade abundante, com uma ou mais das seguintes cores: matiz 2,5Y ou 5Y ou matizes 10YR a 7,5YR com cromas baixos, normalmente iguais ou inferiores a 4, podendo atingir 6, no caso de matiz 10YR;
- ✓ Ausência de horizonte A chernozêmico conjugado a horizonte cálcio ou C carbonático.

Abrangência – nesta classe estão incluídos os solos que foram reconhecidos pela Embrapa Solos como: Litossolos e Solos Litólicos, Regossolos, Solos Aluviais e Areias Quartzosas (Distróficas, Marinhas e hidromórficas). Solos A-C com caráter sálico pertencem à classe dos Gleissolos, pois todos os Solonchacks (identificados no país) têm horizonte glei.



Figura 19 – Solo



Fonte: Plano Diretor.

2.3 Cobertura Vegetal

Segundo o IBGE, o Paraná apresenta oito regiões fitogeográficas típicas: Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária), Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Semicaducifolia ou, segundo Reinhard Maack, Floresta Pluvial), Estepe (Campos Limpos), Savana (Campos Cerrados), Formações Pioneiras (com influência marinha – praias e restingas; com influência flúvio marinha – manguezais e várzeas; com influência fluvial – comunidades aluviais, charco úmido), Áreas de Tensão Ecológica (onde há interpenetração de floras) e Refúgios Vegetacionais (Relíquias – Regiões Altas das Serras). Todas são consideradas patrimônio da humanidade, abrigando muitas espécies raras e/ou ameaçadas de extinção. O território de Três Barras do Paraná se enquadra tanto na Floresta Ombrófila Mista como na Floresta Estacional Semidecidual.

A política ambiental do Município bem como do Estado do Paraná foi marcada por ações pontuais sem considerar uma visão holística capaz de permitir uma adequada conservação dos ambientes naturais e suas comunidades bióticas. Por outro lado, tornou-se crescente o entendimento de setores da sociedade de que a conservação das matas ciliares é fundamental para a harmonização entre os sistemas produtivos e o modo



de vida das populações humanas, para preservar a importância vital do recurso água e das espécies nativas da flora e fauna. Por conseguinte, muitas ações em favor da recuperação e preservação da vegetação ciliar foram e continuam sendo desenvolvidas por cidadãos, instituições e entidades, agentes que se sentem responsáveis pela manutenção desses ecossistemas naturais. A Lei Federal nº 4.771/65 – Código Florestal Brasileiro define que a mata ciliar tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e da flora, bem como proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Essa Lei estabelece, ainda, que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as devidas limitações legais.

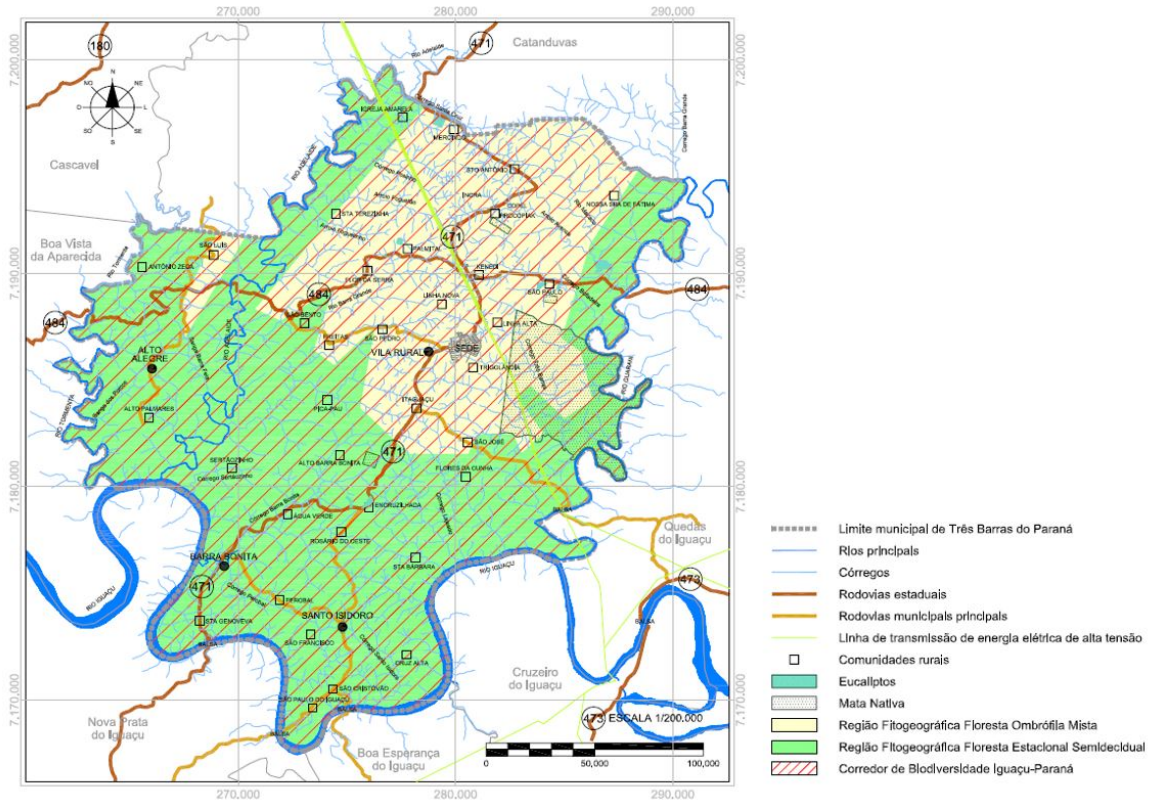
O município de Três Barras do Paraná, em relação a remanescentes florestais, possui o Parque Estadual Guarani, criado em 19 de setembro de 2000, pelo decreto nº 2.322. A área, que apresenta 2.235 ha, constitui importante habitat da fauna nativa e diversificada, principalmente porque se insere em um dos três corredores de biodiversidade do estado do Paraná, o Corredor de Biodiversidade Iguaçu-Paraná. (Figura 20 – Cobertura Vegetal)

O Parque representa potencial econômico para a população local devido a seu valor turístico. Ao mesmo tempo, os cuidados inerentes à sua preservação – que se estendem muito além do limite do maciço vegetal – impõem restrições a atividades que podem prejudicar o equilíbrio do meio físico (ar, água, solo e seres vivos).

A reserva legal é uma das grandes preocupações do Município, pois os proprietários rurais não têm respeitado esta área e, portanto, em muitas propriedades não se encontra os 20% com cobertura vegetal original, o que seria o mínimo exigido por lei. Muitas das áreas devastadas se encontram ao longo dos cursos d'água – matas ciliares – e em locais de grande declividade, o que tem agravado os processos erosivos no território municipal.



Figura 20 – Cobertura Vegetal



Fonte: Plano Diretor.

2.4 Arborização Urbana

A arborização urbana, além da função paisagística, contribui significativamente na melhoria da qualidade do ambiente urbano, desde que bem planejada e adequada aos demais elementos da cidade.

As árvores auxiliam no processo de purificação do ar pela fixação de poeiras e gases tóxicos e pela reciclagem de gases através dos mecanismos fotossintéticos; promovem melhoria do microclima da cidade, pela retenção da umidade do solo e do ar e pela geração de sombra, evitando que os raios solares incidam diretamente sobre os espaços urbanos; reduzem a velocidade do vento; influenciam no balanço hídrico, favorecendo a infiltração da água no solo e provocando evapotranspiração mais lenta; proporcionam abrigo à fauna, propiciando uma variedade maior de espécies, consequentemente influenciando positivamente para maior equilíbrio das cadeias alimentares e diminuição de pragas e agentes vetores de doenças; além de amortecerem ruídos. Outra função importante da arborização que acompanha o sistema viário das



idades é seu préstimo como corredor ecológico, interligando as áreas livres vegetadas da cidade, como praças e parques. Além disso, em muitas ocasiões, uma árvore defronte a residência confere uma identidade particular e propicia o contato direto dos moradores com um elemento natural significativo, considerando todos os seus benefícios.

Na área central a arborização urbana é constituída basicamente por legustros. No restante da cidade foram observadas diversas espécies, plantadas sem critério algum quanto ao crescimento ou ao sistema radicular, o que gera problemas à fiação elétrica e quebra do pavimento das calçadas. Existem, em alguns pontos, árvores frutíferas. (Figura 21 – Arborização Urbana)

Dos problemas relativos à arborização, observou-se que têm ocorrido aos poucos eliminações dos espécimes pelos proprietários dos imóveis. Sendo que nos locais ainda não alcançados por esse processo, as árvores entram em conflito com a iluminação pública. As podas são feitas indiscriminadamente pelos moradores, apesar da Secretaria de Serviços Urbanos, em parceria com a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), realizar tal serviço na cidade sempre que há interferência na rede de eletricidade. Não acontecem ações que proíbam a mutilação das árvores, tampouco plano municipal concernente à arborização. A COPEL desenvolveu e implantou um Guia de Arborização Urbana cujo objetivo é orientar os municípios e as comunidades a realizarem um planejamento de arborização para ampliar os benefícios à população e reduzir os problemas de ordem ambiental. Também presta orientação técnica referencial sobre arborização, disseminando informações relativas, mais especificamente, ao plantio adequado de uma árvore na calçada, área mínima do solo para absorção de água, distância entre as árvores nas ruas, porte e tipos de árvores para uma boa convivência sob a rede elétrica.

Em função da importância da arborização urbana em todos os seus aspectos, é fundamental iniciar e desenvolver ações para reduzir os problemas, conflitos e interferências causadas por ela quando da sua implantação não planejada.



Figura 21 – Arborização Urbana



Fonte: Plano Diretor.

2.5 Hidrografia

O sistema hidrográfico do Paraná está dividido em duas bacias, sendo a Atlântica com rios desaguando diretamente no Oceano Atlântico e a do Rio Paraná com seus afluentes principais (Rio Paranapanema, Piquiri, Iguaçu e Ivaí) percorrendo o sentido Leste-Oeste (Figura 22).

Quanto às subdivisões dentro do Estado, o município de Três Barras do Paraná está dentro da bacia do Rio Iguaçu, sendo por este banhado em sua divisa sul.

Neste foi construída a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, formando a represa que hoje representa potencial não só energético, como também turístico, de lazer e pesca.

Os principais corpos d'água de Três Barras do Paraná (Figura 23 – Hidrografia Municipal) são os rios Adelaide, Guarani e Tormenta, que deságuam no Rio Iguaçu. Todos estes definem limites do Município: o Rio Adelaide ao noroeste com o município de



Catanduvás; o Rio Guarani a leste com Quedas do Iguaçu; e o Rio Tormenta a oeste com Boa Vista da Aparecida. A Sanga dos Porcos e os córregos Barra Bonita, Santo Isidoro, Três Barras e Trigolândia têm relevância dentro de estudos sobre o Município por atravessarem áreas urbanas, sabendo que estas aglomerações humanas tendem a ocasionar problemas como poluição e assoreamento.

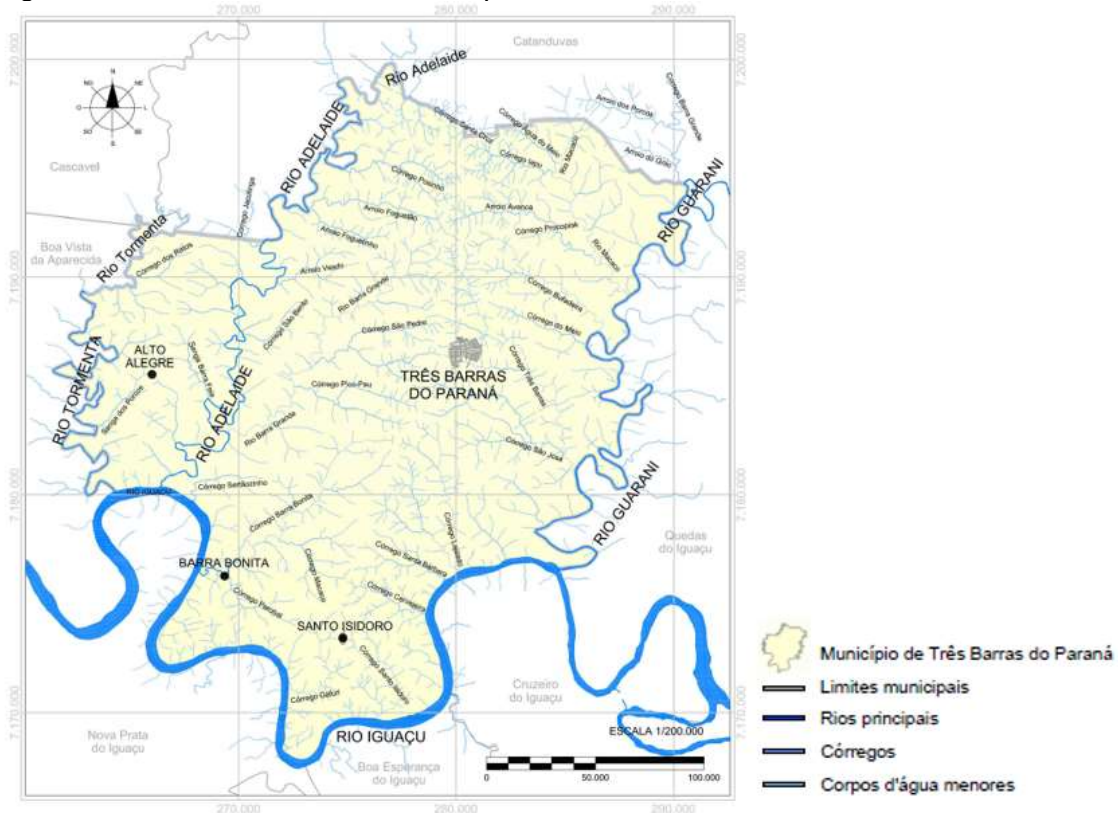
Figura 22 – Recursos Hídricos



Fonte: IPARDES (2022).



Figura 23 – Recursos Hídricos Municipal



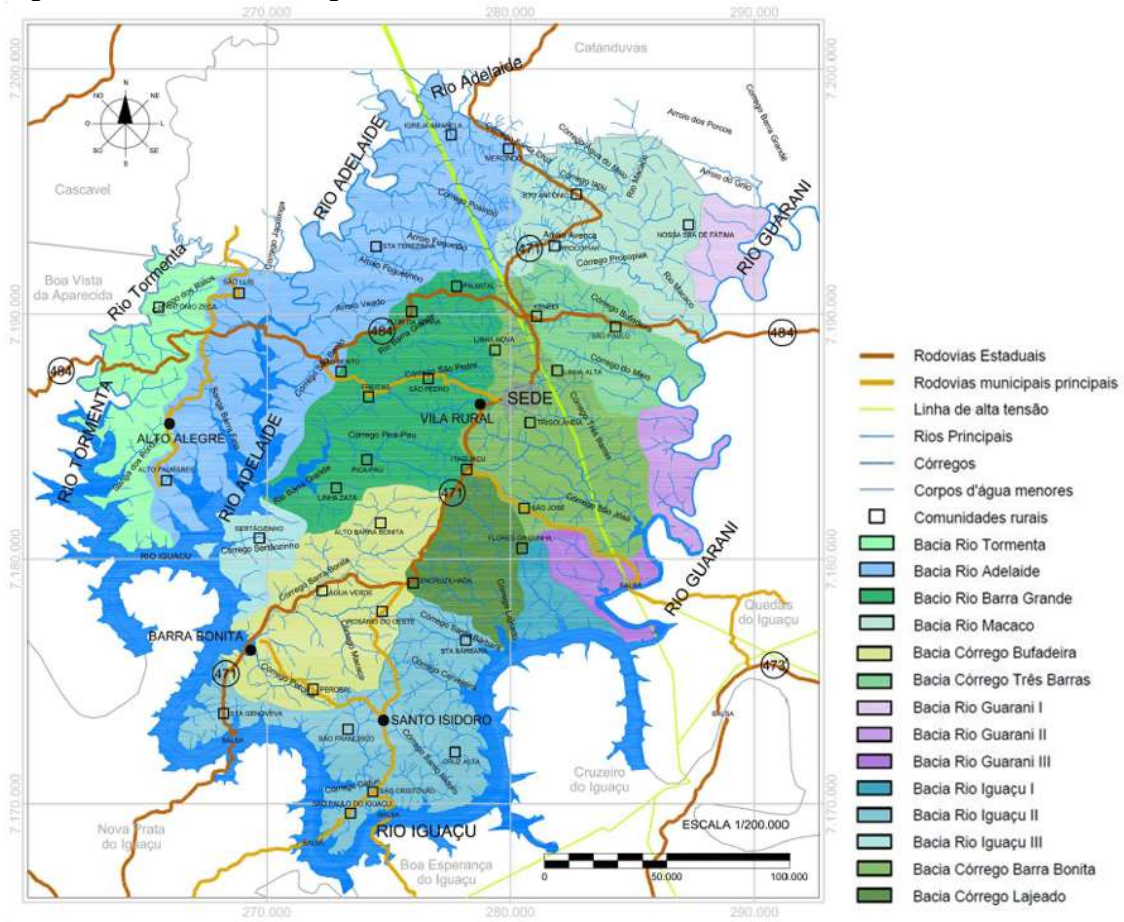
Fonte: Plano Diretor.

Dentro do perímetro urbano de Três Barras do Paraná, os corpos d'água não são respeitados por sua importância ambiental, de suprimento das necessidades humanas básicas (Figura 24 – Uso do Solo Urbano). Há ocupação de praticamente toda a área de preservação, inclusive de nascentes (faixas de 30 metros laterais a contar do eixo do corpo d'água e círculo de raio igual a 50 m com centro no olho d'água). O córrego Trigolândia é o abastecedor da sede municipal, e recebe águas provenientes das lagoas de tratamento de esgoto localizadas às suas margens. Além dessas questões, existem muitos cemitérios próximos a córregos em todo município, sendo que aquele sob administração pública, a menos de 1 km da sede urbana, localiza-se na mesma microbacia onde é feita captação para abastecimento da população.

As redes hidrográficas no território municipal podem ser divididas em 10 microbacias conforme Figura 24 – Bacias Hidrográficas, sendo duas delas (dos rios Guarani e Iguaçu) subdivididas em três áreas por não serem contíguas.



Figura 24 – Bacias Hidrográficas



Fonte: Plano Diretor.



3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

3.1 Demografia

A demografia, de modo geral, pode ser entendida como a ciência que estuda a dinâmica populacional humana, tendo seu foco voltado ao estudo das populações humanas, em que são verificadas as taxas de natalidade, mortalidade imigração e emigração de uma região, dentre outros, possibilitando às políticas públicas o direcionamento dos recursos necessários para o atendimento das necessidades básicas da população.

Conforme a Tabela 1, abaixo, sobre a evolução populacional, verifica-se que no ano de 1990 o município de Três Barras do Paraná possuía uma população de 14.982 habitantes. Na década seguinte houve um decréscimo populacional de 21,09%. Em relação ao censo de 2000 a 2010 houve um pequeno crescimento de quase 0,02% conforme dados e projeções do IBGE - Censo Demográfico (2010).

Tabela 1 – Evolução populacional do município de Três Barras do Paraná

	ANO			ANO (projeção)
	1990	2000	2010	2030
População urbana				
Urbana	10.878	6.892	6.095	-
Rural	4.104	4.930	5.729	-
Total:	14.982	11.822	11.824	11.917

Fonte: IBGE (2022); IPARDES (2022a).

Ainda analisando a Tabela 1, constata-se que ao longo das décadas sempre houve o predomínio da população urbana sobre a rural. No ano de 2010, ambas equiparam-se correspondendo o percentual de 48,45% à população rural e 51,55 % à população urbana, conforme ilustra o Gráfico 1. Para o ano de 2030 a população projetada é de 11.917 habitantes (IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Quanto ao gênero (masculino, feminino), há equivalência da população de sexo masculino e feminino, demonstrado no Gráfico 2 (IBGE,2010).



● População Rural ● População Urbana

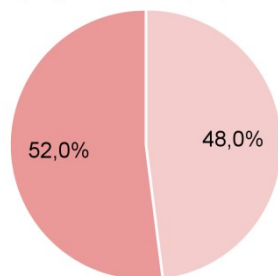


Gráfico 1 – Relação entre a população urbana e rural, para o ano de 2010

● Sexo Masculino ● Sexo Feminino

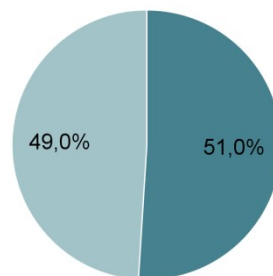
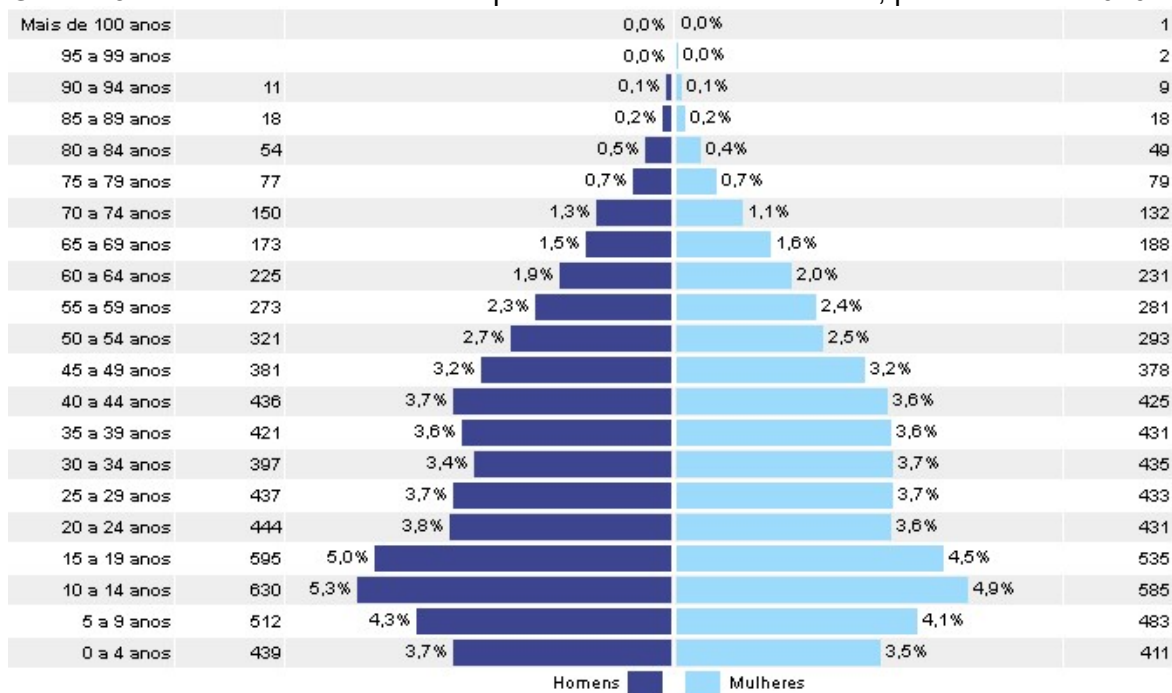


Gráfico 2 – Relação entre a população do sexo masculino e feminino para o ano de 2010

Fonte: IBGE (2022).

Quanto à faixa etária predominante no município, destaca-se entre 5 a 9 anos, seguida pela faixa etária de 15 a 19 anos, sendo, um município jovem e com o predomínio do sexo masculino segundo censo 2000. No entanto, segundo censo de 2010, a faixa etária de maior destaque está entre 10 a 14 anos, seguida pela faixa etária de 15 a 19 anos e com predomínio do sexo masculino, já a faixa etária entre 70 a 74 anos é a menor e com mais de 75 anos corresponde 2,69% da população total. Demonstrado no Gráfico 3 (IBGE, 2010).

Gráfico 3 – Pirâmide etária do município de Três Barras do Paraná, para o ano de 2010.



Fonte: IBGE (2010).



3.2 Desenvolvimento Humano

Criado pela Organização das Nações Unidas – ONU, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - foi elaborado com o objetivo de mensurar, de forma mais aproximada, o avanço de uma determinada população, considerando aspectos de ordem econômica, social, cultural e política que incidem sobre a qualidade da vida humana.

O índice, que busca ser “uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano” (PNUD, 2003), utiliza três indicadores para a sua composição:

- ✓ Educação - alfabetização e taxa de matrícula;
- ✓ Longevidade - esperança de vida ao nascer;
- ✓ Renda - PIB per capita.

O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH de 0 a 0,499 têm desenvolvimento humano considerado muito baixo; países com índices entre 0,500 a 0,599 são considerados de baixo desenvolvimento humano; índices entre 0,600 a 0,699 são considerados de médio desenvolvimento; índices entre 0,700 a 0,799 são considerados de alto desenvolvimento e países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado muito alto (PNUD, 2010).

O uso do índice dá-se em escala mundial, sendo amplamente utilizado por governos em todas as esferas. É de grande valor na avaliação do desempenho dos Municípios, sendo um importante instrumento para os gestores públicos.

O estudo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, que é encontrado no Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil e que é resultante da média aritmética de IDH-E (educação), IDH-L (longevidade) e IDH-R (renda), permite a avaliação das diferenças entre os municípios, o estabelecimento de comparações e uma abordagem sobre a evolução das diferentes realidades ao longo do tempo.

A Tabela 2 faz um comparativo entre os diferentes IDH-M apresentados para o município de Três Barras do Paraná e o Estado do Paraná nos mesmos períodos.



Tabela 2 – Comparativo entre o IDH de 1991, 2000 e 2010 – município de Três Barras do Paraná e Estado do Paraná

	TRÊS BARRAS DO PARANÁ	PARANÁ
IDH-M 1991	0,402	0,507
IDH-M 2000	0,568	0,650
IDH-M 2010	0,681	0,749
IDH-M RENDA 1991	0,530	0,644
IDH-M RENDA 2000	0,614	0,704
IDH-M RENDA 2010	0,683	0,757
IDH-M LONGEVIDADE 1991	0,687	0,679
IDH-M LONGEVIDADE 2000	0,766	0,747
IDH-M LONGEVIDADE 2010	0,831	0,830
IDH-M EDUCAÇÃO 1991	0,178	0,298
IDH-M EDUCAÇÃO 2000	0,389	0,522
IDH-M EDUCAÇÃO 2010	0,557	0,668

Fonte: PNUD (2010).

A análise dos dados da Tabela 02 demonstra que no ano de 2010 todos os índices apresentaram crescimento se comparados aos observados em 1991 e 2000. Isto ocorreu na esfera municipal e estadual, sendo que o crescimento mais expressivo foi verificado no índice relativo à educação.

Três Barras do Paraná encontram-se entre os municípios classificados como de médio desenvolvimento humano, com variação de IDH entre 0,600 a 0,699. A sua colocação dentro do Estado do Paraná é a de 295 e, em nível nacional, está em 2.412 lugar entre os 5.565 municípios brasileiros.

3.3 Produto Interno Bruto - PIB

Principal indicador da atividade econômica, o Produto Interno Bruto – PIB exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, num determinado período, independentemente da nacionalidade das unidades produtoras.

De acordo com o defrator² implícito utilizado pelo IBGE, o PIB a preço de mercado e per capita, durante o período de 2002 a 2019, apresentou variações significativas na economia regional.

A Tabela 3 demonstra através dos valores absolutos transformados em valores relativos do PIB a partir de 2002 a representação sobre o esforço produtivo do município

² Índice de Defrator referente aos períodos: 2001/2002 = 10,16; 2002/2007 = 14,99 e 2003/2004.



de Três Barras do Paraná, durante o período de 2002 a 2019 em comparação aos municípios de Catanduvas que pertencem à Microrregião de Cascavel, obtendo os seguintes desempenhos:

Tabela 3 – PIB a preços correntes e per capita: Três Barras do Paraná e Catanduvas.

	2002		2004		2016		2019	
	A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)
Três Barras do Paraná	54.838	4.915	82.403	8.078	272.890	25.039	325.862	27.065
Catanduvas	55.360	5.249	84.799	7.904	272.890	26.101	242.932	23.843

NOTA: Nova metodologia. Referência 2010. Os dados do último ano disponível estarão sujeitos à revisão quando da próxima divulgação. Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos.

Fonte: IBGE (2022); IPARDES (2022a).

3.4 PIB por setor da economia

Na distribuição do PIB por ramo de atividade no ano de 2019 o município de Três Barras do Paraná mostra o perfil econômico de acordo com suas vocações, onde segue metodologicamente o perfil regional e diferentemente do enfoque nacional em relação ao esforço produtivo em que o setor terciário tem grande força nos resultados financeiros e sociais.

Vale ressaltar a importância de todas as atividades, mas há de levar em consideração a participação dos setores: Agropecuária com 37,25% e Serviços com 29,30% sendo setores da economia que tendem a crescer pela vocação do Município, por outro lado, o fraco desempenho do Setor Industrial que respondeu com 13,05% de participação nas riquezas municipais.

A agropecuária com 37,25% de participação no contexto das riquezas locais é a atividade responsável por uma cadeia produtiva imprescindível, pois fomenta a indústria e principalmente os serviços, como transporte, comércio e etc. O Setor de Serviços, um pouco abaixo, segue a tendência nacional em relação ao esforço produtivo, porém, depende dos demais setores pela interdependência natural dos segmentos que compõem a economia.

Com relação ao setor industrial do Município, a atividade apresentou uma participação de apenas 13,05%, sendo a menor participação dentre outros ramos de atividades, sendo um setor a ser explorado, principalmente na agroindústria e na agregação de valores da produção agrícola.



Tabela 4 – PIB – Três Barras do Paraná (segundo ramos de atividades) 2019.

Ramos de Atividades	Valor (R\$ 1.000,00)	Participação (%)
Agropecuária	113.462	37,25
Indústria	39.748	13,05
Comércio e Serviços	89.254	29,30
TOTAL	304.581	100

NOTA: Nova metodologia. Referência 2010. Dados do último ano disponível estarão sujeitos à revisão quando da próxima divulgação. Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos.

Fonte: IBGE (2022); IPARDES (2022).

3.5 Emprego

O IBGE Censo – Cadastro Geral de Empresas de 2010 mostra que as áreas de atuação no município de Três Barras do Paraná são amplas, empregando 6.579 pessoas em diversos setores.

Com esses bons resultados compete ao executivo esforçar-se para a continuidade e implementação dos programas de geração de renda e emprego de acordo com as informações constantes na Tabela 5.

Tabela 5 – Comparação de Distribuição de Ocupação Total – Três Barras do Paraná (2004-2010).

Classificação de Atividades	Nº de Pessoas
	2010
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3.388
Indústrias extrativas	9
Indústrias de transformação	516
Eletricidade e Gás	-
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	24
Construção	402
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	737
Transporte, armazenagem e correio	152
Alojamento e alimentação	67
Informação e comunicação	16
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	8
Atividades Imobiliárias	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	24
Atividades administrativas e serviços complementares	31
Administração pública, defesa e seguridade social	169
Educação	267
Saúde humana e serviços sociais	84
Artes, cultura, esporte e recreação	37
Outras atividades de serviços	82
Serviços domésticos	318
Atividades mal especificadas	248
TOTAL	6.579

NOTA: Os dados com menos de 3 (três) informantes não foram identificados com o caractere X

Fonte: IPARDES (2022a).



3.6 Estabelecimentos e empregos na atividade econômica

No ano de 2010, o Setor de Comércio de Três Barras do Paraná foi responsável por 20,15% dos empregos gerados no município, correspondendo a 260 empregados em 94 estabelecimentos. Já no ano de 2020 o setor de Comércio foi para 21,76%, o que corresponde a 374 empregos em 110 estabelecimentos.

O Setor Industrial contava com 33,10% de empregados, era responsável por 427 empregos em 12 estabelecimentos, sendo o maior empregador do setor econômico no ano de 2010. No entanto, em 2020 o Setor Industrial foi para 26,49%, tornando-se responsável por 456 empregos em 21 estabelecimentos.

Já o Setor de Serviços, que envolve diversas áreas de atuação, contabiliza 8,44% dos empregos, correspondendo a 109 empregados em 40 estabelecimentos. E no ano de 2020 o Setor de Serviços foi para 12,89%, representando 222 empregos gerados em 62 estabelecimentos.

O Setor Primário, representado pela agropecuária, em 2010 correspondia a 7,20% dos empregos, com 93 empregados em 29 estabelecimentos. Logo em 2020 passou a representar 8,25% dos empregados, contando com 142 trabalhadores em 49 estabelecimentos.

E no ano de 2010 o Setor de Construção Civil representava 0,15% dos empregos, sendo 2 empregados em 2 estabelecimentos. No entanto, no ano de 2020 houve um crescimento significativo, tornando-se responsável por 5,28% dos empregos gerados no município, correspondendo a 91 empregados em 9 estabelecimentos.

Tabela 6 – Comparativo de estabelecimentos e empregos por atividade econômica, 2010 e 2020.

Variáveis	2010		2020	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	12	427	21	456
Construção Civil	2	2	9	91
Comércio	94	260	104	374
Serviços	40	109	62	222
Agropecuária	29	93	49	142

Fonte: IPARDES (2022); RAIS (2022).

3.7 Produção

Em relação ao Valor Bruto da Produção, analisando os municípios que pertencem a mesma Microrregião que Três Barras do Paraná, observou-se que tanto para o ano de



2019 quanto para o ano de 2020 esse ocupa a 6ª posição ficando atrás apenas de Cascavel, Nova Aurora, Cafelândia, Corbélia e Guaraniaçu respectivamente.

Segundo relatório da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB, no ano de 2019, Três Barras do Paraná ocupa a 53ª posição no Estado do Paraná em relação ao Valor Bruto da Produção enquanto Catanduvas ocupa a 89ª posição. Em 2020 o Município de Três Barras do Paraná ainda apresenta uma melhor colocação quando comparado a Catanduvas, visto que seu valor bruto da produção é de R\$ 537.566.073,30 ocupando a posição de 52ª, enquanto Catanduvas possui R\$ 447.385.842,62.

Essa reflexão tem a finalidade de mostrar que o Município poderá desenvolver boas políticas nesse segmento econômico no sentido de contribuir social e economicamente para a comunidade local, além do efeito multiplicador que as externalidades econômicas podem gerar, ou seja, outras atividades econômicas estabelecidas em função do crescimento da agropecuária, além da geração de renda, emprego etc.

Tabela 7 – Ranking: VBP de Três Barras do Paraná em 2019 e 2020

Município	VBP – 2019 (R\$)	VBP – 2020 (R\$)	Ranking	
			2019	2020
Três Barras do Paraná	415.775.950,78	537.566.073,30	53°	52°

Fonte: Secretaria da agricultura e do abastecimento (2022).

✓ Soja e Milho

De acordo com o IBGE, na Tabela 8 - no ano de 2019 e 2020, o rendimento médio da cultura da Soja no município de Três Barras do Paraná foi respectivamente de 4.000 e 4.465 kg/ha, sendo superior a média do Estado.

Tabela 8 – Comparativo produção agrícola municipal: soja, rendimento médio kg/ha.

Unidade	2019	2020
Paraná	3.027	3.772
Três Barras do Paraná	4.000	4.465

Fonte: IPARDES (2022a).

Já em relação a cultura do Milho, de acordo com IBGE, a produção média no município é de 4.232 kg/ha, não sendo superior a média do Estado do Paraná que possui 6.075 kg/ha.



Tabela 9 – Comparativo produção agrícola municipal: milho, rendimento médio kg/ha.

Unidade	2019	2020
Paraná	6.283	5.867
Três Barras do Paraná	4.000	4.465

Fonte: IBGE (2022).

3.8 Estabelecimentos por grupo de atividade econômica

A Tabela 10 demonstra que, do total de 1908 estabelecimentos vinculados às atividades agropecuárias, 913 pertencem às lavouras temporárias, correspondendo a 47,85%; 13 estabelecimentos com horticultura e produtos representando 0,68%; 7 estabelecimentos com lavouras permanentes equivalente a 0,37%; 481 estabelecimentos com pecuária, que participam com 25,21% e 494 estabelecimentos na produção mista (lavoura e pecuária), correspondendo 25,89%. Isto quer dizer que a pecuária e a produção mista totalizam 51,10% do número de estabelecimentos.

Apesar destas informações serem do ano de 1995, a participação expressiva da pecuária e da lavoura permanente mostra a força econômica desse segmento na economia local.

Tabela 10 – Número de estabelecimento por grupo da atividade econômica e condição legal das terras – ano 1995 - Três Barras do Paraná

Grupo de Atividade Econômica	Terras próprias	Terras arrendadas	Terras em Parceria	Terras ocupadas	Total
Lavoura temporária	512	21	246	134	913
Horticultura e produtos	8	-	1	4	13
Lavoura permanente	3	-	2	2	7
Pecuária	350	6	40	85	481
Produção mista	314	9	69	102	494
Total	1.184	36	358	327	1.908

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário - SIDRA tabela 307

3.9 Lavouras Temporárias

Pela análise dos quadros de produção envolvendo lavouras temporárias, o total da área plantada/colhida durante o ano de 2020, está assim distribuído: milho 18,68%; soja 55,00%; feijão 4,93%; mandioca 0,03%; e fumo 1,05%.

Em relação ao rendimento médio (kg/ha) a cultura de cana-de-açúcar obteve o maior índice 35,75% em relação a outras culturas, seguida de mandioca com 15,27% e batata doce com 14,92%. Os valores que obtiveram maior destaque foram: a soja 66,70% do valor total de todas as culturas, seguidos de milho com 14,12% e trigo com de 9,51%.



Vale dizer que a produção de soja é extremamente importante nesse contexto para Três Barras do Paraná, conforme demonstra a Tabela 11.

Tabela 11 – Produção agrícola municipal: lavoura temporária 2020

Cultura	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor (Mil Reais)
Alho	1	4	4.000	68
Amendoim (em casca)	5	10	2.000	30
Batata Doce	10	172	21.500	234
Cana-de-açúcar	10	515	51.500	38
Feijão (em grãos)	1.400	2.820	2.014	11.421
Fumo (em folhas)	300	690	2.300	5.336
Mandioca	10	220	22.000	125
Melancia	20	320	16.000	342
Melão	4	36	9.000	66
Milho (em grãos)	5.300	32.960	6.219	25.808
Soja (em grãos)	15.600	69.654	4.465	121.895
Trigo (em grãos)	5.700	17.385	3.050	17.385
Total	28.360	124.786	144.048	182.748

Fonte: IPARDES (2022a).

3.10 Lavouras Permanentes

Para as lavouras permanentes, banana, laranja, tangerina e uva são produzidas em Três Barras do Paraná. No ano de 2020, o produto com maior participação financeira foi a uva com 35,19% e em seguida a laranja com 30,71%.

Pode-se estudar a viabilidade de outras culturas, como abacate, caqui, maracujá, goiaba, limão, mamão, manga, maracujá e morango, para ampliar a diversificação agrícola. Esta prática pode gerar novas possibilidades para incremento da lavoura permanente e temporária do Município, assim como buscar melhoria para as culturas já desenvolvidas, pois configuram-se como culturas alternativas para gerar renda.

Para tanto, o Executivo juntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura e órgão estadual vinculados a esse segmento devem propiciar incentivos aos agricultores para direcionar atividades alternativas e promover o desenvolvimento do Município.

Tabela 12 – Produção agrícola municipal: lavoura permanente 2020

Cultura	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor (Mil Reais)
Banana (cacho)	10	190	19.000	190
Laranja	20	310	15.500	419
Tangerina	10	195	19.500	275
Uva	10	75	7.500	480
Total	50	770	61.500	1.364

Fonte: IPARDES (2022a).



3.11 Pecuária

O plantel da pecuária é fonte significativa de renda para Três Barras do Paraná. Conforme a Tabela 13, a atividade pecuária apresenta uma participação considerável na economia do Município. O Estado do Paraná segundo Censo 2020 possui 439.341.009 de criação de rebanhos, onde 0,38% pertence a Três Barras do Paraná.

O Município apresenta significativa potencialidade para o desenvolvimento das atividades avicultura e bovinocultura, já que grandes abatedouros estão sendo disponibilizados na região, gerando possibilidade de aquisição da criação junto aos produtores, beneficiando os municípios que industrializam produtos dessa natureza.

Em relação às aves, a criação de galinhas, galos, frangos (as) e pintos, corresponde 91,02% das criações efetivas do município, seguido da criação de suínos que corresponde a 4,53% e bovinos 2,69%. Os demais rebanhos apresentam números menos expressivos, entretanto, pode-se avaliar a viabilidade de estabelecer políticas de incentivo para o desenvolvimento da atividade como alternativa de geração de renda para os proprietários rurais.

Tabela 13 – Comparativo efetivo dos rebanhos por tipo (cabeças): Estado do Paraná e o município de Três Barras do Paraná, 2020

Tipo de Rebanho	Três Barras do Paraná	Paraná
	Número	Número
Rebanho de bovinos	45.000	8.584.939
Rebanho de equinos	675	271.527
Galináceos - total	1.520.000	395.216.296
Galinhas (1)	18.550	24.999.091
Rebanho de suínos – total	75.500	6.944.541
Matrizes de suínos (1)	1.200	625.116
Rebanhos de ovinos	873	574.498
Rebanho de bubalinos	11	35.443
Rebanho de caprinos	150	85.845
Codornas	180	558.675
Rebanho de ovinos tosquiados	98	114.064
Rebanho de vacas ordenhadas	7.565	1.329.009
Total	1.669.802	439.341.009

Fonte: IPARDES – IBGE – Produção Pecuária

3.12 Produtos de Origem Animal

Os produtos de origem animal apresentam-se como opções viáveis pelos investimentos relativamente baixos e que sinalizam algumas vantagens econômicas e sociais, por serem atividades que podem aquecer o comércio praticamente durante todos os meses do ano.



A atividade leiteira, bem como a pecuária de corte, desde que bem gerenciadas, são atividades que poderão proporcionar incremento na economia local. A produção do leite apresentou queda no ano de 2017, retornando ao crescimento nos anos posteriores da análise, mas apresenta um potencial produtivo muito interessante devido às próprias características da região, que demonstra força nesse segmento. Cabe destacar a necessidade do órgão Executivo, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e com apoio dos órgãos do governo estadual e federal, promover o incentivo ao retorno dessa importante atividade geradora de renda, justamente pela sua expressão no cenário agropecuário regional.

O Município poderá consolidar políticas de diversificação, no sentido de preservar o homem no campo e gerar renda durante todo o ano, visto que, alguns produtores já estão exercendo, com sucesso, atividades alternativas de produção agropecuária.

Tabela 14 – Produtos de origem animal

Produto	Unidade	Produção 2017	Produção 2018	Produção 2019	Produção 2020
Casulos do bicho-da-seda	Kg	-	23	117	154
Lã	Kg	1	1	1	1
Leite	Mil l	26.596	30.240	35.036	44.704
Mel de abelha	Kg	22	72	112	115
Ovos de codorna	Mil dz	0	1	1	1
Ovos de galinha	Mil dz	306	230	386	469

Fonte: IPARDES (2022a).



4 ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

4.1 Uso e Ocupação do Solo

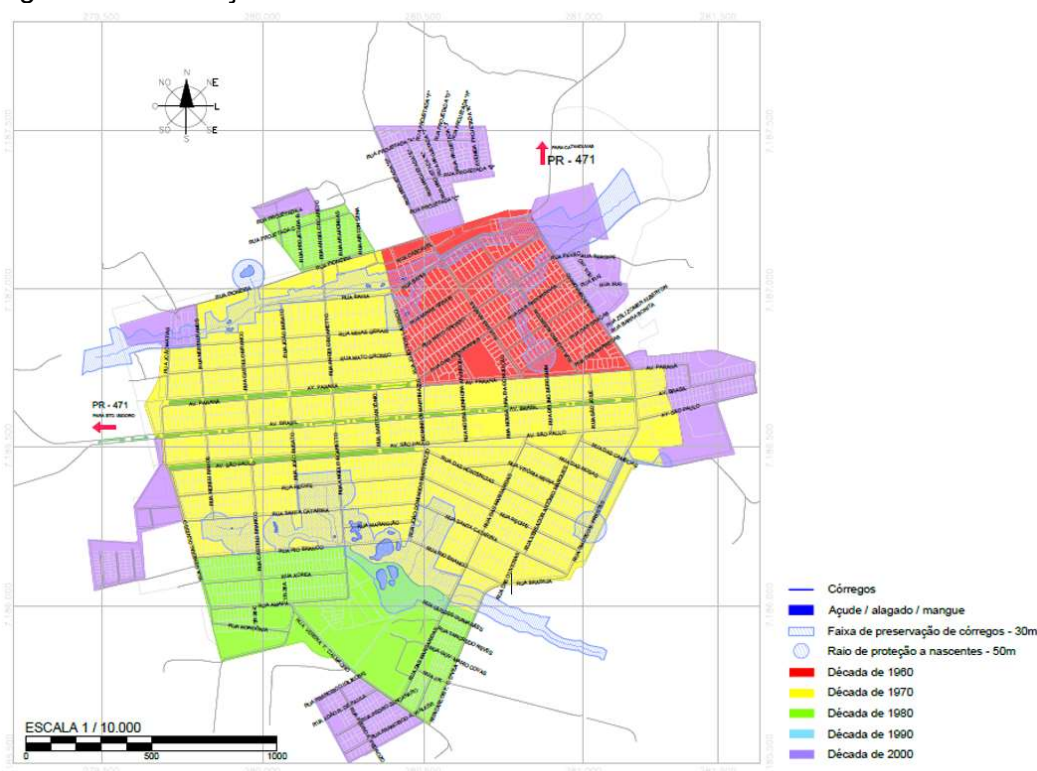
4.1.1 Espaço Urbano

- **Evolução**

A planta original do núcleo urbano de Três Barras do Paraná foi projetada e concretizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No entanto, na implantação das ruas no sítio, não foi obedecida a orientação solar, segundo a Prefeitura Municipal devido a erro de projeto.

A pequena vila da década 1960 experimentou uma verdadeira expansão da malha na década de 1970, como pode ser verificado na Figura 25. A partir de 1980, começaram a ser implantados conjuntos habitacionais para a população de baixa renda no Município. A porção mais recente consiste em empreendimentos dessa natureza. Depois deste período, não foram realizados mais novos loteamentos. Outras áreas urbanas do município são os distritos de Alto Alegre, Barra Bonita e Santo Isidoro. Todos contam com posto de saúde e escola pública.

Figura 25 – Evolução urbana



Fonte: Plano Diretor.



- **Forma**

A malha urbana de Três Barras do Paraná tem como característica principal o desenho de três vias paralelas de grande porte atravessando a cidade no sentido Leste-Oeste: as avenidas Paraná, Brasil e São Paulo localizadas no espigão da cidade (Figura 26). Estas conformam um eixo que confere linearidade à cidade, apesar das dimensões transversal e longitudinal da área urbana serem equivalentes. Na hipótese de o núcleo crescer como as vizinhas Cascavel e Toledo, tais vias comporiam um sistema trino de circulação veicular, distribuindo o escoamento de pessoas e mercadorias. Hoje, pelo pequeno porte do município, a largura da via pode parecer imprópria e desnecessária.

Fora do eixo, as quadras mantêm o padrão retangular, apesar de atingirem os fundos de vale, que deveriam ser preservados. Mais perifericamente, no entanto, o desenho difere daquele mais central, revelando uma ocupação de baixa renda, seja irregular ou de políticas habitacionais, com lotes diminutos e quadras menores e irregulares (Figura 26).

Figura 26 – Mapa Geo da área urbana



Fonte: CTMGEO.

- **Uso e Ocupação do Solo**

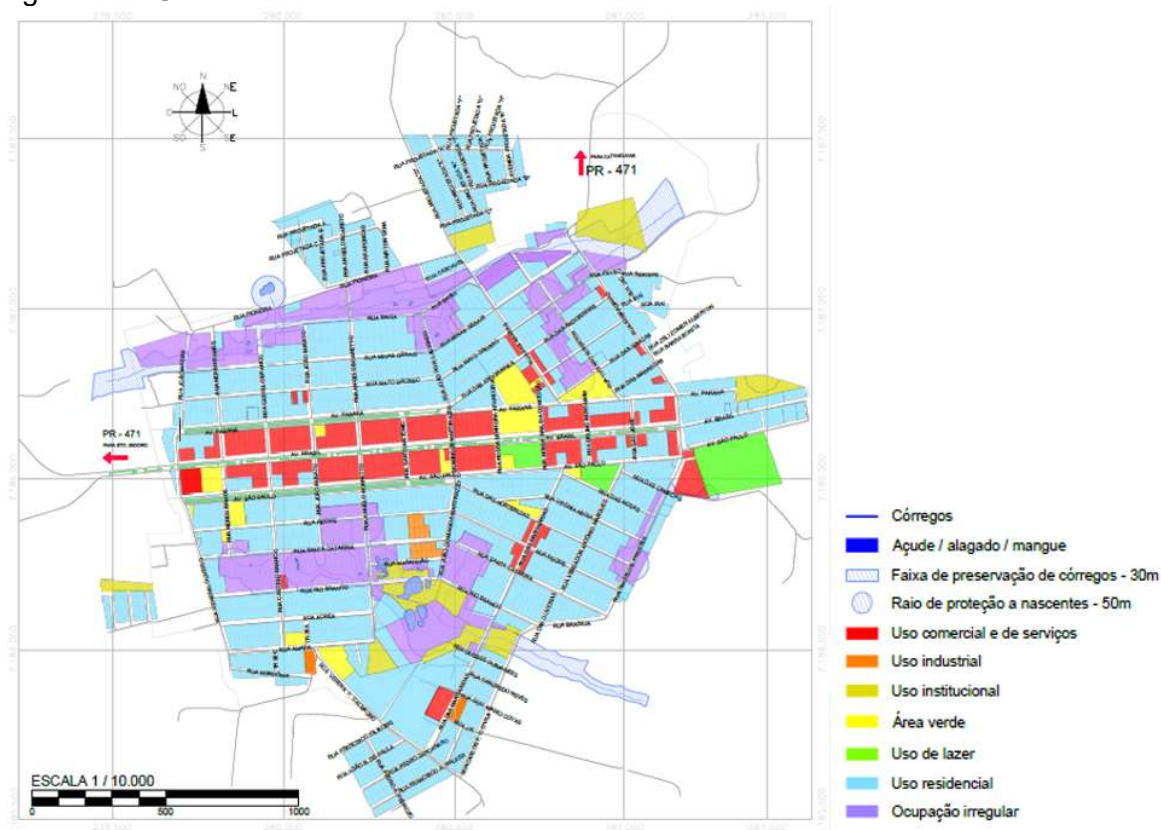
Conforme a configuração do espaço, os usos comerciais e de serviços se concentram no eixo formado pelas três vias principais (Figura 27). Além disso, existem também alguns outros pontos de comércio vicinal, de bairro, na Rua das Margaridas e Rua Castelo Branco. Os usos institucionais encontram-se bem distribuídos pela malha



urbana que é adensada, sem locais de residências isoladas. Este último tipo de uso ocupa as outras quadras fora do eixo, que é comercial, e, impropriamente, os fundos de vale dos córregos Três Barras e Trigolândia.

O lote padrão na área urbana mede 15 x 35 m, resultando em 525 m², entretanto, também podem ser encontrados lotes com 180 m², resultantes de desdobros. As edificações da cidade não ultrapassam o segundo pavimento, sendo predominantes moradias térreas. Quanto ao material, encontram-se distribuídas em todo território construções de alvenaria e de madeira. O recuo frontal obedecido pela população é de 3 metros.

Figura 27 – Uso do solo urbano



Fonte: Plano Diretor.

4.1.2 Espaço Rural

- **Uso e Ocupação do Solo**

No município de Três Barras do Paraná predominam pequenas propriedades rurais, de até 50 hectares, caracterizando agricultura familiar. Há poucos latifúndios, visto que, quase 88% dos proprietários repartem entre si 36,42% de todo território produtivo, e 5,14% dos proprietários detêm aproximadamente 34% das terras (Tabela 15).



Tabela 15 – Número e área de estabelecimento agropecuários segundo categorias de proprietários rurais, Três Barras do Paraná - PR (2017)

Categorias de agricultores	Unidades	%	Área (ha)	%
Agricultores até 50 ha	1.018	87,24%	14.449	36,42%
Agricultores de 50 ha até 100 ha	89	7,62%	6.011	15,15%
Agricultores acima de 100 ha	60	5,14%	13.305	33,53%
TOTAL	1.167	100%	39.675	100%

Nota: Valores de proprietários com área superior a mil ha são inibidos para não identificar o informante
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Grande parte dos pequenos e médios estabelecimentos rurais destinam-se a pecuária e criação de outros animais possuindo 653 estabelecimentos com área de até 100 hectares, seguido da produção de lavouras temporárias que possui 419 estabelecimentos com área de até 100 hectares (Tabela 16).

Tabela 16 – Número de estabelecimento rurais segundo grupos de área por atividade econômica, Três Barras do Paraná (2017)

Estabelecimentos	Produção de lavouras temporárias	Produção de lavouras permanentes	Pecuária e criação de outros animais
Menos de 1 ha	13	-	17
1 a 2 ha	15	-	18
2 a 5 ha	58	1	99
5 a 10 ha	63	-	154
10 a 20 ha	112	1	187
20 a 50 ha	119	-	131
50 a 100 ha	39	1	47
100 a 200 ha	24	-	11
200 a 500 ha	8	-	6
500 a 1000 ha	3	-	3
1000 a 2500 ha	1	-	3
TOTAL	455	3	677

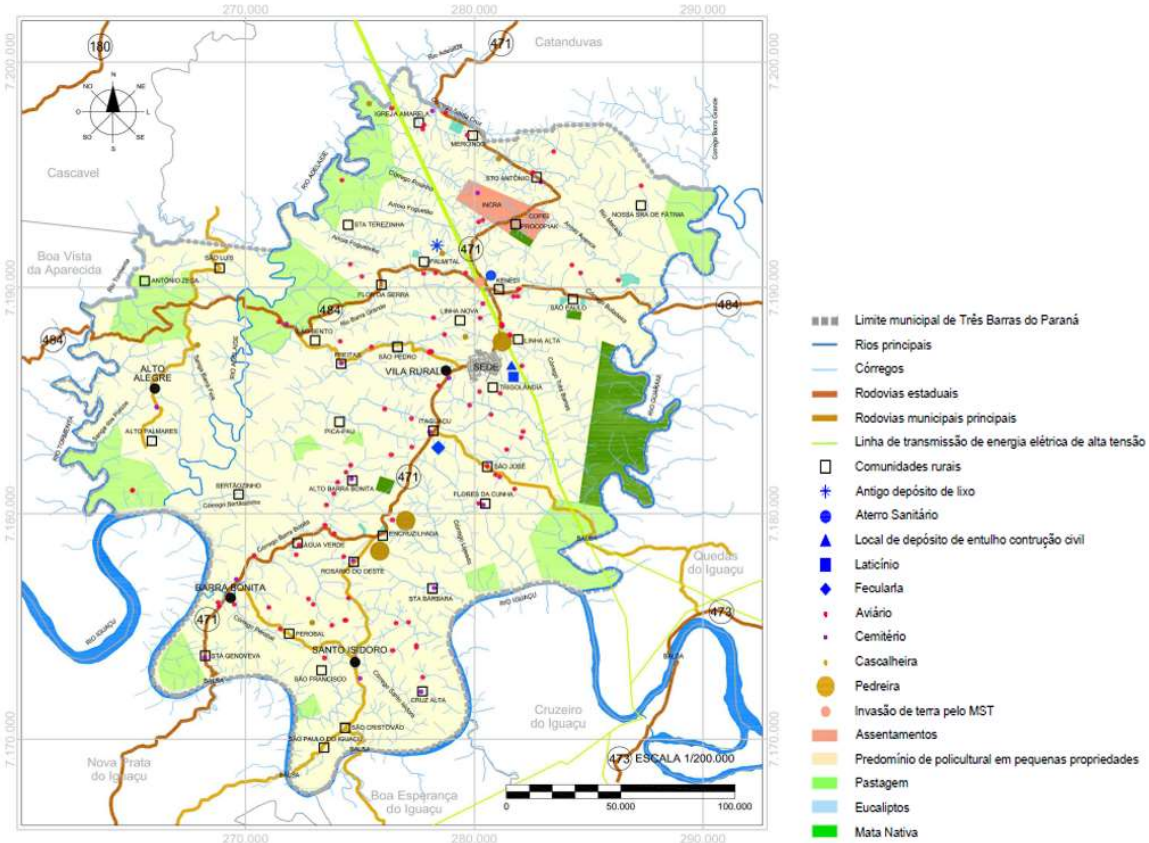
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Devido a esta estrutura fundiária, existem muitas comunidades rurais em Três Barras do Paraná, 35 ao todo. São estas: Água Verde, Alto Barra, Alto Palmares, Antônio Zeca, Cruz Alta, Encruzilhada, Flor da Serra, Flores da Cunha, Freitas, Igreja Amarela, Itaguaçu, Kenedi, Linha Alta, Linha Nova, Mercindo, Nossa Senhora de Fátima, Palmital, Perobal, Pica-pau, Procopiak, Rosário do Oeste, Santa Bárbara, Santa Geneveva, Santa Terezinha, Santo Antônio, São Bento, São Cristóvão, São Francisco, São José, São Luiz, São Paulo, São Paulo do Iguaçu, São Pedro, Sertãozinho e Trigolândia. Tais comunidades, em geral, possuem igreja e espaço comunitário. A comunidade de Rosário do Oeste conta com uma quadra de esportes e a de Alto Barras uma associação de pequenos produtores rurais.



Quanto a usos que podem gerar impacto ambiental, é importante salientar os muitos aviários espalhados por todo território municipal, além das 6 cascalheiras à beira das estradas e 3 pedreiras, segundo Figura 28.

Figura 28 – Uso do solo rural



Fonte: Plano Diretor.

Um grande problema que afeta, significativamente, o sistema hídrico de Três Barras do Paraná é a localização de seus cemitérios rurais, 16 ao todo. Todos estão a menos de 500 m, distâncias não-seguras, provavelmente contaminando o subsolo e, por conseguinte, as águas do município.

Em relação à conservação da vegetação nativa, 70% das matas ciliares encontram-se preservadas segundo a Prefeitura Municipal, e ainda existe o Parque Estadual do Rio Guarani, com 2.230 hectares. Também há produção de madeira de reflorestamento, entre pinus e eucalipto, que, apesar de não constituírem áreas de ecossistemas, com biodiversidade e complexidade de relações entre fauna, flora e demais seres vivos, compõem massa arbórea que tem importância na conservação do solo e de outros fatores ambientais.



Tabela 17 – Utilização das terras em áreas, Três Barras do Paraná (2017)

Utilização das terras	Área dos estabelecimentos agropecuários	
	Hectare	Percentual
Produção de lavouras temporárias	17.440	43,96%
Horticultura e floricultura	56	0,14%
Produção de lavouras permanentes	111	0,28%
Pecuária e criação de outros animais	21.603	54,44%
Produção Florestal - Florestas plantadas	346	0,88%
Aquicultura	119	0,30%
TOTAL	39.675	100%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

- **Condição Legal das Terras**

Em Três Barras do Paraná, existe uma área de posse do poder público onde integrantes do Movimento Sem Terra (MST) aguardam serem instalados em local próprio de política de reforma agrária.

Já foram realizados assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL), no local indicado na Figura 28.

Tabela 18 – Condição legal das terras, Três Barras do Paraná (2017)

Condição legal das terras	Hectare	%
Terras próprias	30.500	76,87%
Concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	409	1,04%
Terras arrendadas	5.500	13,86%
Terras em parceria	888	2,24%
Em regime de comodato	2.351	5,92%
Terras ocupadas	27	0,07%
TOTAL	39.675	100%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

4.2 Habitação

4.2.1 Densidade habitacional e condição de ocupação urbana

Segundo o censo demográfico do IBGE, no ano de 2010 Três Barras do Paraná possuía 4.189 domicílios particulares permanentes, sendo 2.147 destes situados em território urbano e 2.042 no rural. A maioria dos domicílios, tanto urbanos quanto rurais, estava ocupada por famílias de até 2 componentes (Tabela 19). É importante observar que 99,90% da população de Três Barras do Paraná residiam em domicílio particular permanente; e uma pequena porção (não chega a 0,1%) em domicílios coletivos.



Tabela 19 – Domicílios particulares permanentes: residentes por número de componentes – Três Barras do Paraná 2010

Composição das Famílias	Nº de Famílias
Com até 2 pessoas	1.130
Com 3 pessoas	1.075
Com 4 pessoas	840
Com 5 pessoas	324
Com 6 pessoas ou mais	144
TOTAL	3.513

NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 20 de agosto de 2014.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010) - Dados da amostra.

Os imóveis residenciais de Três Barras do Paraná, em sua maioria (79,53%) são próprios, outros 10,73% alugados e mais de 9,02% são cedidos, entre imóveis urbanos e rurais (Tabela 20).

Tabela 20 – Famílias residentes por condição de ocupação: Três Barras do Paraná 2010.

Condição de ocupação	Nº de domicílios
Próprio	2.964
Alugado	400
Cedido	336
Outra condição	27
Total	3.727

NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 20 de agosto de 2014.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010) - Dados da amostra.

Os aluguéis com valores mais baixos – em média R\$300,00 – concentram-se nos bairros Alto Campo, Jardim Floresta e proximidades. Isso se deve ao distanciamento dessas áreas das zonas comerciais onde se concentram as lojas, mercados, serviços públicos e outros, o que justifica também a valorização dos terrenos que se encontram no centro da cidade, no qual o aluguel nesta região chega a custar R\$800,00.

4.2.2 Déficit habitacional

O déficit habitacional corresponde “à necessidade de reposição total de unidades precárias e ao atendimento da demanda não-solúvel nas condições atuais do mercado de habitação³.

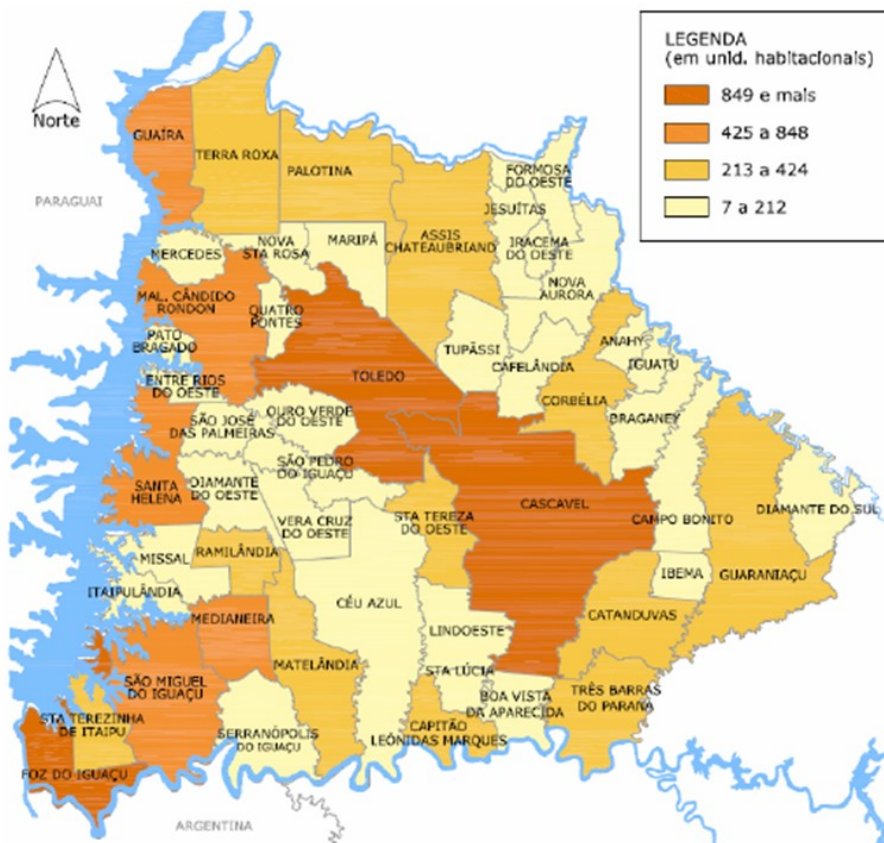
O déficit habitacional paranaense foi estimado em 169.227 novas moradias, em 2000, e o de Três Barras do Paraná foi de mais de 200 novas moradias (Figura 29). No Município, atinge 10% da população, enquadrado, portanto, no conjunto de 374 municípios do Estado com déficit entre 3,18% a 12,70% (Figura 30).

³ Atlas de necessidades habitacionais IPARDES 2000.



O déficit habitacional leva em consideração três fatores, segundo o Atlas de Necessidades Habitacionais no Paraná: Domicílios improvisados (Figura 31); Famílias conviventes (Figura 32); Co-habitação disfarçada (Figura 33).

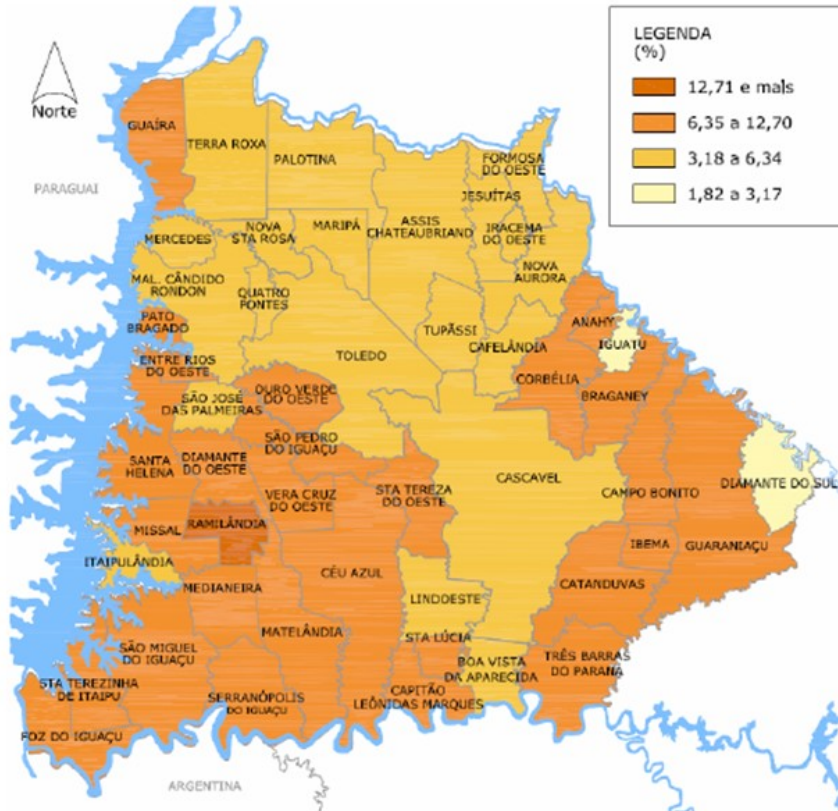
Figura 29 – Déficit habitacional absoluto



Fonte: Atlas de necessidades Habitacionais no Paraná.

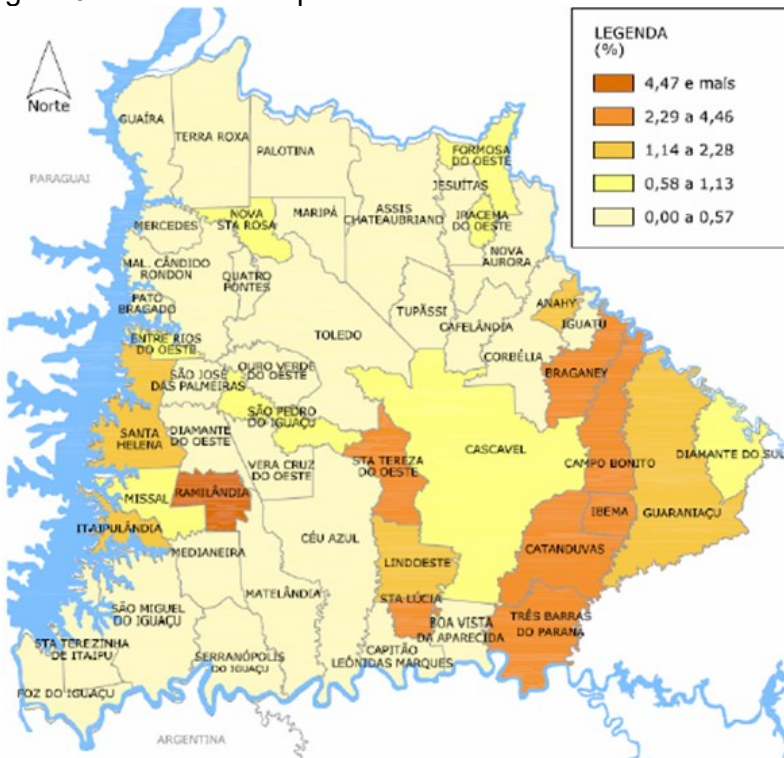


Figura 30 – Déficit habitacional relativo



Fonte: Atlas de necessidades Habitacionais no Paraná.

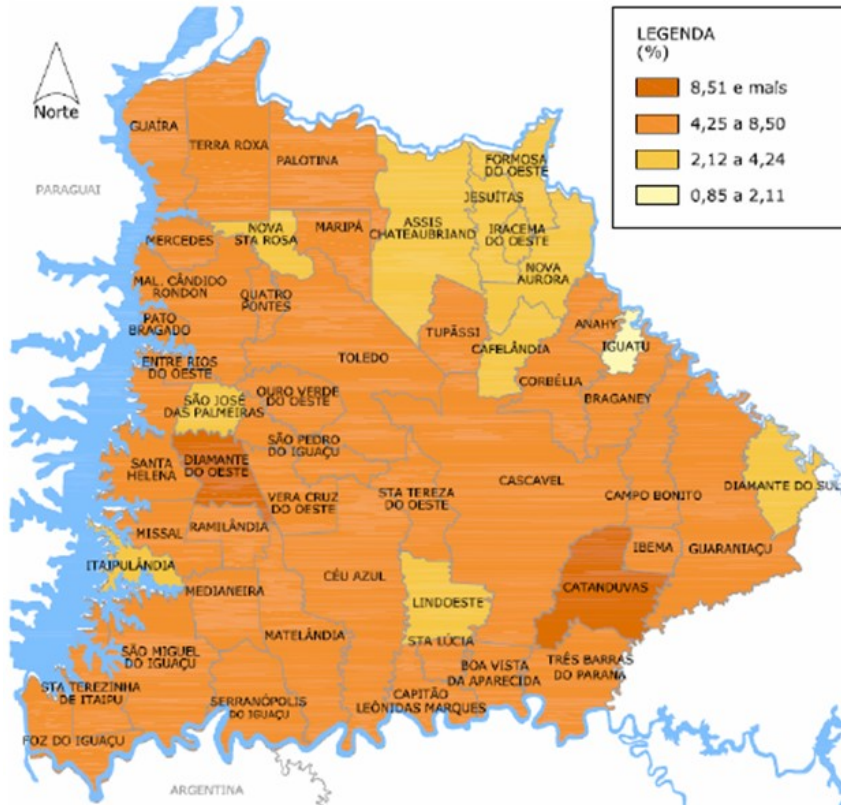
Figura 31 – Domicílio improvisados



Fonte: Atlas de necessidades Habitacionais no Paraná.

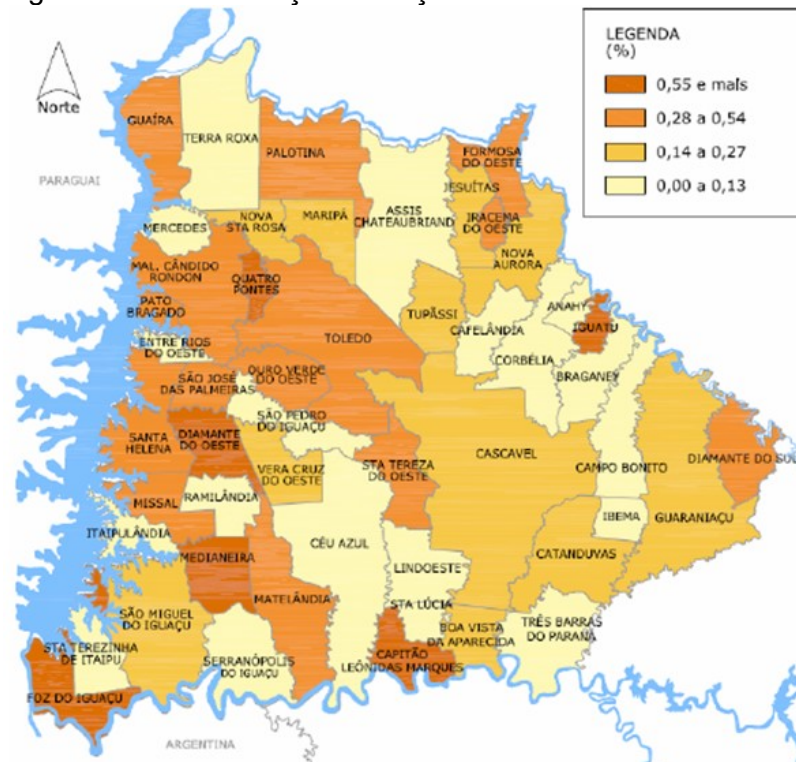


Figura 32 – Famílias conviventes



Fonte: Atlas de necessidades Habitacionais no Paraná.

Figura 33 – Co-habitação disfarçada



Fonte: Atlas de necessidades habitacionais no Paraná.



Em Três Barras do Paraná, conforme levantamento realizado através de cadastros da Prefeitura Municipal há 200 famílias, aproximadamente, morando em áreas irregulares, próximas aos córregos. Os locais de maior concentração estão em áreas verdes do município.

Existem também habitações em condições precárias implantadas em Áreas de Preservação Ambiental – APP, tais como as da Rua Mato Grosso, Minas Gerais, Rondônia e Amapá, muitas delas são alugadas ou cedidas.

Na localidade do Santo Isidoro, encontram-se as famílias em situação de maior precariedade habitacional. Ali, foi realizado um cadastramento pela Prefeitura Municipal que constatou demanda de 400 famílias que necessitam de moradia.

4.2.3 Política Habitacional

As políticas públicas para o setor habitacional visam criar mecanismos de controle das invasões irregulares, principalmente em APP, através da construção de casas populares e da disseminação de palestras educativas.

As primeiras ações do Município com fins habitacionais aconteceram em 1986, com a implantação de 20 empreendimentos, atualmente há 310 unidades habitacionais nas áreas urbanas (Tabela 21).

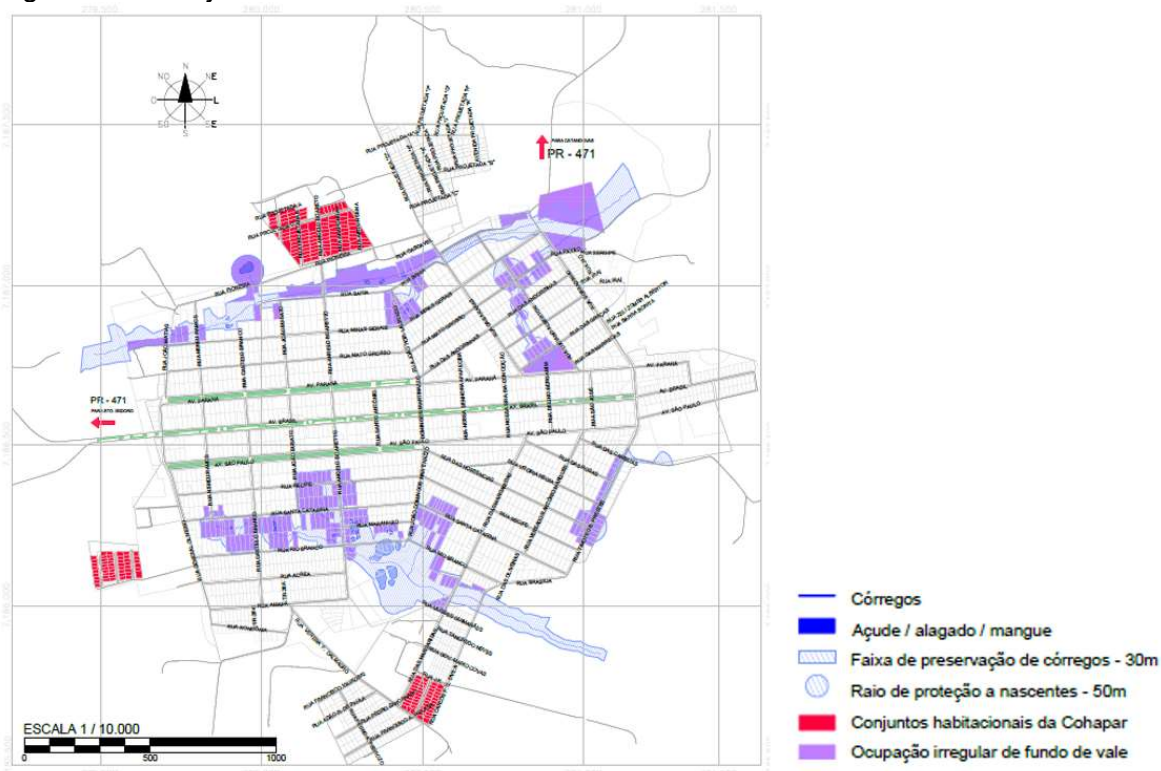
Tabela 21 – Conjuntos habitacionais públicos em Três Barras do Paraná

Empreendimento	Unidades	Conclusão	Programa	Modalidade
Cresol	14	20/06/2006	Parceria	Parceria Rural
Três Barras do Paraná Rural	43	25/01/2006	C. da Família	C. Família Rural
Moradias Floresta Solidariedade	39	01/04/2002	Casa Feliz	Feliz Paraná Solidário
Vila Rural Araucária	24	20/02/1998	Vila Rural	Vila Rural
Três Barras do Paraná IV	25	25/05/1994	C. da Família	C. Família
Três Barras do Paraná	30	31/12/1987	Mutirão	Mutirão
Três Barras do Paraná	20	28/02/1987	Mutirão	Mutirão
Três Barras do Paraná	20	18/12/1986	Mutirão	Mutirão
Moradias Floresta	23	2016	Casa Feliz	C. Feliz Normal
Residencial Três Barras do PR I	62	2001	C. da Família	C. Família/ Caução
Residencial Três Barras do PR I Santo Isidoro	10	2006	C. da Família	C. Família
TOTAL (11)	310			

Fonte: ETM (2022).



Figura 34 – Conjuntos habitacionais



Fonte: Plano Diretor.

4.3 Sistema viário

4.3.1 Regional

A região de Três Barras do Paraná tem como importantes vias de escoamento rodovias que compõem o anel de integração:

- ✓ BR-277: conduzindo o tráfego até Curitiba no sentido leste;
- ✓ BR-277: até Foz do Iguaçu no sentido oeste;
- ✓ BR-376: até Campo Mourão no sentido nordeste.

A cidade de Cascavel, importante centro de serviços e comércio para Três Barras do Paraná, situa-se no encontro das vias citadas. A ligação entre tais municípios, no entanto, é dada majoritariamente pela PR-180 atualmente, passando pelo município vizinho de Boa Vista da Aparecida e pela PR-484. Por encontrar-se em pior estado de conservação, a PR-471, que dá acesso direto de Três Barras do Paraná ao anel de integração (PR-277) atravessando Catanduvas, é menos utilizada por sua população. (Figura 35)

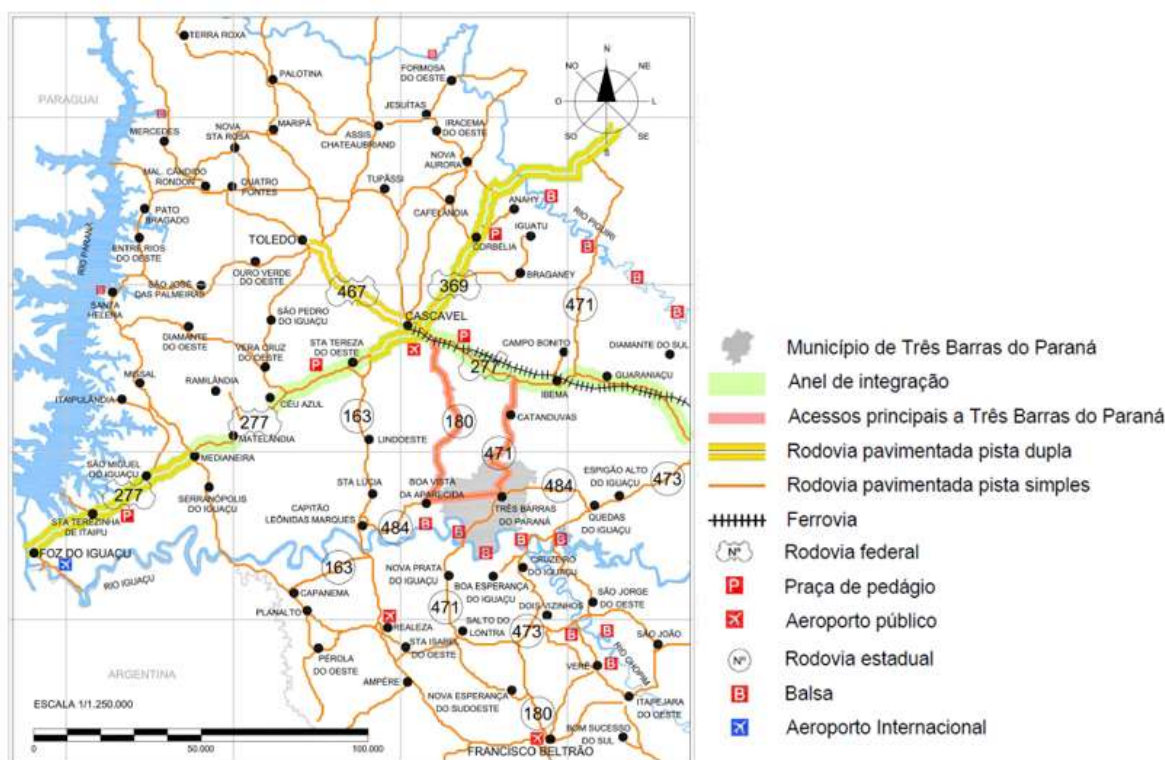


A ferrovia que liga Cascavel a Guarapuava, a Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (Ferroeste), é importante alternativa de transporte de cargas.

Em Foz do Iguaçu pode ser acessada a hidrovia do Rio Paraná, que sobe até São Simão no estado de Goiás e Iturama em Minas Gerais.

Para referência aeroportuária, Três Barras do Paraná conta com aeroportos públicos em Cascavel e Marechal Cândido Rondon e mais o aeroporto internacional de Foz de Iguaçu.

Figura 35 – Sistema viário regional



Fonte: Plano Diretor.

4.3.2 Municipal

O sistema viário municipal de Três Barras do Paraná é articulado principalmente pelas rodovias estaduais PR-471 e PR-484. A primeira atravessa o Município no sentido norte-sul, interligando a cidade ao anel de integração paranaense e ao distrito de Barra Bonita. A segunda, no Leste-Oeste, dá acesso aos vizinhos Boa Vista da Aparecida e Quedas do Iguaçu.

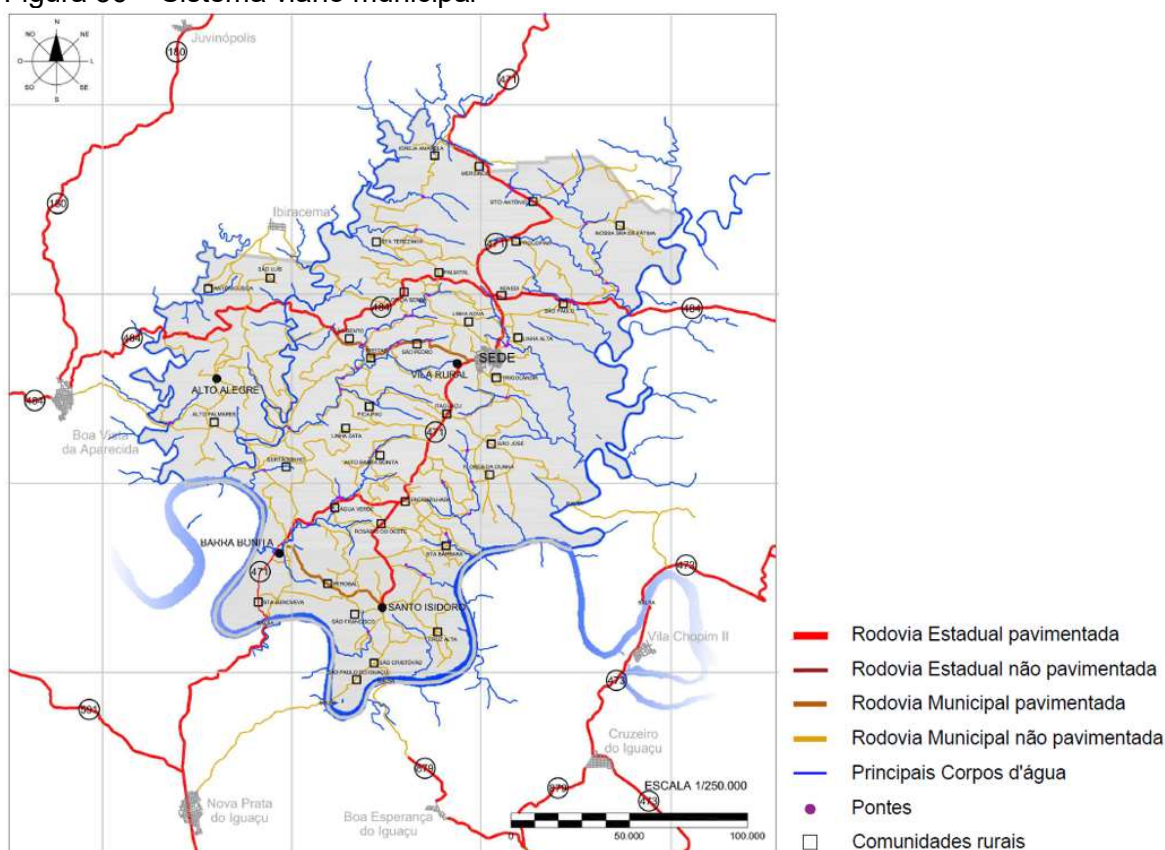
Quanto a estradas municipais, Três Barras do Paraná é bastante servida de rotas alternativas devido a sua estrutura fundiária de predomínio de pequenas propriedades.



Mas existem aquelas que se destacam na circulação intramunicipal, e são pavimentadas por pedra irregular (Figura 36).

A caixa de rolagem das estradas rurais varia entre 4 a 6 metros de largura, sendo a faixa “*non aedificandi*” exigida de 12 metros, porém, muitas vezes essa distância não é respeitada pelos proprietários rurais que, em diversos pontos do território rural, cercam parte da faixa de domínio das estradas rurais e a utilizam para plantio de lavouras e pastagens. Por essas estradas rurais passam os veículos responsáveis pelo transporte escolar.

Figura 36 – Sistema viário municipal



Fonte: Plano Diretor.

4.3.3 Urbano

O sistema viário urbano da sede de Três Barras do Paraná é estruturado pelo eixo central que apresenta porte e abrangência que propiciam seu uso de circulação e centralização de comércio e serviços. Composto pelas avenidas Brasil, Paraná e São Paulo que possuem caixa de rolagem de cerca de 7 m em cada sentido e canteiro central



também de 7 m, totalizando mais de 21 m, o eixo atravessa a área urbana de leste a oeste, dando continuidade à rodovia PR-471. A Avenida Paraná ainda possui área de estacionamento oblíquo no canteiro central. A dimensão do passeio público nestes locais é de 3 metros (Figura 37).

As faixas carroçáveis das demais vias variam entre 8 e 10 metros. Aquelas de menor dimensão transversal possuem passeio público de 1 m, e as maiores, passeio de 1,5 m.

As ruas Castelo Branco, Ângelo Boaretto e das Margaridas destacam-se entre as vias fora do eixo por concentrarem pequeno, mas significativo comércio, além de conduzirem o tráfego do centro aos bairros mais periféricos. O destaque à Rua Sobradinho se deve, além destas mesmas características, também ao fato de dar prosseguimento à rodovia até as avenidas principais já mencionadas (Figura 37 – Sistema Viário Urbano).

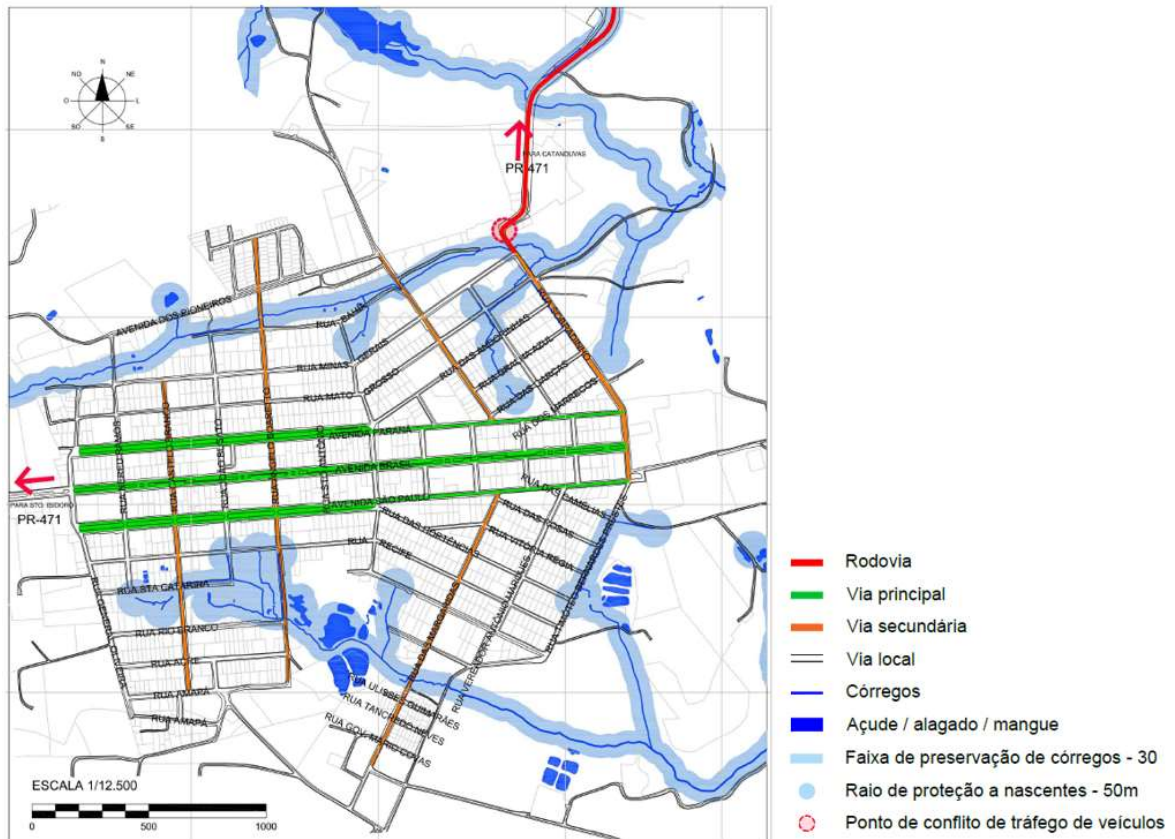
As demais ruas da malha urbana da sede podem ser consideradas como vias locais, ou seja, que se destinam ao acesso direto às propriedades, onde o uso e ocupação do solo é principalmente residencial, com eventuais ocupações comerciais e de prestação de serviços de interesse cotidiano, com baixo potencial de geração de tráfego e movimento.

Um problema de circulação de pedestres reside no fato de que poucos passeios públicos são pavimentados, e mesmo entre aqueles com calçamento, estes são inadequados, de material inseguro, escorregadio e com grande desnível em relação à caixa de rolagem. Também se encontram inadequados em relação à norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – que regulamenta os elementos e procedimentos para garantir a acessibilidade universal.

Outro problema, segundo a Prefeitura Municipal, está no desenho da curva da rodovia de acesso, indicada no Figura 37, que representa perigo aos motoristas e pedestres que caminham da sede a suas comunidades rurais.



Figura 37 – Sistema viário urbano



Fonte: Plano Diretor.



5 ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA

5.1 Abastecimento de Água

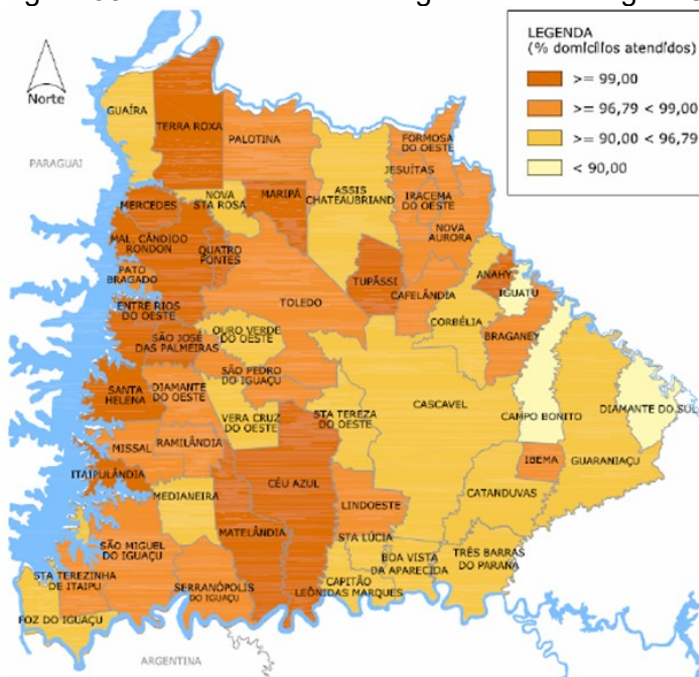
A média dos domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água na área urbana do Estado do Paraná é de 99,26%. Observa-se na Figura 38, que o município de Três Barras do Paraná possui atendimento por rede de abastecimento de água em 99,09% dos domicílios, segundo dados do IPARDES do ano de 2010.

Toda a área urbana de Três Barras do Paraná é atendida pelo convênio com a Companhia de Abastecimento do Estado do Paraná (SANEPAR), sendo esta responsável pelo tratamento de água e sua distribuição nos domicílios.

A captação de água é realizada no córrego Trigolândia, o tratamento é realizado através de processo de adução, coagulação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação.

O atendimento às vilas ou comunidades rurais é de responsabilidade do Município ou das próprias comunidades, existindo programas para a implantação do sistema de tratamento. Apenas os distritos de Santo Isidoro, Barra Bonita, Alto Alegre e a Vila Rural próxima da área urbana, são abastecidos pelo sistema da SANEPAR, porém administradas pelo Município.

Figura 38 – Abastecimento de água na Mesorregião Oeste Paranaense.



Fonte: IPARDES (2010).



De acordo com a Tabela 22 são atendidas aproximadamente 2.827 ligações, abastecendo 3.049 imóveis na área urbana, com consumo diário médio de litros por pessoa, no qual a maior parcela das unidades atendidas são residenciais (89,24%) e a menor parcela são industriais (0,46%) (IPARDES, 2022b). O consumo de água no Município apresenta-se bastante reduzido caracterizando-se considerável economia, uma vez que o consumo diário ideal recomendado pelas organizações internacionais é de 150 litros por pessoa, considerando também que famílias atualmente estão enquadradas no programa de Tarifa Social que delimita consumo de 10m³/mês por residência ou de 2,5m³/mês por pessoa (para famílias acima de 4 pessoas e consumo superior a 10m³/mês) (SANEPAR, 2021).

Tabela 22 – Abastecimento de água em 2020

Categoria	Unidades atendidas	Ligações
Residenciais	2.721	2.552
Comerciais	244	2.552
Industriais	14	14
Utilidade Pública	26	26
Poder Público	44	44
Total	3.049	2.827

Fonte: IPARDES (2022b).

O principal problema no fornecimento de água tratada está na localização do manancial de abastecimento muito próxima de áreas de cultivo de soja, milho, feijão e de implantação de granjas avícolas, atividades estas que consomem considerável volume de água. Em função desta situação, o manancial apresenta deficiência de quantidade de vazão em períodos de estiagem. A SANEPAR já perfurou diversos poços na tentativa de obter outras fontes de abastecimento, porém a região não oferece condições para utilização desses recursos.

Além disso, existe o risco de contaminação pelas atividades agropecuárias desenvolvidas próximas ao manancial e pela localização do cemitério municipal (Figura 38). Cabe destacar a necessidade de adequação do cemitério frente às exigências ambientais das leis e normas pertinentes, como meio de preservar e de garantir a qualidade das águas do Município, pois o problema se estende aos vários outros



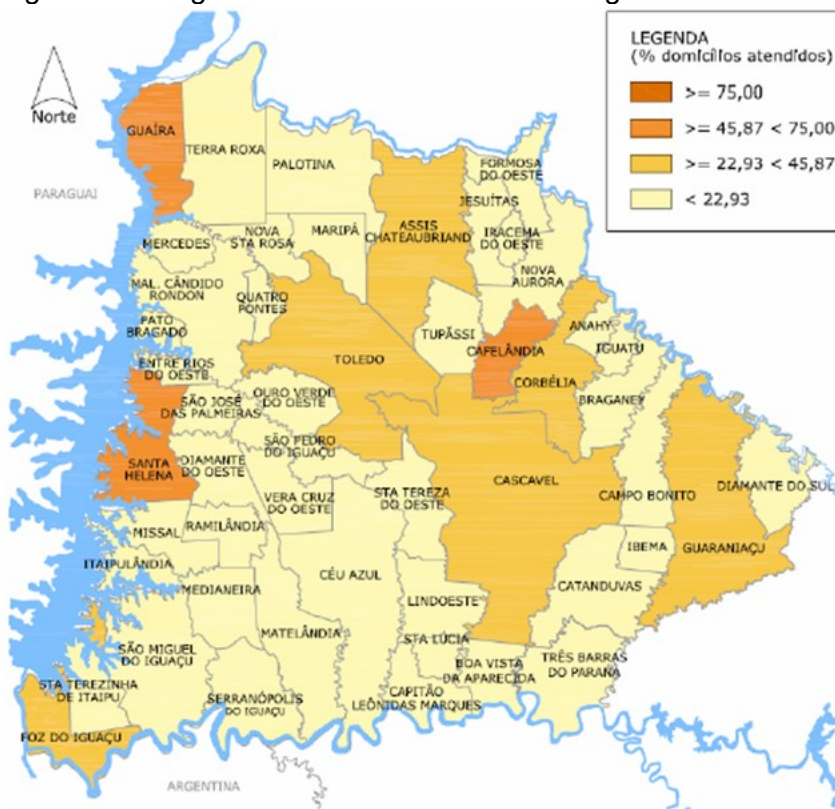
cemitérios rurais que existem em Três Barras do Paraná que não estão sob administração da Prefeitura.

5.2 Esgotamento Sanitário

Na Mesorregião Oeste Paranaense, até o ano de 2010, grande parte dos municípios não possui rede geral de esgoto, sendo poucos os que atendem mais de 46% da população e que a maioria deles atende menos de 20% de sua população (Figura 39).

Em Três Barras do Paraná a coleta e tratamento de esgoto são de responsabilidade da SANEPAR, que em 2020 atendia 2.002 unidades, tratando-se de 1.754 unidades residenciais (87,61%); 211 comerciais (10,54%); 19 unidades de poder público (0,95%); 14 unidades de utilidade pública (0,70%) e somente 4 unidades industriais (0,20%) (IPARDES, 2022b).

Figura 39 – Esgotamento sanitário na Mesorregião Oeste Paranaense



Fonte: IPARDES (2010).

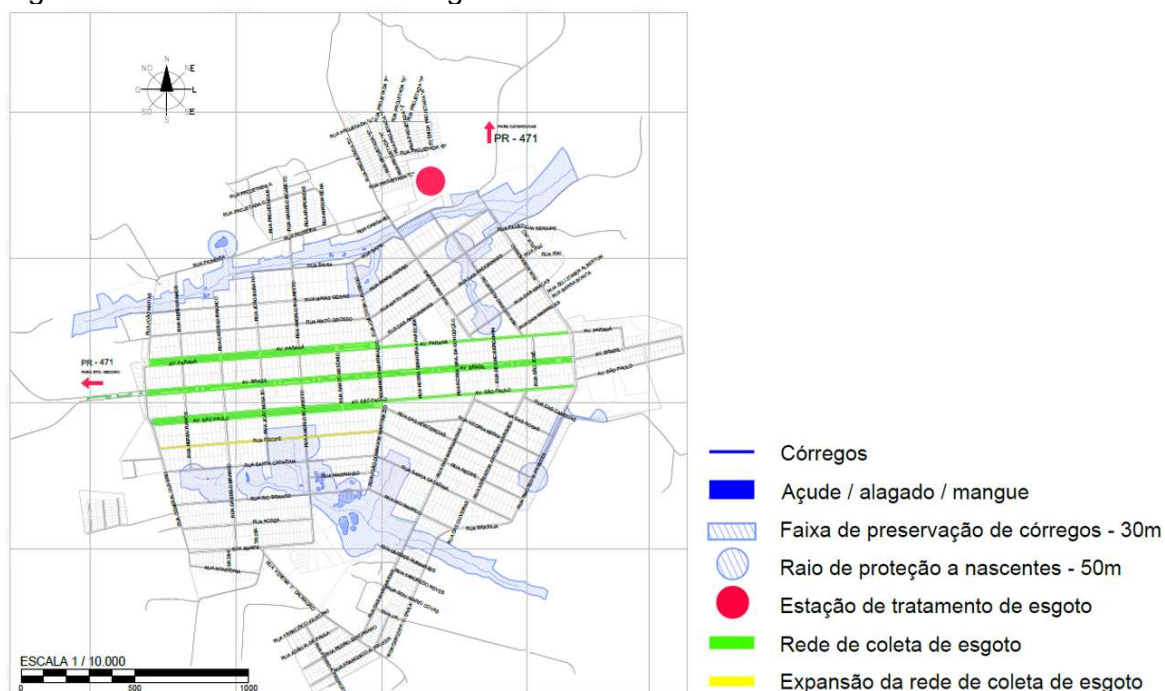
Atualmente não são atendidos por rede coletora de esgoto os setores indicados na Figura 40. O esgoto é encaminhado para uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), que foi projetada para suportar 100% da demanda de ligações da área urbana.

As habitações que ainda não são atendidas pela rede de coleta de esgoto utilizam-se do sistema de fossa e sumidouro, em média, uma por lote, porém existem



casos de mais de um desses equipamentos, em que a segunda fossa teve que ser construída na calçada por falta de espaço. Casos que geram problemas à SANEPAR, que por vezes é obrigada a desviar a rede de abastecimento de água nesses locais e solicitar a desativação das fossas, para evitar contaminação da água. Atualmente a Vigilância Sanitária faz o controle da construção dessas fossas, não permitindo que as mesmas fiquem próximas à rede de abastecimento de água. O uso das fossas sépticas gera demandas constantes de limpeza e essas são executadas por empresas particulares contratadas pelo usuário e eventualmente pela Prefeitura Municipal. Entretanto, sabe-se que as fossas sépticas e sumidouros, desde que adequadamente construídos e eficientemente manejados, geram menor impacto ambiental do que sistemas inadequados de tratamento de esgoto coletivo.

Figura 40 – Rede de Coleta de Esgoto



Fonte: ETM (2019).

A área rural não dispõe do serviço de coleta de esgoto, utilizando-se também de fossas sépticas ou ligações clandestinas, sem qualquer tipo de tratamento, em córregos e ribeirões. Segundo técnicos da Prefeitura Municipal, o solo do Município possui boa profundidade, não apresentando problemas quanto à infiltração em lençóis freáticos.

Priorizar o tratamento de esgoto e a fiscalização da rede de águas pluviais, a fim de combater e prevenir ligações clandestinas de esgoto nas galerias de captação pluvial evita a contaminação dos cursos hídricos. Monitorar e inibir ligações clandestinas de



águas pluviais nas tubulações de coleta de esgoto evita, por sua vez, a sobrecarga das redes.

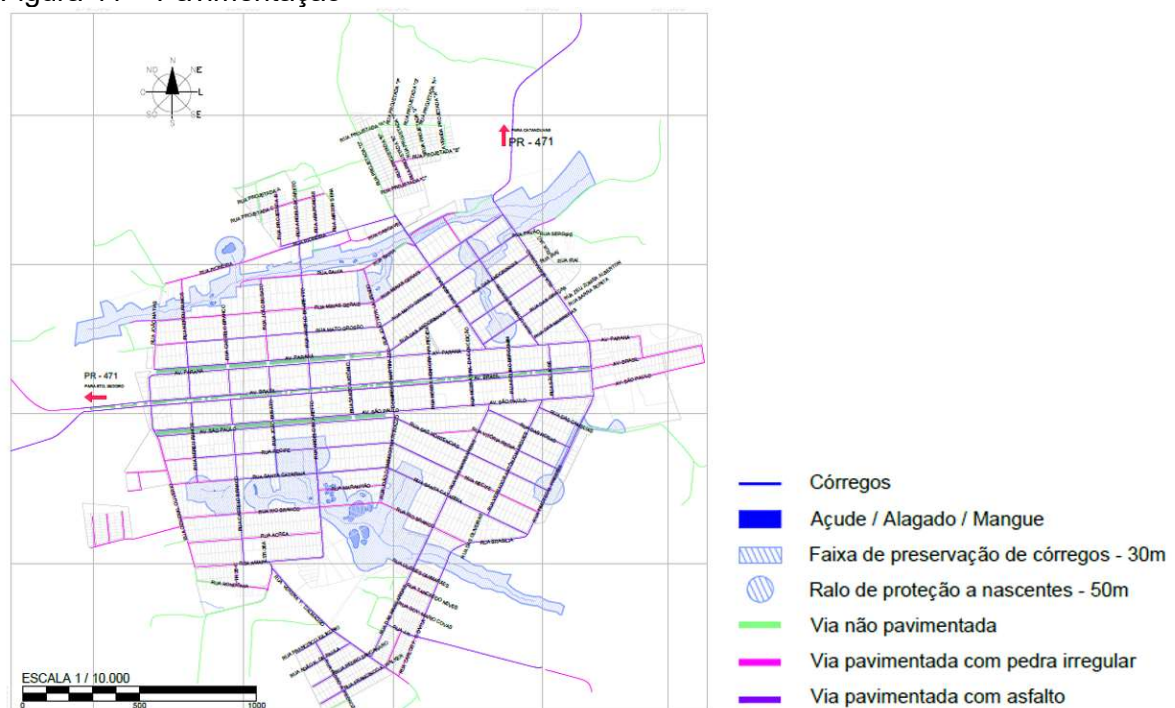
5.3 Drenagem de Águas Pluviais e Pavimentação

5.3.1 Pavimentação

Na sede de Três Barras do Paraná praticamente todas as vias são pavimentadas, mas somente as três avenidas principais (Brasil, Paraná e São Paulo) são asfaltadas (Figura 41). Há projeto da Prefeitura para calçamento por pedra irregular daquelas ruas que se encontram ainda em leito natural.

No Município existem pedreiras que suprem a necessidade deste tipo de pavimentação que também é utilizado em algumas estradas rurais. (Figura 42).

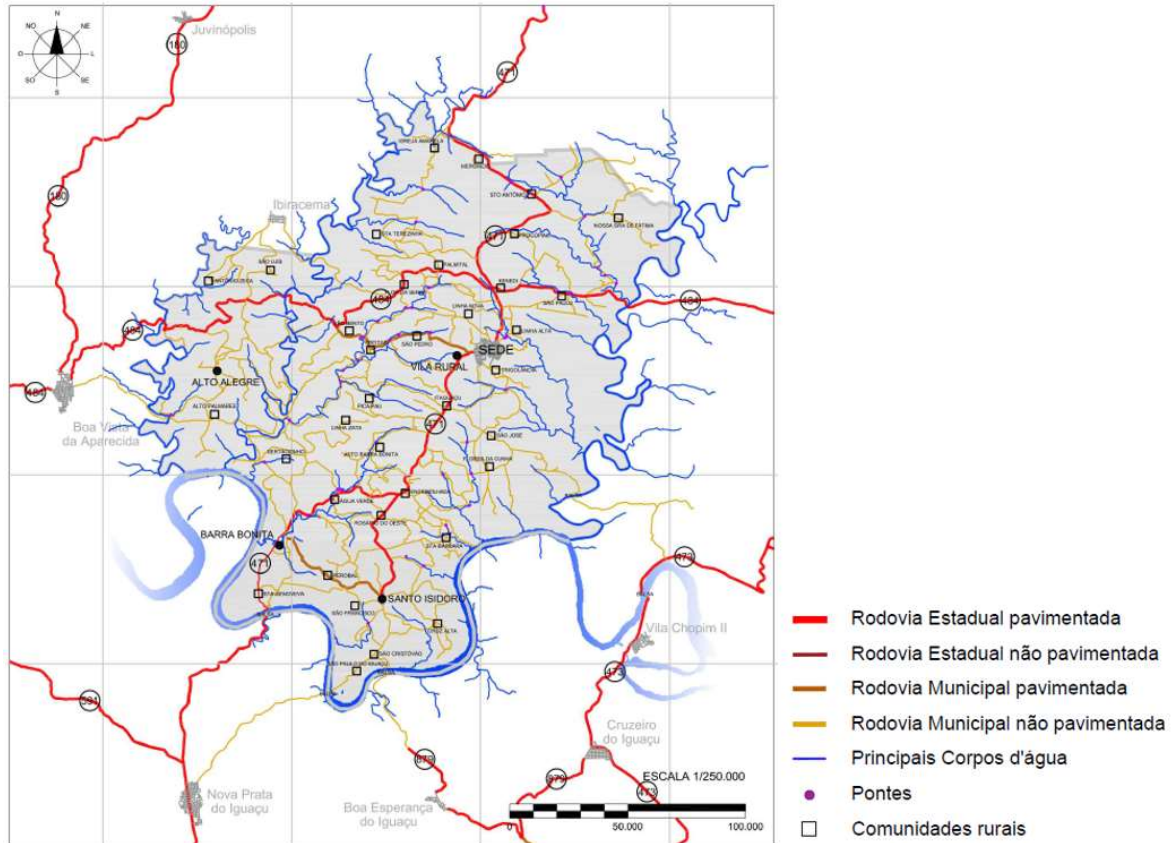
Figura 41 – Pavimentação



Fonte: ETM (2019).



Figura 42 – Sistema viário municipal



Fonte: ETM (2019).

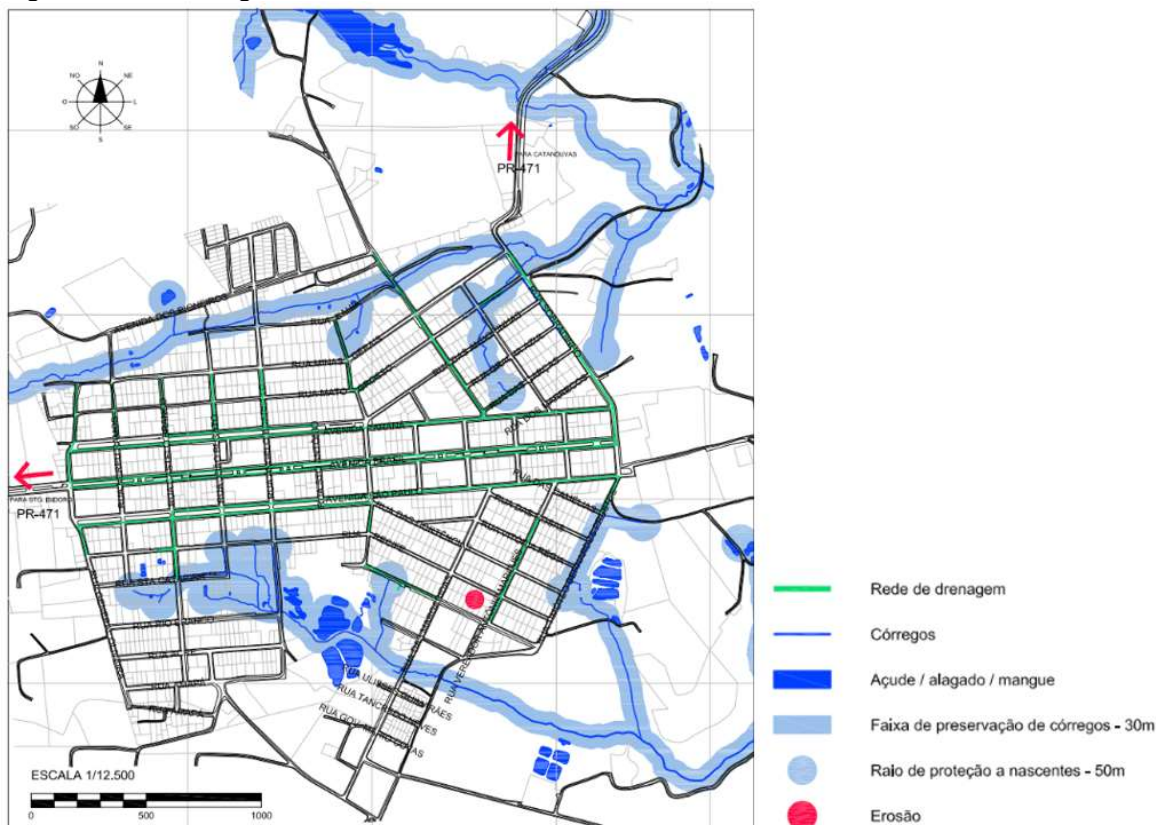
5.3.2 Drenagem

O sistema de drenagem de águas pluviais utiliza a própria topografia para, através da gravidade, conduzir as águas pluviais a valas ou drenos e aos corpos d'água que se encontram dentro da malha urbana, córregos Três Barras e Trigolândia.

A rede de galerias contempla somente a porção mais central da sede do Município, descobrindo as áreas mais periféricas, justamente aquelas de maior declividade e proximidade com os fundos de vale. Esta falta acarreta processos de erosão, mas não há previsão do poder público para ampliar o atendimento desta infraestrutura. (Figura 43)



Figura 43 – Drenagem



Fonte: ETM (2019).

5.4 Resíduos Sólidos

Dentro de sua Mesorregião, o Município de Três Barras do Paraná classifica-se entre aqueles abaixo da média estadual de 97,12% dos domicílios atendidos por este tipo de serviço (Figura 44).

A coleta dos resíduos domiciliares em Três Barras do Paraná é feita com veículo basculante fechado e é terceirizada. Toda a área urbana da sede do município é atendida diariamente no período noturno. A quantidade recolhida de quatro toneladas/dia e destinada ao aterro sanitário (Figura 45 – Resíduos Sólidos), deve ser reduzida em 25%, segundo previsões municipais, através da futura implantação da coleta seletiva.

Busca-se, desta maneira, o aumento da vida útil do aterro sanitário que atualmente é de seis anos, e que poderá ser estendida através desta iniciativa por mais três anos no mínimo.

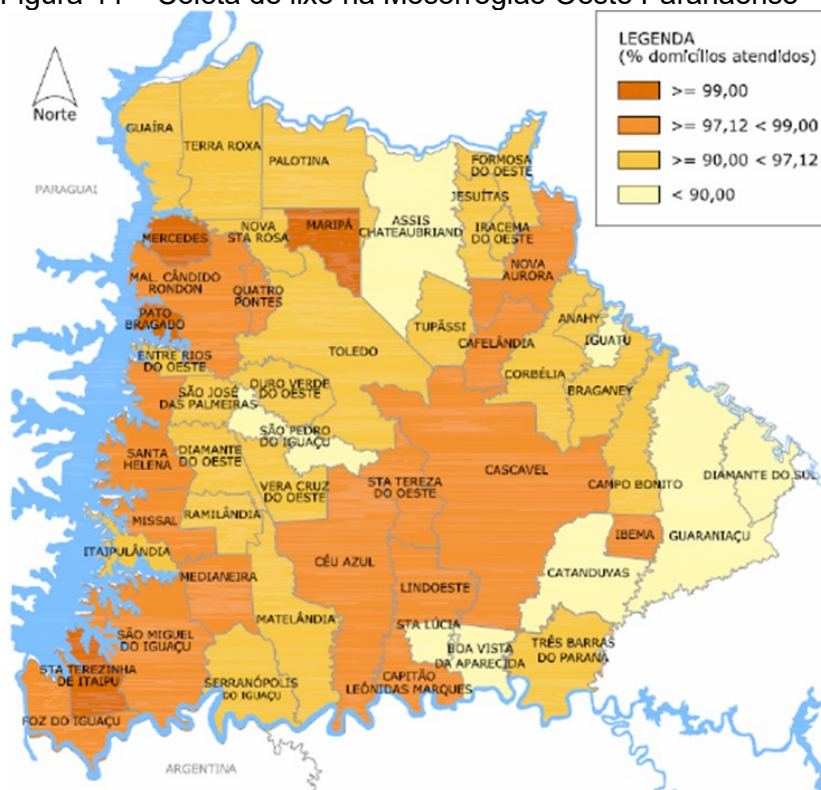
No ano de 2006, Três Barras do Paraná desenvolveu um programa de coleta seletiva que envolvia as escolas, mas foi desativado por falta de pessoal treinado.



No momento, há apenas catadores que recolhem o material reciclável, e nenhuma ação da municipalidade. Poucas residências separam o material reciclável, ao contrário dos estabelecimentos comerciais.

Não se faz coleta dos resíduos domésticos nos distritos de Barra Bonita, Santo Isidoro e Alto Alegre. Este lixo é queimado e, em alguns casos, é enterrado em quintais.

Figura 44 – Coleta de lixo na Mesorregião Oeste Paranaense



Fonte: ETM (2019).

Os resíduos da construção civil (entulho) são recolhidos pelo município e depositados em terreno próximo à malha urbana e ao ponto de captação de água da sede, fora do perímetro, conforme Figura 45 – Resíduos Sólidos.

As indústrias de Três Barras do Paraná são responsáveis por seus próprios resíduos. Parte deles é submetida a processos de decomposição ou são utilizados como fonte de energia (a madeira, por exemplo); em outros casos são comercializados como material reciclável.

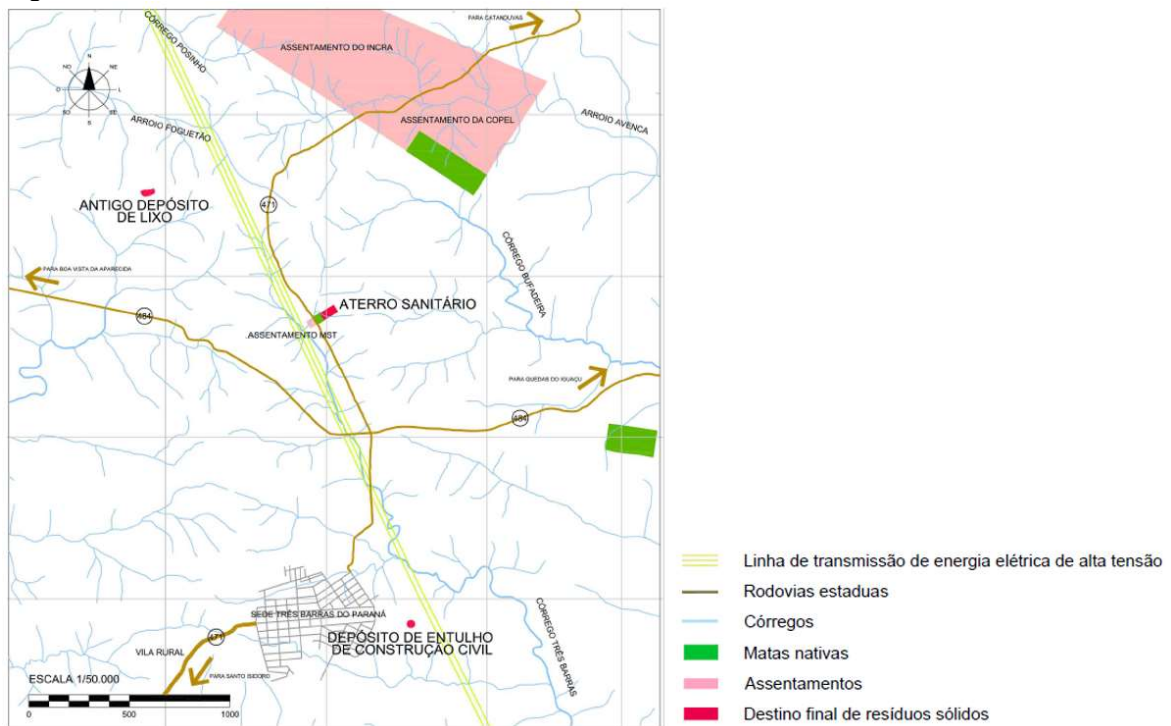
O lixo hospitalar dos estabelecimentos da saúde é armazenado em contêiner e recolhido por empresas especializadas que fazem o processo de destinação final de acordo com a legislação em vigor. Todos os estabelecimentos de saúde, inclusive farmácias e agro veterinários, possuem plano de gerenciamento de resíduos protocolados junto ao Instituto Ambiental do Paraná.



O material proveniente de podas de árvores é destinado à população de baixa renda como fonte de energia.

O antigo depósito de lixo do Município encontra-se cercado e arborizado, mas, como mostra a Figura 45, está em local próximo a nascentes.

Figura 45 – Resíduos sólidos



Fonte: ETM, 2019.

5.4.1 Varrição

A Secretaria de Serviços Urbanos é responsável pela varrição que é realizada somente na área central da sede do município, diariamente no período da manhã.

5.5 Energia elétrica e iluminação pública

5.5.1 Energia elétrica

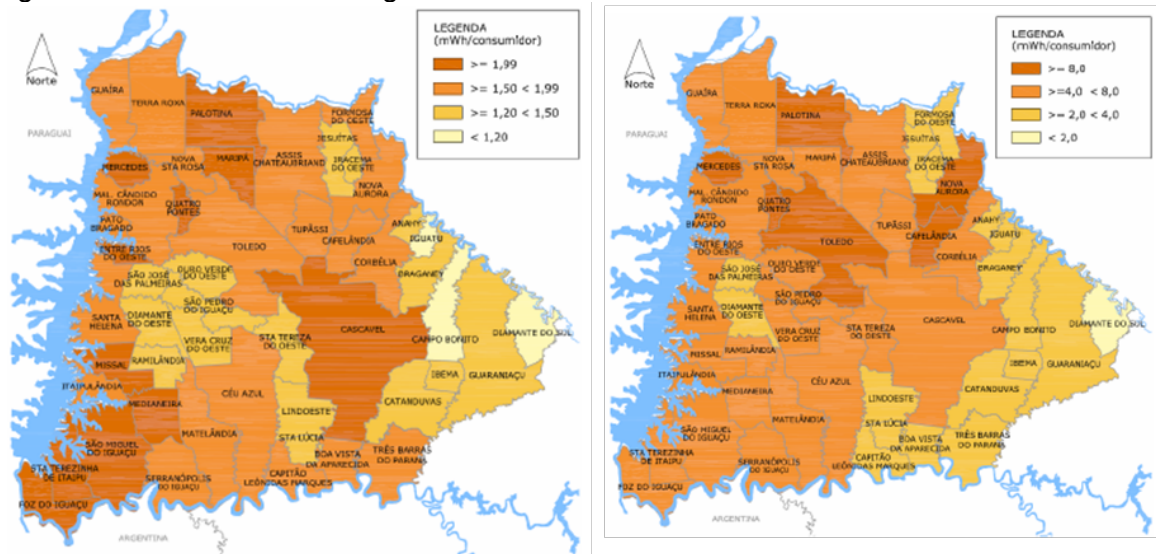
A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) é responsável pelo fornecimento de energia em Três Barras do Paraná.

Segundo o IPARDES (2022b), no ano de 2020, o município de Três Barras do Paraná apresentou cerca de 4.999 consumidores de energia elétrica. Toda área urbana é atendida e o consumo médio residencial em megawatts-hora (Mwh) por consumidor



demonstra intensa utilização pela população. Já em meio rural, a classificação do Município comparado aos outros da mesma Mesorregião, encontra-se entre as mais baixas, já que a produção do setor primário em Três Barras não é caracterizada como de grande nível de mecanização, predominando pequenas propriedades dedicadas à policultura e gado leiteiro. Da mesma forma, os consumos comercial e industrial são baixos, pois não há grandes estabelecimentos nem atividades que exijam grande maquinário ou funcionamento contínuo, excetuando-se a câmara de resfriamento do laticínio.

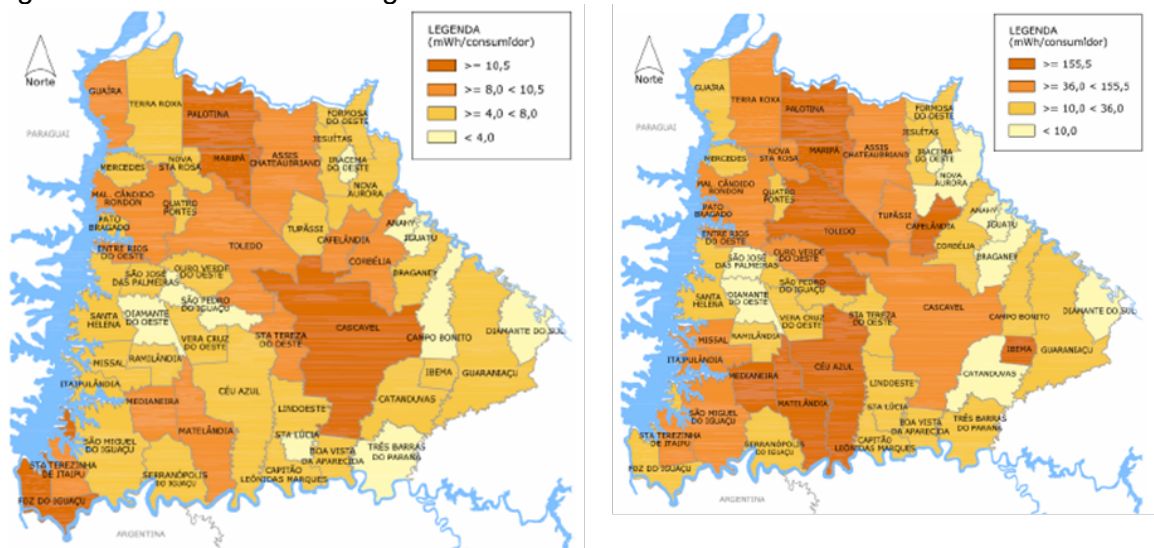
Figura 46 – Consumo de energia elétrica residencial e rural.



Fonte: IPARDES, 2010.



Figura 47 – Consumo de energia elétrica comercial e industrial



Fonte: IPARDES, 2010.

5.5.2 Iluminação Pública

Toda área urbana do Município, tanto a sede como os distritos, é atendida por iluminação pública.

Os diferentes tipos de lâmpadas utilizadas estão distribuídos conforme o Figura 48, e são:

- ✓ Vapor de sódio com potência de 250W;
- ✓ Vapor de mercúrio com potência de 125W;
- ✓ Vapor de mercúrio com potência de 80W.

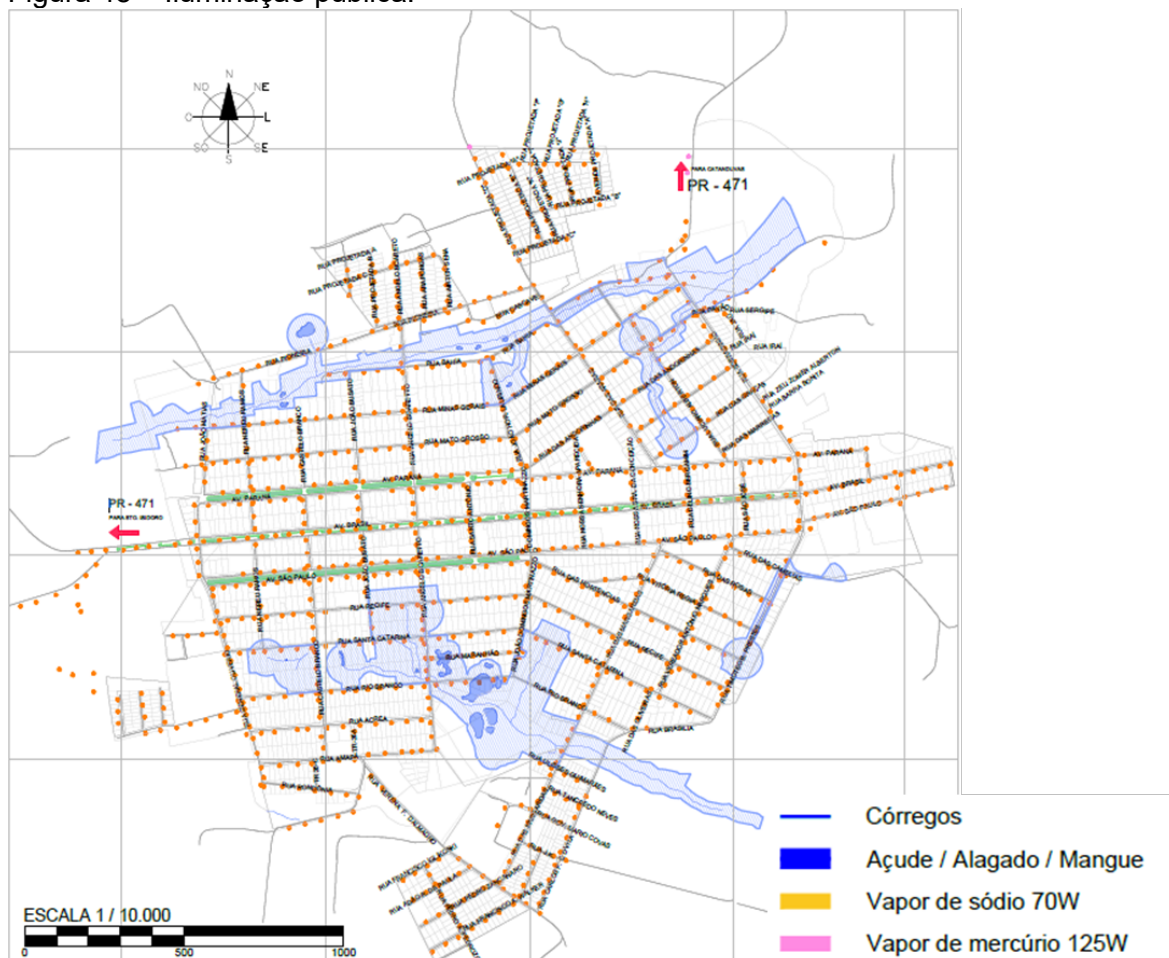
Não há previsão de troca das lâmpadas de sódio pelas de mercúrio, nem de rebaixamento da iluminação.

Alguns locais da cidade sofrem com problemas de luminosidade ruim devido às copas das árvores que se transpõem ao foco da iluminação. Tal conflito da iluminação pública e rede de distribuição de energia com a arborização urbana são notórios não apenas em Três Barras do Paraná, mas na maioria dos municípios do país.

Ao mesmo tempo, a conscientização da importância da arborização urbana é, a cada dia, adquirida por mais pessoas. Assim, uma das propostas a serem contempladas pelo Plano Diretor deverá ser um plano de substituição de árvores, adequando as espécies para resolver a incompatibilidade e a necessidade de podas contínuas feitas pela COPEL.



Figura 48 – Iluminação pública.



Fonte: ETM, 2019

5.6 Comunicação

5.6.1 Telefonia e Internet

O serviço de telefonia fixa que atende o município de Três Barras do Paraná é a Brasil Telecom; o de telefonia móvel conta com as operadoras Vivo, TIM, Claro e Oi. Os sistemas funcionam de maneira satisfatória, mas o segundo poderia ser melhorado quanto ao alcance do sinal, que é falho em alguns locais da zona rural, pois sua antena está localizada em outro município. Portanto, somente a antena de telefonia fixa situa-se dentro da área urbana da sede.

O Município conta com serviços de internet oferecendo sistema de discagem e banda larga fixa. De acordo com o IPARDES (2022b) no de 2020 o município de Três Barras do Paraná contava com 7.070 números de acessos à telefonia móvel, 830 acessos à banda larga fixa e 318 acessos à telefonia fixa.



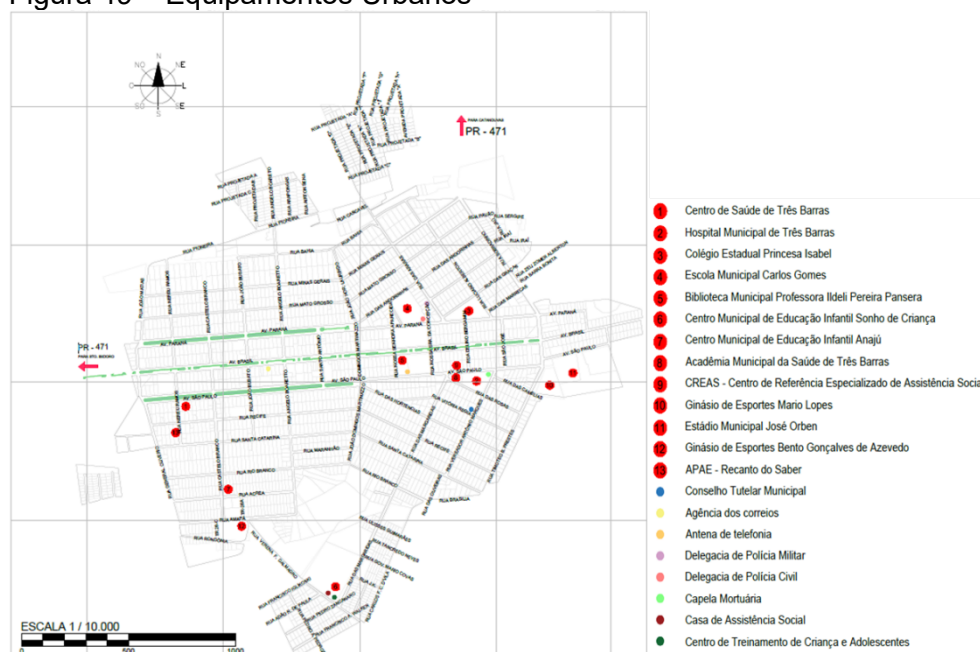
5.6.2 Rádio e Televisão

Devido à localização do Município é possível sintonizar as ondas de rádios AM e FM da região, porém com baixa qualidade de captação, e os sinais de televisão das antenas geradoras, emissoras e retransmissoras de Cascavel. Não há emissoras de rádio privadas nem comunitárias no Município.

5.6.3 Correios

O Município dispõe de uma agência de correios (IPARDES, 2022b) que está localizada na área central conforme Figura 49 – Equipamentos Urbanos. A correspondência da área rural e bairros mais distantes é atendida através de caixas de postagens.

Figura 49 – Equipamentos Urbanos





6 ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

6.1 Saúde

O Município de Três Barras do Paraná está inserido na 10ª Regional de Saúde do Estado do Paraná, que é composta por 25 municípios, sendo a sede Cascavel. O papel da regional é de apoio, cooperação técnica e investimentos nos municípios e nos consórcios, fomentando a busca contínua e crescente da eficiência com qualidade. O município conta também com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná (CISOP) com sede em Cascavel.

Segundo o IPARDES (2022b) no ano de 2020 a taxa de mortalidade infantil no município foi de 14,08 (por mil nascidos vivos); a taxa em menores de 5 anos foi de 21,13 (por mil nascidos vivos); a taxa de mortalidade geral foi de 6,40 (por mil habitantes) e não houve mortalidade materna nesse ano.

A doença que mais levou a óbito no município, para o ano de 2020, foi a Doenças do Aparelho Circulatório com 33,33% dos casos, seguido de Neoplasias (Tumores) com 19,75% conforme Tabela 23 (IPARDES, 2022a).

Tabela 23 – Óbitos segundo tipos de doenças, 2020

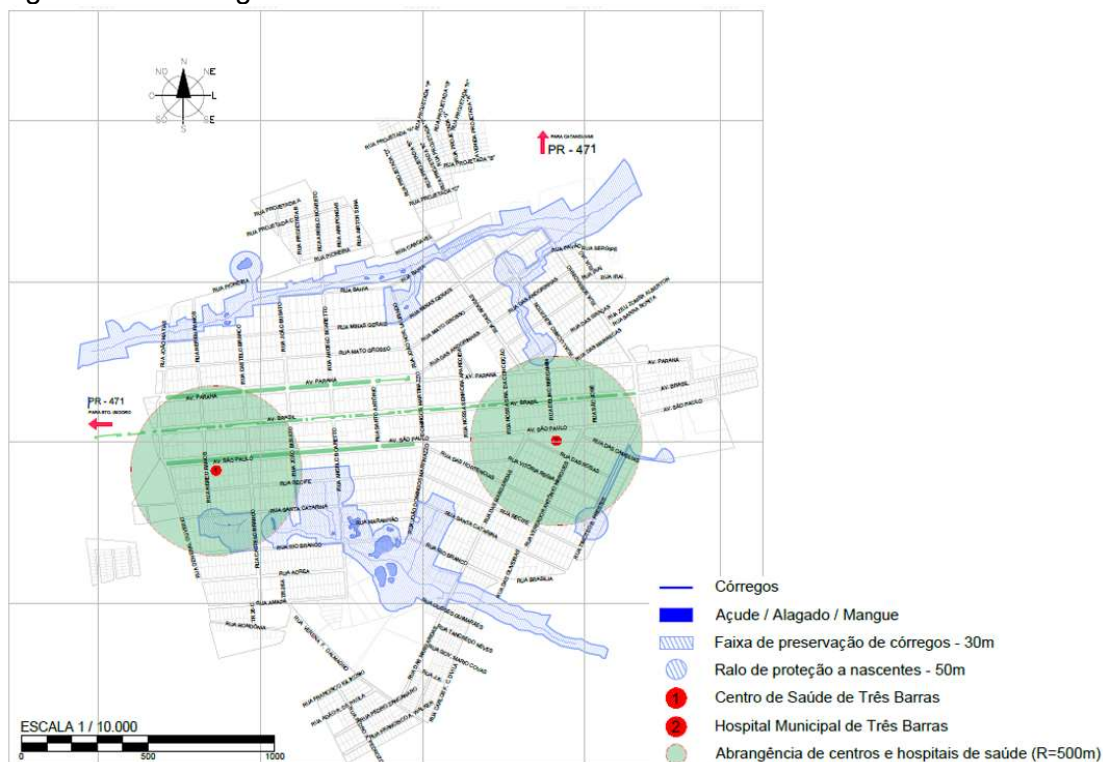
TIPOS DE DOENÇAS	Nº DE ÓBITOS
Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias	7
Infeção por Coronavírus de Localização não Especificada	7
Neoplasias (Tumores) / Neoplasias Malignas	20
Doenças Endócrinas, Nutricionais e Metabólicas	3
Diabetes Mellitus (Todos os Tipos)	3
Transtornos Mentais e Comportamentais	1
Doenças do Sistema Nervoso	5
Doenças do Aparelho Circulatório	23
Infarto Agudo do Miocárdio (IAM)	11
Doenças Cerebrovasculares (AVC / AVE)	4
Doenças do Aparelho Respiratório	9
Doenças do Aparelho Digestivo	4
Algumas Afecções Originadas no Período Perinatal	2
Mal Formação Congênita, Deformidades, Anomalias Cromossômicas	2
Causas Externas de Morbidade e Mortalidade	11
Acidentes de Trânsito (Transporte)	4
Outras Causas Externas de Lesões Acidentais (Outros Acidentes)	3
Lesões Autoprovocadas Intencionalmente (Suicídios)	1
Agressões (Homicídios)	3

Fonte: IPARDES (2022a).



No Município estão bem distribuídos os equipamentos públicos de saúde, sendo um centro de saúde no centro da malha urbana, três postos de saúde, um hospital municipal e uma APAE (Figura 50).

Figura 50 – Abrangência da saúde



Fonte: ETM, 2019.

Três Barras do Paraná possui atualmente um médico para cada 2.006 habitantes (considerando-se a população estimada para 2021 de acordo com o IBGE, sendo 12.036 habitantes); número que não atende às exigências do Ministério da Saúde que preconiza 1/1000 [médico/habitantes]. Existem no município 30 leitos que não satisfazem as exigências do Ministério da Saúde (3 leitos/1000 habitantes) atingindo 2,5 leitos/1000 habitantes.

Os serviços da Secretaria Municipal de Saúde são compostos pelas unidades assistenciais diretas ou unidades de serviços e compreendem:

- ✓ Hospital Municipal Três Barras;
- ✓ Centro de Saúde de Três Barras;
- ✓ Posto de Saúde Alto Alegre;
- ✓ Posto de Saúde Barra Bonita;
- ✓ Posto de Saúde Santo Isidoro;



- ✓ Departamento Administrativo;
- ✓ Vigilância Epidemiológica;
- ✓ Vigilância Sanitária;
- ✓ Farmácia Municipal.
- ✓ Há certos serviços especializados oferecidos na rede pública:
- ✓ Anatomia patológica/citopatológica;
- ✓ Atenção à tuberculose;
- ✓ Cardiologia;
- ✓ Controle e acompanhamento à gestação;
- ✓ Emergência;
- ✓ Equipe Saúde da Família (ESF);
- ✓ Fisioterapia;
- ✓ Hemoterapia;
- ✓ Laboratório clínico (patologia clínica);
- ✓ Radiologia;
- ✓ Reabilitação;
- ✓ Urgência.

6.1.1 Postos de Saúde

Prestam atendimento nas ações básicas de saúde, em um total de três unidades, uma em cada distrito. São a porta de entrada dos serviços de saúde do Município. Suas ações são planejadas tomando como base o território e a área de abrangência onde estão inseridas.

Tabela 24 – Unidades de atendimento

Área Urbana	Hospital Municipal
Área Urbana	Centro de Saúde
Comunidade Santo Isidoro	Unidade Básica de Saúde Santo Isidoro
Comunidade Barra Bonita	Unidade Básica de Saúde Barra Bonita
Comunidade Alto Alegre	Unidade Básica de Saúde Alto Alegre
Área Urbana	Academia da Saúde
Área Urbana	Hospital Municipal

Fonte: ETM, 2019.



6.1.2 Programa Saúde da Família

O Programa Saúde da Família tem como objetivo assistir da melhor maneira possível as famílias da comunidade, identificando os problemas de saúde, prevenindo doenças, promovendo saúde e o envolvimento dos profissionais de saúde com essas famílias, humanizando o tratamento e criando uma relação de confiança entre a equipe e a comunidade. Tem por característica atender integralmente o indivíduo em todas as suas etapas de vida, desde recém-nato, idade adulta até idoso. Procura pela promoção e educação para a saúde, buscando a consciência sanitária das populações.

6.1.3 Laboratório de Análises Clínicas

A Secretaria Municipal de Saúde mantém convênio com um laboratório de análises clínicas privado equipado para realizar exames de média complexidade.

6.1.4 Serviço de Raios-X

O serviço de apoio diagnóstico de radiologia está instalado no Hospital Municipal e realiza exames radiológicos de complexidade.

6.1.5 Farmácia Municipal

O auxílio ao acesso da população a medicamentos, concretizado pela farmácia municipal, funciona no Centro de Saúde e realiza a dispensação de medicamentos à população somente com prescrição médica.

6.1.6 Serviço de Odontologia

O atendimento odontológico acontece no Centro de Saúde de Três Barras do Paraná (UBS Central). O quadro de funcionários deste serviço possui três odontologistas e três auxiliares de consultório dentário, no entanto, não há programa preventivo.



6.1.7 VISA – Vigilância, Inspeção Sanitária e Apreensão

Este Departamento tem como objetivo analisar as condições higiênico sanitárias de todos os estabelecimentos que prestam serviços à população.

Para tanto, as atividades da vigilância sanitária são:

- ✓ Inspeção;
- ✓ Liberação de alvará e Licença Sanitária;
- ✓ Habite-se;
- ✓ Investigações de surtos;
- ✓ Coleta de amostras de alimentos;
- ✓ Coleta de água para análise, do programa do SISAGUA;
- ✓ Fiscalização dos relatórios mensal com informações sobre o controle da qualidade de água do sistema SANEPAR de Santo Isidoro, Barra Bonita e Três Barras;
- ✓ Acompanhamento dos mananciais de Saneamento Rural;
- ✓ Preenchimento das fichas de investigação de acidentes relacionados a trabalho;
- ✓ Encaminhamento de projetos arquitetônicos;
- ✓ Encaminhamento de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), que tramita na VISA Municipal, na 10ª Regional de Saúde e no IAP (Instituto Ambiental do Paraná).
- ✓ Conferência dos balancetes das farmácias dos psicotrópicos, remédios sujeitos ao controle especial da Portaria 344/98 MS, nos períodos: de 1º de janeiro a 31 de março, de 1º de abril a 30 de junho, de 1º de julho a 30 de setembro, de 1º de outubro a 31 de dezembro e mais um anual;
- ✓ Autorizações para Traslados de Restos Mortais;
- ✓ Controle de Animais Agressores;
- ✓ Controle de doenças endêmicas / dengue;
- ✓ Atendimento a denúncias e reclamações;
- ✓ Blitze e inspeções de rotina.



A Programação das Ações Prioritárias de Vigilância em Saúde 2007 (PAP vs. 2007) estabelece ações e parâmetros, além de corroborar as metas propostas pelo ministério da saúde e outras aprovadas para o Paraná; consiste em um pacto feito para atingir no ano de 2007 metas regionais de saúde e metas descentralizadas aos municípios. O município de Três Barras do Paraná deve:

- ✓ Cadastrar 60% dos mananciais do Município;
- ✓ Realizar palestras sobre Educação Sanitária e Saúde do Trabalhador;
- ✓ Fazer duas inspeções por estabelecimento da alçada da VISA.

Tais estabelecimentos vistoriados pela Vigilância Sanitária são: os de serviços de saúde (como hospital, pronto socorro, laboratórios, raios-X, farmácias, consultórios médico ou odontológico, clínicas de fisioterapia ou de estética), escolas, creches, salões de beleza, restaurantes, lanchonetes, pizzarias, bares, supermercados, mercearias, distribuidoras de cosméticos e produtos de higiene, indústria de alimentos saneantes e domissanitários, fábricas de doces, biscoitos e chocolates, casas de carnes e frios e rodoviárias.

As pocilgas, cooperativas e instalações veterinárias necessitam de anuência prévia para construção e uso e ocupação.

A VISA realiza inspeções através de coleta de hortifrutigranjeiros para análises de resíduos de agrotóxicos. São feitos também cadastros do SINAVISA dos pontos de distribuição do leite das crianças, tendo-se feito quatro inspeções por mês, sendo preenchida e enviada a nível central a ficha de inspeção.

Um dos principais problemas enfrentados no município, e de agravo à saúde pública é a criação de animais dentro da área urbana. Segundo o que prima e preconiza o Código de Saúde do Paraná (Lei nº 13.331/01), os locais de criação de animais só serão permitidos em zonas rurais, onde deverão ser implantadas medidas constantes da legislação específica. O hábito dos moradores de Três Barras do Paraná de criar suínos e aves em perímetro urbano é frequente, chegando a ocasionar a invasão da avenida principal da cidade pelos animais. Tal prática não é devidamente punida, pois não há lei municipal que determine um valor de multa. Os infratores são notificados e lhes é dado um prazo para a retirada dos animais, contudo, tais criadores colocam suas criações em outro local dentro do perímetro. Tudo isso dificulta o trabalho da Vigilância Sanitária.

Outro problema são os abates clandestinos, que apesar das palestras promovidas pelo Departamento para orientar a população, continuam ocorrendo. Tanto as proibições que constam na lei estadual nº 13.331/01 e no decreto nº 5.711/02, quanto os alertas



sobre sanidade animal, os perigos do consumo de alimentos in natura e carnes sem inspeção, haja vista os casos de raiva bovina, tuberculose e brucelose, já foram expostos ao conhecimento da população. O problema poderia ser minimizado se o Município contasse com um abatedouro municipal.

6.1.8 Departamento Administrativo

O quadro de funcionários da saúde apresenta-se a seguir:

Tabela 25 – Quadro de funcionários

RECURSOS HUMANOS		
PROFISSIONAL	CENTRO DE SAÚDE E ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA	HOSPITAL MUNICIPAL
Médico Clínico-Geral	05	-
Médico Cirurgião-geral	01	-
Médico Plantonista	06	05
Médico de Saúde da Família	03	-
Médico Psiquiatra	01	-
Psicólogo	03	-
Dentista	06	-
Nutricionista	01	-
Farmacêutica	01	01
Fisioterapeuta	01	-
Fonoaudióloga	01	-
Enfermeiro	06	04
Técnico de Enfermagem	05	10
Auxiliar de Enfermagem	08	-
Educador Físico	01	-
Agente de Endemias	08	-
Auxiliar de Consultório Dentário	04	-
Administrativo	01	-
Agente Administrativo	03	-
Auxiliar Administrativo	-	-
Agente Comunitário	21	-
Agente de Vigilância Sanitária	01	-
Técnico de Vigilância Sanitária	01	-
Assistente Social	01	-
Médico Veterinário	01	-
Motorista	05	04
Diretor do Hospital	-	01
Técnico em Radiologia	-	02
Serviço de Apoio	-	14
Cozinheiras	-	-

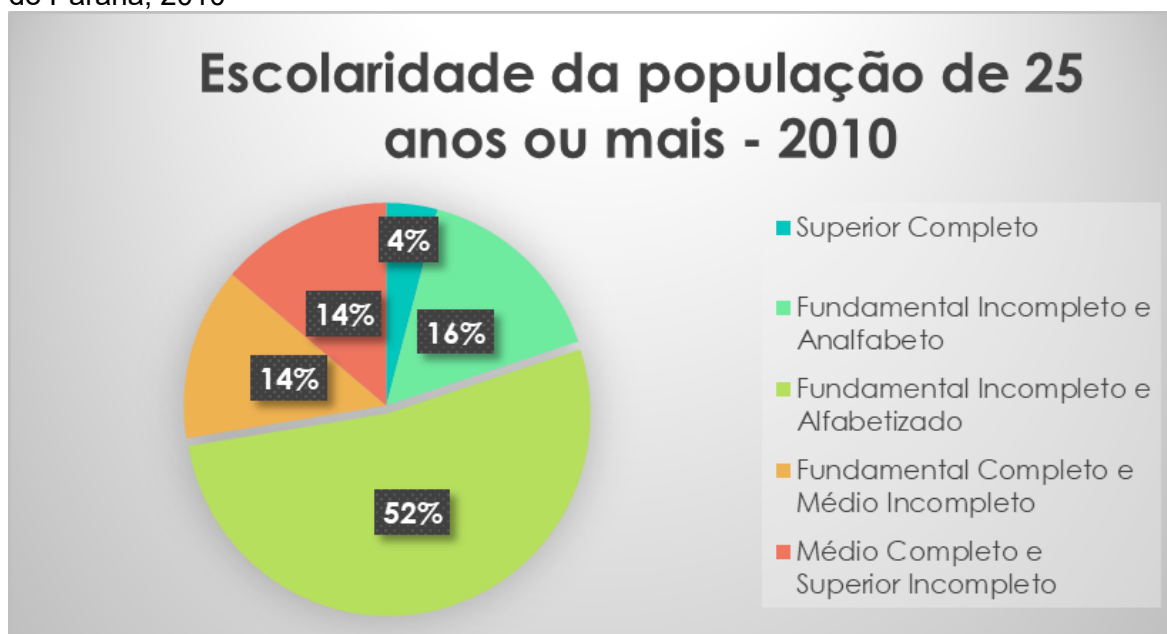
Fonte: ETM, 2022.



6.2 Educação

No período de 1991 a 2010, o acesso à educação na maioria dos municípios do Estado do Paraná melhorou segundo os indicadores do Desenvolvimento Humano e de certa maneira Três Barras do Paraná acompanhou esta evolução. No entanto, todos os índices de Três Barras do Paraná quanto à educação da população com mais de 25 anos ainda se encontram muito piores do que a média do estado, onde 16% dos adultos ainda são analfabetos e ensino fundamental incompleto, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 – Escolaridade da população de 25 anos ou mais no município de Três Barras do Paraná, 2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

A população jovem, porém, demonstra uma real queda do analfabetismo e um relevante crescimento na taxa de frequência à escola em todas as faixas etárias. A taxa de analfabetismo de 18 a 24 anos caiu de 4,88% em 2000 para 1,82% em 2010 e a porcentagem de adolescentes de 15 a 17 que frequentam a escola passou de 72,32% em 2000 para 79% em 2010 (Tabela 26). Além disso, a frequência escolar cresceu em números absolutos e relevantes no ensino médio e no superior (Gráfico 5).

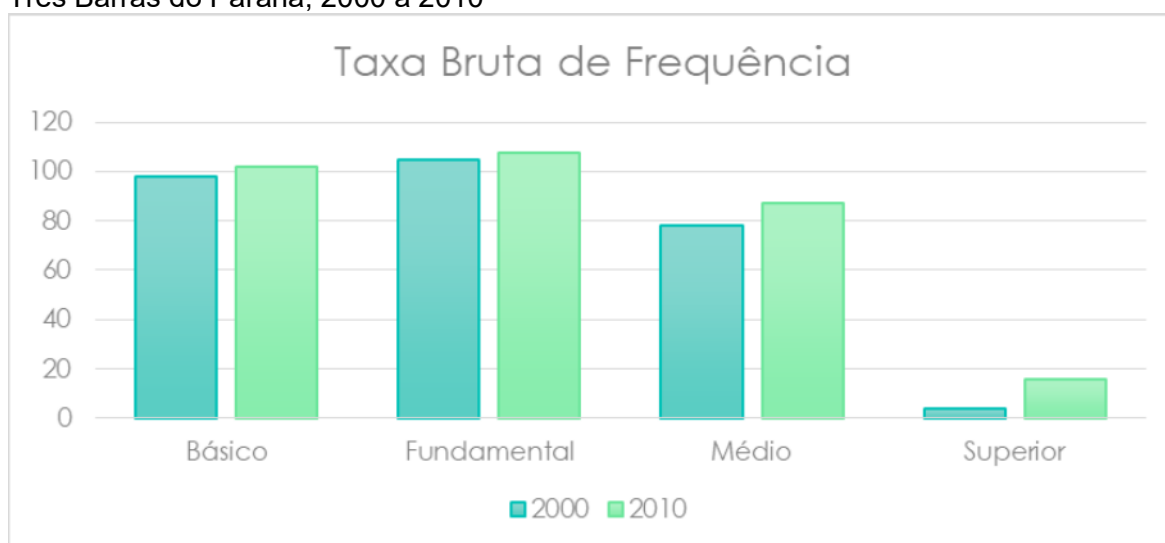


Tabela 26 – Comparativo taxa de analfabetismo e frequência de três barras do Paraná, 2000 a 2010

Faixa etária	Taxa de analfabetismo (%)		Frequência (%)	
	2000	2010	2000	2010
11 a 14 anos	2,70	0,94	91,59	98,30
15 a 17 anos	2,22	0,69	72,32	79,00
18 a 24 anos	4,88	1,82	23,56	20,46

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD.

Gráfico 5 – Taxa Bruta de frequência escolar total e em graduações: município de Três Barras do Paraná, 2000 a 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD.

6.2.1 Rede Escolar

A rede escolar de Três Barras do Paraná é formada basicamente por escolas públicas, que oferecem Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante e uma escola de educação infantil privada. De acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) conta atualmente com 78 alunos distribuídos em 17 turmas (Tabela 27).

Tabela 27 – Atendimento em entidade filantrópica: Três Barras do Paraná, 2022

Nome	Ensino	Localidade	Alunos	Turmas
Escola de Educação Básica Zilda Arns Neumann – APAE	Fundamental	Sede	78	17
Total			78	17

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná



Quanto na rede de ensino municipal, somando-se a educação infantil e ensino fundamental presente nas escolas, tem-se o total de 1331 alunos matriculados no ano de 2022 (Tabela 28).

Tabela 28 – Atendimento na rede municipal de ensino: Três Barras do Paraná 2022

Nome	Modalidade	Localidade	Alunos	Turmas
Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança	Educação Infantil	Sede	112	10
Centro Municipal de Educação Infantil Anaju	Educação Infantil		97	10
Escola Municipal do Campo Abelardo Luz	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Distrito Barra Bonita	41	04
Escola Municipal Angelina Segalla Dezan	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Sede	285	14
Escola Municipal Carlos Gomes	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Sede	682	35
Escola Municipal do Campo Salgado Filho	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Distrito Santo Isidoro	71	05
Escola Municipal do Campo João Mello de Moraes	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Distrito Alto Alegre	43	04
Total			1331	82

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

Já a rede estadual de ensino presente no município consta, atualmente, com o total de 1099 alunos matriculados em 4 escolas de ensino fundamental (Tabela 29).

Tabela 29 – Atendimento na Rede estadual de ensino: Três Barras do Paraná, 2022

Nome	Modalidade	Localidade	Alunos	Turmas
Colégio Estadual Princesa Isabel	Ensino Fundamental Médio	Sede	988	36
Escola Estadual Alto Alegre	Fundamental	Distrito Alto Alegre	22	02
Escola Estadual Barra Bonita	Fundamental	Distrito Barra Bonita	31	02
Escola Estadual Pedro Luiz Messias	Ensino Fundamental e Médio	Distrito Santo Isidoro	54	07
Total			1099	47

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

Aplicando-se os raios dos percursos ideais para crianças em cada faixa etária no mapa da área urbana de Três Barras do Paraná, identificam-se as áreas descobertas, e portanto, prováveis a instalação de futuros estabelecimentos de ensino (Figura 51).



Figura 51 – Centro de Educação Infantil Anaju: CMEI



Fonte: ETM, 2020.

Figura 52 – Centro de Educação Infantil Sonho de Criança: CMEI



Fonte: ETM, 2020.



Figura 53 – Escola Municipal Angelina Segalla Dezan: Bairro Alto Campo



Fonte: ETM, 2020.

Figura 54 – Escola Municipal Carlos Gomes: Avenida Paraná



Fonte: ETM, 2020.



Figura 55 – Escola Municipal do Campo Abelardo Luz: Distrito de Barra Bonita



Fonte: ETM, 2020.

Figura 56 – Escola Municipal do Campo Salgado Filho: Distrito de Santo Izidoro



Fonte: ETM, 2020.

A oferta de vagas nas creches e escolas de educação infantil é destinada a crianças cujas mães trabalham fora de casa, motivo pelo qual o período de funcionamento é integral. O Plano Municipal Cultural (2021) aponta que no ano de 2020 houve cerca de 233 crianças matriculadas nas creches municipais. Nessas instituições, o envolvimento com os pais se dá somente em datas comemorativas.



O funcionamento das escolas de ensino fundamental e médio é matutino, vespertino e noturno. No que diz respeito aos professores, o níveis de formação é variados, incluindo: magistério, curso acadêmico, curso superior, pós-graduação e especialização. A SEED (Secretaria de Estado da Educação), SEMED (Secretaria Municipal de Educação) e AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná) oferecem cursos de capacitação em datas estipuladas no calendário escolar. O Município de Três Barras do Paraná recebe assessoramento pedagógico do Núcleo Regional de Cascavel.

6.2.2 Entidade Escola

A secretaria ainda conta com outros profissionais especializados que atuam na Entidade Escola no ano de 2018: psicólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, nutricionista, fonoaudióloga, assistente social e instrutora profissional, além de contador, motorista, auxiliar de serviços gerais, atendente, secretária, diretora e nove regentes de classe. O atendimento aos educandos é individual por 30 minutos.

6.2.3 Educação Especial

Para atendimento dos alunos com necessidades especiais, este tipo de ensino foi centralizado em uma única escola municipal. A Escola Municipal Carlos Gomes possui professores especializados que lecionam em classes especiais: E ainda, no Colégio Estadual Princesa Isabel há uma sala de recurso. Sendo que no município também existe a APAE, entidade filantrópica.

6.2.4 Projetos e Programas

Os programas desenvolvidos no município são o Paraná Alfabetizado e a EJA noturno (Escola de Jovens e Adultos). Ao todo, há 90 alunos, que têm aulas no Colégio Estadual Princesa Isabel e na Escola Municipal Carlos Gomes.

6.2.5 Transporte escolar

O transporte escolar público de Três Barras do Paraná, conta com ônibus e kombis para atender os alunos da zona rural. O serviço é terceirizado e conta com 8 empresas fazendo percursos diferentes.



As rotas abrangem as seguintes comunidades rurais:

- ✓ 1ª linha: Kenedi, Procopiak, Santo Antônio, Nossa Senhora de Fátima, Mercindo e Igreja Amarela;
- ✓ 2ª linha: Kenedi, Procopiak, Santo Antônio e Mercindo;
- ✓ 3ª linha: Kenedi, Procopiak, Santo Antônio, Nossa Senhora de Fátima, Mercindo, Igreja Amarela, Santa Terezinha e Palmital;
- ✓ 4ª linha: Kenedi, São Paulo, Itaguaçu, Pica-pau e Alto Barras;
- ✓ 5ª linha: Linha Nova, Flor da Serra e Palmital;
- ✓ 6ª linha: São Bento, Freitas, São Pedro, Itaguaçu, Encruzilhada, Rosário do Oeste e distrito de Santo Isidoro;
- ✓ 7ª linha: Itaguaçu, Alto Barra, Encruzilhada, Rosário do Oeste e Flores da Cunha;
- ✓ 8ª linha: Itaguaçu, Encruzilhada, Flores da Cunha, São José e Trigolândia.

6.2.6 Merenda Escolar

A SEMED (Secretaria Municipal de Educação) realiza pregão presencial para compra dos alimentos, cuja distribuição, fiscalizada pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), é feita diretamente nas escolas. Em cada uma ainda há um responsável pelo recebimento e conferência das mercadorias.

6.2.7 Principais Problemas

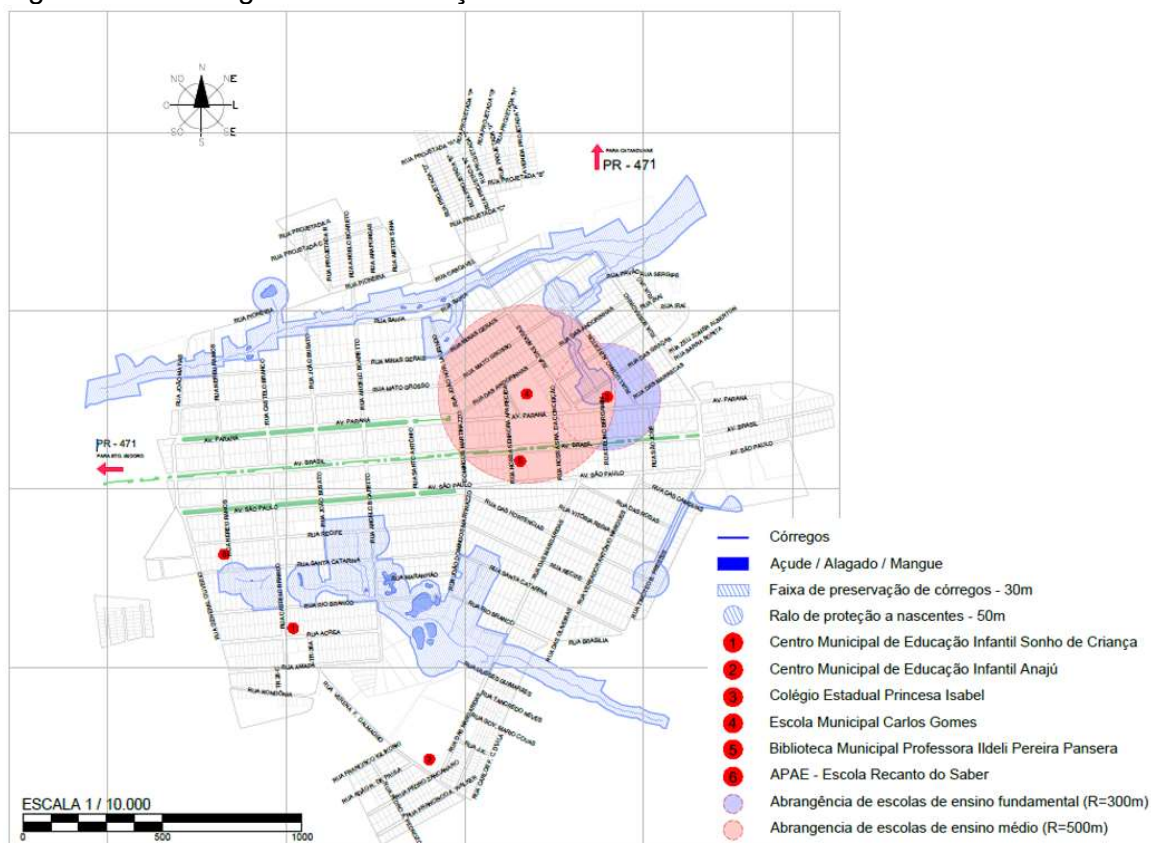
A evasão escolar em Três Barras do Paraná é alta, e a incidência maior está nas séries do ensino médio. Os motivos principais segundo o Departamento de Educação é o desestímulo pessoal, desinteresse, ou devido a jornada de trabalho para aumento de renda.

Um dos maiores problemas da Secretaria reside na inadequação a portadores de necessidades especiais tanto dos edifícios públicos, que não respeitam as normas de acessibilidade (NBR-9050), quanto dos profissionais de educação, que não possuem capacitação de qualidade.

Também se faz necessário um trabalho que realmente leve ao conhecimento da população o serviço do transporte escolar.



Figura 57 – Abrangência da educação



Fonte: ETM, 2019.

6.3 Cultura

As atividades culturais de Três Barras do Paraná são coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do Departamento de Cultura, que conta com a Biblioteca Cidadã localizada conforme o Figura 58.

A Biblioteca permite fazer pesquisas, empréstimos de livros, fotocópias, acessos à internet, e cursos em seu salão comunitário. Além disso, promovem-se a “Hora do Conto” e inclusão digital para portadores de necessidades especiais.



Figura 58 – Biblioteca Cidadã



Fonte: Consultoria, 2020.

O acervo da biblioteca é constituído de livros de história e literatura, e conta ainda com um sistema de videoteca. Sua utilização é feita principalmente por estudantes e professores, e não tem suprido toda a demanda. Este contato direto com o conhecimento e a tecnologia favoreceu a qualidade de ensino e aprendizagem, e na formação de vários cursos.

Quanto às características culturais do município de Três Barras do Paraná, as manifestações gaúchas são destaques, bem como as festas populares religiosas, o folclore e a música. Dentre as manifestações culturais destacam-se: tradicionalismo gaúcho; apresentações e incentivos na área musical; festival FERMUPS e FEMMUT; recitais de música e mostras culturais; festas juninas; manifestações religiosas; culinária tribarrensense e valorização do cidadão tribarrensense (PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, 2022).



6.4 Esporte e Lazer

Os equipamentos de esportes e recreação, em Três Barras do Paraná, em geral atendem suficientemente a demanda, apresentam acessibilidade universal e encontram-se bem distribuídos entre sede e distritos (Figura 54):

- ✓ Estádio Municipal (centro);
- ✓ Ginásio Municipal Mário Lopes (centro);
- ✓ Quadra de esportes Jardim Floresta (Bairro Jardim Floresta);
- ✓ Quadra de esportes Alto Campo (Bairro Alto Campo);
- ✓ Quadra de esportes Avelino Conradi (Distrito Barra Bonita);
- ✓ Quadra de esportes Santo Isidoro (Distrito Santo Isidoro);
- ✓ Quadra de esportes Rosário d'Oeste (Comunidade Rural Rosário d'Oeste);
- ✓ Quadra de esportes Ermínio Morozine (Distrito Santo Isidoro);
- ✓ Clube Recreativo Três Nascentes;
- ✓ Praia Artificial de Barra Bonita (Distrito Barra Bonita).

Cinco desses equipamentos mostram certos problemas: o Ginásio Municipal está com deficiências de vestiário para arbitragem e no fornecimento de energia; as quadras de esporte do Jardim Floresta e do Alto Campo não possuem arquibancadas; a do Rosário d'Oeste necessita de fechamento nas laterais; e a praia artificial precisa de investimentos como um todo. É prevista ainda a construção de uma quadra esportiva no distrito de Alto Alegre.

As atividades desenvolvidas no Departamento de Esporte contemplam tanto a população da zona urbana quanto da zona rural e abrangem:

- ✓ Gincanas;
- ✓ Campeonatos Esportivos de Futsal Municipais;
- ✓ Jogos Regionais do Brasileirinho;
- ✓ Jogos Estudantis do Interior;
- ✓ Olimpíadas Pró-Caxias;
- ✓ Jogos de Verão;
- ✓ Abertura de Temporada de Verão;
- ✓ Torneio de Pesca Variada;
- ✓ Cavalgadas;



- ✓ Atividades na Praia Artificial de Barra Bonita.

Figura 59 – Praça central do município



Fonte: Consultoria, 2020.

6.4.1 Lazer e turismo

O município de Três Barras do Paraná oferece várias opções de atividade de turismo ecológico e rural como caminhadas, trilha, pesca esportiva, camping, cavalgada etc. Os ótimos pontos estratégicos de atração turística de Três Barras do Paraná são:

- ✓ Parque Estadual do Rio Guarani;
- ✓ Praia Artificial de Barra Bonita;
- ✓ Praia Artificial do Dionísio;
- ✓ Lago da Usina Salto Caxias.

O Parque Estadual do Rio Guarani possui área de 2.230 ha e sua manutenção e fiscalização é feita pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e pela Polícia Florestal. É composto por vegetação nativa, havendo sibipirunas, ipês, palmeiras, cedros etc., mas também há espécies exóticas como ligustro e magnólia.

No centro da cidade, há um hotel contendo 27 apartamentos e oito quartos. No entanto, o único meio de transporte às áreas de interesse turístico é efetuado de maneira



individual ou através de contratação de uma empresa de transporte de turismo. Além de não haver transporte coletivo público, não há rotas, roteiros, mapas esquemáticos nem centro de informações ao turista.

Mas para que este grande potencial turístico de Três Barras do Paraná seja bem explorado, estimulando-se visitas aos pontos turísticos, mas cuidando para que não ocorra degradação da paisagem, a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Três Barras do Paraná investe nesse setor através de:

- ✓ Apoio a cursos e treinamentos a futuros empreendedores;
- ✓ Repasse de recurso através de convênios com associações ligadas na atividade;
- ✓ Trabalho de levantamento e identificação de atrações turísticas;
- ✓ Melhoria nas malhas viárias de acesso às áreas de turismo;
- ✓ Oferta de máquinas para terraplanagens e abertura de vias;
- ✓ Investimento nas instalações públicas;
- ✓ Construção da orla do lago em Barra Bonita;
- ✓ Melhoria de infraestrutura da praia artificial de Barra Bonita;
- ✓ Implantação do Centro de Visitação do Parque Estadual do Rio Guarani.

Quanto ao lazer urbano, que deve suprir as necessidades dos moradores do município, não existem áreas verdes suficientes. A praça central está passando por uma restauração, sendo sua conservação e manutenção feita pela Secretaria de Serviços Urbanos. Os bairros de Jardim Iguaçu, Jardim Guarani, Jardim Floresta e Alto Campo são os menos servidos por áreas verdes de lazer.

6.5 Assistência Social

Os programas e ações existentes na área da Assistência Social são considerados Serviços de Proteção Social Básica, que buscam potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos. A oferta de serviços, programas, projetos e benefícios objetivam prevenir situações de risco à população que vive em estado de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza. A Secretaria Municipal da Ação e Bem-Estar Social tem como finalidade inserir essa população nas diversas ações ofertadas na Proteção Social básica e nos vínculos da rede pública.



6.5.1 Programas e Ações

✓ **Produção Solidária de Alimentos (PRODUSA):**

É um programa que visa à geração de trabalho e renda, conjugados com a garantia de acesso a alimentos saudáveis, tendo como enfoque a segurança alimentar e nutricional sustentável. É a pactuação entre Estado e Sociedade Civil. O programa destina-se ao apoio e fomento de organizações populares autogestionárias (grupos formais ou informais), com estrutura mínima para o desenvolvimento da produção de alimentos voltada à economia solidária como forma de gerar trabalho, renda e organização social. Com o PRODUSA, o município de Três Barras do Paraná foi contemplado com padarias comunitárias uma em cada distrito de Barra Bonita e de Santo Isidoro.

✓ **Programa Atendimento Social:**

Foi criado em 2001, através de Lei Municipal, onde são oferecidos atendimentos às famílias de baixa renda do município. Para se beneficiar deste programa, as famílias deverão ser cadastradas na Secretaria Municipal de Ação e bem-estar Social, e atender as seguintes exigências: residir no município a mais de 6 meses, possuir renda familiar de até 1 salário mínimo. São oferecidos auxílio-funeral, auxílio alimentação, passagens, vestuário, melhoria habitacional, documentação, óculos, dentadura, medicamentos, atendimento médico e exames que não tenham cobertura do SUS. Toda essa concessão de benefícios tem limites de valor estipulados na Lei Municipal nº 141/06.

A referida lei é ajustada e/ou alterada a cada ano conforme necessidades para melhor atender as famílias.

✓ **Programas de Ações Socioeducativas de Apoio às Famílias Carentes:**

É um programa destinado às famílias com renda familiar *per capita* de $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo. São desenvolvidas palestras mensais às famílias e cursos profissionalizantes às mulheres e aos filhos adolescentes das famílias participantes. São R\$1.530,00 (um mil e quinhentos e trinta reais) mensais que o Ministério de Desenvolvimento Social envia ao município através do Fundo Municipal de Assistência Social.

✓ **Programa de Alimento a Pessoa Carente e Portadora de Doenças Crônicas:**



Criado por lei municipal em 2005, o programa fornece auxílio de alimentos básicos e materiais de higiene às famílias que tenham doença crônica e renda familiar per capita de até R\$150,00 (cento e cinquenta reais), com limite máximo por pessoa de R\$100,00 (cem reais) mensais. A necessidade do atendimento será requisitada pelo médico, atestando a doença crônica.

✓ Programa de Cestas Básicas:

É fornecida uma cesta básica no mês de agosto e dezembro a 1.500 famílias com até 1 salário mínimo mensal. Primeiramente, realiza-se o cadastro e a cesta é entregue na casa do cadastrado.

✓ Programa de Compra Direta Local da Agricultura Familiar:

O Governo do Estado contemplou o município com este programa que beneficia 18 famílias agricultoras e 7 entidades. O valor do recurso destinado ao município no ano 2007 foi de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

✓ Programa Frente de Trabalho:

São ofertas de trabalho para pessoas acima de 16 anos de idade, na limpeza de margens de estradas, bueiros entupidos e outros serviços de interesse do município. São proporcionados três dias de serviço por mês para cada pessoa e o valor da diária é de R\$12,00 (doze reais). Há 35 a 40 pessoas por semana que trabalham na Frente de Trabalho.

✓ Programa Leite das Crianças

• Casa Abrigo:

Esta instituição foi construída com recursos do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) e com a contrapartida da Prefeitura. A entidade é em regime de abrigo, que tem o objetivo de atender crianças e adolescentes que estão em situação de alta complexidade nos casos submetidos ao abandono, à violência, a maus tratos físicos e/ou psíquicos e ao abuso sexual. São oferecidos serviços de alimentação, higienização, mais todos os cuidados e garantias dos direitos da criança e do adolescente.

• Centro de Treinamento para Crianças e Adolescentes:

É uma entidade onde são atendidos crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos de idade, que estão em risco pessoal e social. São proporcionados aos participantes



alimentação, reforço-escolar, aula de música e atividades esportivas, como vôlei e futebol na quadra de areia.

Todos esses programas e serviços abrangem as famílias carentes do município com renda de até 1 salário mínimo, com exceção, do Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar, que precisa estar enquadrado no PRONAF “b” e “d”. Atendem-se cerca de 3.200 crianças, 125 adolescentes, 200 mães e 230 idosos, mensalmente, com os programas acima citados.

6.5.2 Equipamentos

Três Barras do Paraná conta com a Casa Abrigo, no Bairro Iguaçu, o Recanto do Bem-Estar dos Idosos, no centro da cidade, e o Centro de Treinamento para Crianças e Adolescentes, próximo ao Bairro Iguaçu.

6.6 Segurança

O Município tem o setor de segurança composto por uma delegacia de polícia civil e outra da polícia militar.

A Delegacia Regional de Polícia Civil de Três Barras do Paraná é equipada com uma cadeia e três viaturas, funcionando com um delegado e soldados.

A Delegacia de Polícia Militar em Três Barras do Paraná pertence a 2ª Companhia do 6º Batalhão de Policial Militar, com sede em Cascavel, responsável pelo policiamento em 24 municípios. A Companhia, com sede em Quedas do Iguaçu, atende mais outros 7 municípios e para isso utiliza-se das modalidades de Rádio Patrulha, Patrulhamento Rural além de patrulhamento aquático no Lago da Hidrelétrica de Salto Caxias.

6.7 Serviços Funerários

Três Barras do Paraná possui 11 cemitérios, todos na zona rural, sendo somente um destes administrado pelo município, os outros 15 são de responsabilidade das comunidades. Quanto à vida útil, ainda não foi estimada, pois as comunidades são pequenas e o espaço físico é suficiente.

Nenhum dos cemitérios tem sua situação regularizada perante o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Porém, vêm sendo feitas remoções e traslados de cadáveres no caso de túmulos localizados perto de mananciais potencialmente agravantes à saúde



ambiental, e a pedido de familiares. A Vigilância Sanitária tem acompanhado estas ações com base no código de saúde do Paraná Lei nº 13.331, de novembro de 2001 e Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002.

O cemitério administrado pelo município está situado em local impróprio, dentro da microbacia de captação de água pela SANEPAR e a menos de 3 km do Parque Estadual Guarani.

Em Três Barras do Paraná, há uma funerária privada que presta os serviços necessários e uma capela mortuária municipal, estando localizada ao lado do Hospital Municipal.



7 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

7.1 Estrutura Administrativa

A Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná é composta por 04 membros dos órgãos de assessoramento, dirigentes diretamente vinculados, e pelos 09 Secretários Municipais, e estes pelos Diretores de Departamentos e Chefes de Divisão, conforme a Lei Municipal 1.688/2017 como disposto:

1. Órgãos de Assessoramento
 - a) Assessoria Jurídica;
 - b) Assessoria de Comunicação;
 - c) Chefia de Gabinete; e
 - d) Ouvidoria Geral.

2. Órgãos de Administração Específica
 - a) Secretária de Administração e Planejamento;
 - b) Secretária de Fazenda;
 - c) Secretária de Obras, Viação e Serviços Urbanos;
 - d) Secretária de Saúde;
 - e) Secretária de Assistência Social;
 - f) Secretária de Educação e Cultura;
 - g) Secretária de Esportes;
 - h) Secretária de Agricultura e Meio Ambiente;
 - i) Secretária de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo e
 - j) Procuradoria Geral.



8 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

A Lei do Plano Diretor Municipal e as demais leis urbanísticas que compõem o Plano Diretor estão embasadas, além de outras, nas seguintes leis e instrumentos: Constituição Federal; Constituição do Estado do Paraná; do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01); Política de Desenvolvimento Urbano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano do Paraná (Decreto nº 2580 de 17/02/04); Lei Estadual nº 15.229/2006; Agenda 21; Lei Orgânica Municipal; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual Municipal; Lei Federal nº 6.766 e suas alterações constantes das leis nº 9.786/99 e nº 10.932/04; Código Florestal Lei nº 12.651/2012 com as alterações as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana Lei nº 12.587/2012 com as alterações e NBR 9050.

A Legislação Urbanística em vigor no município, passou a vigorar a partir do ano de 2008, ao longo do tempo houve algumas adequações e/ou mudanças e agora em 2020 ocorreu uma revisão geral nas leis:

- ✓ do Plano Diretor Municipal;
- ✓ dos Perímetros Urbanos;
- ✓ do Parcelamento do Solo Urbano;
- ✓ de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- ✓ do Sistema Viário;
- ✓ do Código de Edificações e Obras;
- ✓ do Código de Posturas.

A Lei do Plano Diretor e as demais leis que a complementam são peças jurídicas fundamentais para o desenvolvimento organizado, equilibrado e harmonioso do Município. As revisões das legislações passaram por debate, de forma a harmonizar os vastos interesses envolvidos, dentro de uma leitura comunitária e técnica.



9 AVALIAÇÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS

9.1 Receita de Arrecadação Própria

Receitas de Arrecadação Própria correspondem ao montante das receitas obtidas em decorrência de esforço próprio na arrecadação. As Receitas Próprias são o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, serviços, outras receitas correntes e outras receitas de capital, menos as deduções para a formação do FUNDEF (Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental).

O Município recebe receitas de diversas fontes, na Tabela 30 vê-se os principais grupos de receita, onde demonstram um crescimento nos últimos 5 anos e a previsão para 2021 é continuar nesse caminho. A receita com maior variação é a patrimonial. A maior arrecadação mantém sendo a de transferências que englobam até mesmo transferências advindas do governo e verbas para investimento, seguindo pela receita patrimonial.

Tabela 30 – Comparativo: evolução das receitas por categoria

ESPECÍFICA	2016	2017	2018	2019	2020	2021 - Previsão
Receitas Correntes	59.984.733	64.952.334	72.608.907	81.267.289	86.265.478	51.453.152
Receitas Tributárias	7.483.431	8.447.692	9.618.536,29	10.678.582	10.223.593	678.026
Receita de Contrib.	1.660.579	1.862.198	1.957.138,13	2.001.128	2.481.950	678.026
Receita de Patrimonial	489.815	999.117	1.192.613,25	1.209.686	958.562,95	218.070,79
Receita Agropec.	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	55.611,00
Receita de Serviços	228.011	251.425	382.961,51	332.947	415.019	1.240.984
Trasfer. Correntes	47.755.260	51.827.330	56.955.324	65.134.351	69.343.744	52.940.971
Outras Receitas Correntes	2.367.637,97	1.564.571,47	2.502.333,98	1.910.594,53	2.842.609,26	262.384
Receita de Capital	7.834.723	3.139.294	7.867.891	8.993.821	11.056.183	3.724.588
Trasfer. de Capital	1.713.962	2.654.161	5.151.405	4.544.198	5.738.003	2.146.571
Operação de Crédito	6.120.761	485.000	2.716.486	4.434.814	543.661	1.262.819



Alienação de Bens	-	133	-	14.810	4.774.519	315.198
Total	135.638.912	136.183.255	160.953.597	180.522.220	194.643.322	114.976.400

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

9.2 Receitas tributárias

As receitas tributárias constituem-se na principal fonte de arrecadação própria dos municípios brasileiros, as demais receitas não apresentam muita significância e também dependem em sua maioria de decisões arbitrárias do poder público.

As receitas tributárias são as receitas provenientes do poder de tributação do governo. Nesta categoria de receita estão incluídos todos os tributos definidos na Constituição Federal do Brasil, a saber, os impostos, taxas e contribuições de melhorias. Usadas de forma estratégicas podem ser utilizadas como política pública, desenvolvimento urbano e arrecadação pública.

Dentro do federalismo fiscal brasileiro em vigor, os tributos de competência municipal são: o Imposto sobre a Propriedade Imobiliária Urbana (IPTU); Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Taxas e Contribuição de Melhoria.

A Tabela 31 revela que a Contribuição de Melhoria não está sendo utilizada no Município de Três Barras do Paraná em termos de volume arrecadado. Desnecessário frisar que a Contribuição de Melhoria é um tributo importante no tocante ao financiamento de obras públicas e que por isso deve ser utilizada sempre que possível.

Ao analisar o crescimento entre o período de 2016 e 2020, vê-se que as receitas tributárias de IPTU, ISSQN e ITBI, apresentaram um aumento significativo de 57,30%, 54,11% e 68,88% respectivamente. Contudo, as taxas caíram cerca de 8,26% no mesmo período analisado.

Tabela 31 – Receitas próprias do município de Três Barras do Paraná (Valores em R\$)

TRIBUTOS	2016	2017	2018	2019	2020
IPTU	221.820,08	269.011,97	388.189,79	396.317,32	348.914,00
ISSQN	405.299,89	458.483,08	443.820,28	495.470,93	624.611,34
ITBI	270.912,95	217.220,43	320.048,34	366.756,02	457.507,67
TAXAS	129.303,13	158.126,81	165.706,18	159.004,97	118.619,23
CONT. MELHORIAS	-	-	-	-	-
Total	1.027.336,05	1.102.842,29	1.317.764,59	1.417.549,24	1.549.652,24

Fonte: IPARDES (2022a).



O IPTU e o ISSQN são os principais tributos na grande maioria dos municípios brasileiros, este fato também é verificado no município onde ambos representaram quase 70% (22,52% e 40,31% respectivamente) dos tributos arrecadados em 2020.

Outro ponto que merece destaque na tabela é a participação das “Taxas” na receita tributária que chegou a representar 14,34% da arrecadação em 2017, entretanto houve a redução nos anos seguintes até atingir 7,65% em 2020.

Considerando as informações do IPARDES (2022a), conforme Tabela 32, a média dos tributos municipais em relação à receita corrente, durante o período 2016-2020 apresentou comportamento e resultados insignificantes, como por exemplo, o IPTU com 0,77%; o ISSQN com 1,16%; ITBI com 0,77%; Taxas com 0,35% e finalmente a nula participação da Contribuição e Melhoria.

Tabela 32 – Participação percentual de Tributos Municipais na Receita Corrente

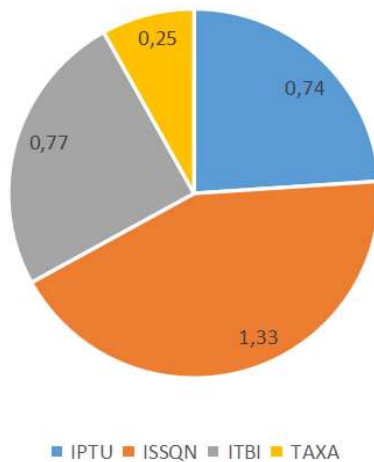
Exercício	Receita Corrente	IPTU	ISSQN	ITBI	Taxa	C. Melhoria
2016	36.975.156,37	0,60%	1,10%	0,73%	0,35%	0,0%
2017	38.481.417,31	0,70%	1,19%	0,56%	0,41%	0,0%
2018	39.640.578,06	0,98%	1,12%	0,81%	0,42%	0,0%
2019	46.727.610,46	0,85%	1,06%	0,78%	0,34%	0,0%
2020	46.901.672,40	0,74%	1,33%	0,98%	0,25%	0,0%
Médias	41.745.286,92	0,77%	1,16%	0,77%	0,35%	0,0%

Fonte: IPARDES (2022a).

Para ilustrar melhor a composição das Receitas Tributárias em relação à receita corrente do município, o Gráfico 6 demonstra a composição desta em 2020.



Gráfico 6 – Receita tributária de Três Barras do Paraná, em 2020



Fonte: IPARDES (2022a).

O IPTU, segundo alguns especialistas, pode ser entendido como um condomínio da cidade em que seus habitantes são os condôminos e, portanto, têm a obrigação de arcar com seu ônus para que o município possa custear suas atividades. Sob essa ótica podemos calcular o valor per capita do IPTU, a fim de apurarmos o valor do condomínio da cidade. No município de Três Barras do Paraná em 2019 o valor de IPTU *per capita* foi de aproximadamente R\$53,91. De acordo com IPEA (2018), o nível arrecadatório do IPTU entre os municípios brasileiros é relativamente baixo e não há um conhecimento pleno para as causas desse fenômeno.

Outro tributo que merece destaque é o ISSQN, que na maior parte dos municípios brasileiros representa a maior parcela da arrecadação tributária (40%). De acordo com o anuário de finanças dos municípios do Brasil Multicidades de 2018, a média nacional *per capita* de ISS é de R\$269,12. Já o município de Três Barras do Paraná no ano de 2018 arrecadou cerca de R\$36,86 por habitante, correspondendo a 13,69% da média brasileira. Entretanto, a Receita Tributária de Três Barras do Paraná cresceu 18% em termos reais nos últimos dez anos.

As principais medidas legislativas e administrativas a serem adotadas para se alcançar esse potencial incluiriam:

- modernizar e atualizar a base física e de contribuintes dos cadastros imobiliários;
- realizar avaliações imobiliárias técnicas e próximas ao valor de mercado;
- minimizar as isenções e revisar o nível das alíquotas, optando por alíquotas seletivas e progressivas quando o intuito for proteger os mais pobres;



d) adequar as alíquotas às necessidades orçamentárias e aos resultados de reformas administrativas, principalmente quando estiveram em nível muito baixo ou muito alto; e

e) incentivar a adimplência voluntária dos contribuintes por meio de facilidades financeiras e coibir fortemente a inadimplência utilizando-se do protesto da dívida ativa nos cartórios.

Em nível nacional, as propostas de mudanças legislativas a serem adotadas incluiriam:

a) a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que passaria a prever a obrigatoriedade de atualização das Plantas Genéricas de Valores (PGV) para valores de mercado a cada quatro anos, e a elaboração de relatórios gerenciais dos impostos municipais para melhorar o nível de transparência;

b) dentro de um programa de reforma tributária, fundir o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) em um único imposto imobiliário de base ampliada com finalidade fiscal e ambiental, legislado e administrado pelos próprios municípios; e

c) ampliar e flexibilizar as regras do Programa de Modernização das Administrações Tributárias (PMAT), de forma a melhor qualificar recursos humanos municipais, incentivar a formação de consórcios intermunicipais de administração tributária e limitar os colaterais do programa às receitas alavancadas como forma de reduzir o risco e atrair a adesão de mais municípios pequenos.

9.3 os setores de gestão, planejamento, finanças e obras

Os setores de Gestão, Planejamento, Finanças e Obras estão englobados na estrutura administrativa: Secretaria de Administração, de Finanças, de Viação e Obras, sendo de vital importância para a implantação e implementação do Plano Diretor. Entretanto vale a observação acima de implementação do organograma e alçadas de decisão, com uma fiscalização nesta área, o que hoje não ocorre.

9.4 O controle de patrimônio

Com as exigências do Tribunal de Contas o sistema de controle tem que ser constantemente atualizado e aprimorado de forma a atender as exigências na prestação de contas pela Contabilidade junto ao Tribunal.



9.5 Normas e trâmite de procedimentos administrativos e o arquivo de processos

Na grande maioria municípios pequenos e médios a edição de normas administrativas para o bom funcionamento dos vários setores da administração, a não ser os atos obrigatórios, é muito rara. A expedição de normas de procedimentos administrativos, dentro dos limites legais, é instrumento importante para dar eficiência e uniformidade ao desempenho das funções públicas. O exercício adequado só se consolidará através do conhecimento da equipe a respeito da importância destas normas, já que assim terão embasamento para a sua elaboração e prática.

A protocolização, tramitação e arquivamento dos requerimentos é um item importante da desburocratização dos procedimentos. O arquivamento dos requerimentos e processos deve ser feito num arquivo geral, de forma organizada e de fácil busca. Entretanto, a prática indica que alguns tipos de processos poderiam ser arquivados no próprio setor (ex. obras e licitações), porém os demais documentos devem ser centralizados para uma maior segurança e organização.

Particularmente, em relação ao Alvará de Licença para funcionamento de atividades no Município, o sistema não oferece dificuldades. O pequeno número de Alvarás expedidos não justifica um aumento de estrutura para atender a demanda.

9.6 Regime de previdência

O regime de previdência é pelo INSS.

9.7 Equipamentos de informática dos softwares

A situação em relação aos equipamentos pode ser considerada boa, entretanto em alguns setores precisa de atualização e um reforço de equipamento.

O Município possui um site, que terá suporte para a inclusão das necessidades do Plano Diretor.

9.8 Sistema de informação municipal

O município possui cadastro e/ou bancos de dados informatizados de: saúde, educação, contabilidade, funcionários, controle de execução de orçamento, cadastro imobiliário e mobiliário e folha de pagamento.



9.9 Repasses estaduais para o Município de Três Barras do Paraná

Em relação ao total dos repasses estaduais, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) principal fonte de recursos do governo estadual, o município de Três Barras do Paraná participou com os seguintes percentuais: 89,17% (2018); 90,10% (2019); 89,39% (2020) e 88,95% (2021), esta porcentagem é referente ao repasse líquido de ICMS, identificando um equilíbrio nos repasses comprovado com a média de 66,35% com esse comportamento, praticamente uniforme, ao longo dos quatro anos, o executivo municipal terá condições de estabelecer critérios e planejamento na utilização desses recursos transferidos pelo Estado. Considerando o período de 2018 a 2021, em valores nominais o ICMS líquido apontou crescimento significativo de 28,66%. A Tabela 33 expõe os dados descritos.

Tabela 33 – Repasses de Receitas ao Município de Três Barras do Paraná, em 2018-2021 (R\$)

Ano	ICMS*		Fundo de Exportação**	Royalties Petróleo***	IPVA****	Total Repasse Líquido
	Repassse Bruto	Repassse Líquido				
2018	14.532.501	11.626.001	201.852	3.582	1.206.866	13.038.301
2019	17.540.015	14.032.012	220.690	3.139	1.317.697	15.573.538
2020	17.247.162	13.797.730	225.610	3.173	1.409.661	15.436.174
2021	18.697.372	14.957.898	225.702	4.963	1.627.847	16.816.410
Média	17.004.262	10.095.414	218.464	3.714	1.390.518	15.216.106

* ICMS - valor referente a cota-parte do ICMS aplicada sobre o Índice de Participação do Município. Valor Líquido já deduzidos 20,00% para o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização aos Profissionais da Educação, e eventuais valores dados como garantia.

** Fundo de Exportação - cota parte do imposto (ICMS) sobre produtos industrializados de Estados exportadores. Valor divulgado corresponde ao valor líquido, já descontados FUNDEB e PASEP.

*** Royalties Petróleo - cota parte dos royalties - compensação financeira pela produção de petróleo. Lei 7.990/89.

**** IPVA - Repasse correspondente aos veículos licenciados no Município (50%) sem a dedução do FUNDEB. Não se fundamenta no Índice do FPM.

1)A partir de setembro de 2006, as informações sobre os valores repassados são de responsabilidade do Banco do Brasil.

Obs: Os valores das Transferências Constitucionais, da União para Estados e Municípios, estão disponíveis para consulta na Internet, através da página da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil.

http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp

<http://www.bb.com.br/appbb/portal/HomeGovernoMun.jsp>

Fonte: Governo do Estado (2022).

O município de Três Barras do Paraná ao longo dos quatro anos analisados, mostra que os valores líquidos de repasse do ICMS apontaram as seguintes variações sobre o ano imediatamente anterior: de 2018/2019 teve uma variação de 20,70%; o repasse de 2019/2020 a variação caiu cerca de 1,67% e finalmente no período de



2020/2021 houve crescimento de 8,41%. Fica evidente um decréscimo da arrecadação do ICMS líquido entre 2019 e 2020.

Por outro lado, o total líquido dos repasses do Estado, comparativamente ao mesmo período sinaliza que enquanto o ICMS líquido crescia 20,70% (2018/2019) o total líquido crescia 19,44%; em 2019/2020 o ICMS (líquido) decresce 1,67% enquanto o total líquido decresce 0,88% e finalmente, enquanto o ICMS líquido apontava crescimento de 8,41% no período 2020/2021 o total líquido de repasses estaduais aumentou 8,94% com percentual próximo do crescimento no repasse do ICMS líquido.

O IPVA é um fator relevante em termos de transferência do Estado para grande parte dos municípios, tem razoável representatividade financeira nos resultados participando em média de 9,14% do total das receitas em que a maior ocorreu em 2021 com 9,68%, ficando registrado com o melhor desempenho do período analisado, em contraste o ano de 2019 em que a participação foi de 8,46% o pior desempenho.

9.10 Valor adicionado do Município de Três Barras do Paraná

9.10.1 Comparativo: resumo dos índices do município (ICMS)

Os números apresentados na Tabela 34 mostram que Três Barras do Paraná apresentou vantagens comparativas considerando os valores nominais sobre os municípios de Catanduvas e Santa Tereza do Oeste no período de 2017 a 2020.

Entretanto, o município de Três Barras do Paraná apresentou o menor desempenho entre os três municípios, apresentando um decréscimo de 2,01% entre 2017-2020, enquanto que Catanduvas e Santa Tereza do Oeste aumentaram, respectivamente, 85,28% e 42,53%. O maior crescimento nos três municípios ocorreram no período de 2019/2020, no qual para Três Barras do Paraná aumentou 26,64%, para Catanduvas 46,46% e para Santa Tereza do Oeste 23,52%.

Tabela 34 – Comparativo Valor Adicionado: Ano Base, 2017-2020

Município	2017	2018	2019	2020
Três Barras do Paraná	626.100.337	415.011.739	484.459.656	613.539.946
Catanduvas	191.402.246	239.738.501	242.139.913	354.627.782
Santa Tereza do Oeste	332.051.704	352.477.522	383.160.038	473.285.420

Fonte: Governo do Estado do Paraná (2022b).



9.10.2 Evolução do Valor Adicionado e do Valor da Produção Agropecuária

O Comportamento econômico do município de Três Barras do Paraná, referente ao Valor Adicionado, apresentou algumas oscilações. A Tabela 35 aponta que no período de 2017-2018 houve um decréscimo de 33,71%, o mais significativo; já no período 2018-2019 o Valor Adicionado cresceu 16,73%; e no período de 2019-2020 o crescimento foi de 26,64%.

Já o valor da produção agropecuária apresentou comportamentos crescentes, no qual o período de 2017-2018 aumentou cerca de 6,12%; em 2018-2019 o crescimento foi de 9,03% e no período 2019-2020 o acréscimo foi mais significativo, 29,29% do valor da produção agropecuária.

Tabela 35 – Evolução do Valor Adicionado e Produção Agropecuária, 2017-2020.

Ano Base	Valor Adicionado ICMS	Variação (%)	Produção Agropecuária	Variação (%)
2017	626.100.337	-	359.367.648	-
2018	415.011.739	- 33,71	381.346.401	6,12
2019	484.459.656	16,73	415.775.951	9,03
2020	613.539.946	26,64	537.566.073	29,29

Fonte: Governo do Estado do Paraná (2022a).

Comportamento Financeiro

- O Valor Adicionado de 2018-2019 saiu de R\$415.011.739 para R\$484.459.656 com variação crescente de 16,73% contra o decréscimo de 33,71% do período anterior, levando a um ganho do poder aquisitivo da sociedade local.
- O Valor da Produção Agropecuária de 2019-2020 saiu de R\$415.775.951 para R\$537.566.073 aumentando 29,29%, em contraste com os crescimentos dos períodos anteriores, este último foi de forma expressiva. Essas referências, no mínimo, levam à reflexão da conduta e desempenho desses indicadores pelo valor expressivo que representa na composição da renda municipal.

9.11 Participação dos setores da economia no valor adicionado

9.11.1 Setor Primário

Os dados, conforme indica a Tabela 36, mostra informações onde sinaliza que o setor primário apresentou indiscutivelmente a maior participação no valor adicionado do



município em relação ao setor secundário e o setor terciário, com participação média de 59,96% durante os quatro anos analisados. A melhor participação deste setor foi no ano de 2017 com 70,65%, enquanto que a menor foi em 2019, com 50,59%.

Tabela 36 – Valor Adicionado dos setores da economia em relação ao município de Três Barras do Paraná, 2017-2020.

Ano	Município	Setores da Economia					
	Três Barras do Paraná	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%
2017	626.100.337	442.343.914	70,65	127.741.195	20,40	55.965.285	8,94
2018	415.011.739	229.207.958	55,23	143.308.118	34,53	42.196.189	10,17
2019	484.459.656	245.108.350	50,59	189.121.720	39,04	50.221.193	10,37
2020	613.539.946	365.938.302	59,64	202.661.282	33,03	44.940.362	7,32
Média	534.777.920	320.649.631	59,96	165.708.079	30,99	48.330.757	9,04

Fonte: Governo do Estado do Paraná (2022a).

Em relação ao ganho financeiro no setor primário, no período 2017-2018 houve um decréscimo considerável de 48,18%; já entre 2018-2019 o setor tornou a crescer, apresentando aumento de 6,94%; e o período de 2019-2020 apontou elevação considerável de 49,30%.

O resultado do período 2017-2018 requer cuidados e a busca incessante do aprimoramento e a conscientização do exercício empreendedor como sendo regra básica a ser aplicada para atender as exigências que a gestão pública cada vez mais eficaz e modernizada para enfrentar as dificuldades, apesar de que nos demais períodos o ganho financeiro foi significativo, notadamente, no período de 2019-2020 que atingiu a 49,30%.

9.11.2 Setor Secundário

O setor secundário apresenta a média de 30,99% de participação no valor adicionado do município durante o período de 2017-2020; o segmento apresenta a 2ª posição em termos de participação dos setores da economia local, buscando a consolidação econômica de Três Barras do Paraná demonstrada no potencial da indústria de transformação.



A maior participação do Setor Secundário em relação ao Valor Adicionado do Município foi durante o ano de 2019 atingindo 39,04% e o menor desempenho foi de 20,40% em 2017.

O ganho financeiro no período de 2017-2018 foi o crescimento positivo de 12,19%; 2018-2019 variação subiu 31,97% e 2019-2020 o aumento foi somente de 7,16%, justamente no período em que o setor primário apresentou crescimento de 49,30% e sua participação aumentou de 50,59% (2019) para 59,64% (2020). Além disso, o setor terciário também apresentou queda na participação, de 10,37% (2019) para 7,32% (2020).

9.11.3 Setor Terciário

Setor Terciário tendo o comércio como um de segmento de expressão na maioria dos pequenos municípios, nos anos de 2017-2020 foi o segmento econômico com a 3ª maior expressão econômica do município, com participação média de 9,04% na composição do Valor Adicionado do município Três Barras do Paraná, e pela importância socioeconômica, o município deverá definir políticas para o setor no sentido de fortalecimento para contemplar a consolidação na economia local e, desse modo, participar mais ativamente na distribuição e geração de renda, tendo em vista os baixos índices de participação ao longo dos quatro anos analisados.

A melhor participação desse setor no Valor Adicionado ocorreu no ano de 2019 com 10,37% e a menor foi em 2020 com 7,32%. O ganho financeiro do setor terciário durante o período de 2017-2018 decaiu cerca de 24,60%; entre 2018-2019 houve um crescimento de 19,02%; porém o último período analisado (2019-2020) voltou a apresentar queda de 10,52%.

9.12 Produção agropecuária no município

A participação da agropecuária de Três Barras do Paraná coloca o município com participação média de 18,40% do valor total da produção do Estado (Tabela 37). A proporção dos valores totais da produção agropecuária do município em relação a do Estado é significativa para o crescimento econômico do município.



Tabela 37 – Participação do valor total da Produção Agropecuária (2017-2020)

Ano Base	Três Barras do Paraná	Estado	Participação do município no Estado (%)
2017	359.367.348	85.307.625.872	23,72
2018	381.346.401	89.780.923	23,54
2019	415.775.951	98.083.037.802	23,59
2020	537.566.073	128.273.431.151	23,86
Média	289.122.425	77.938.468.937	18,40

Fonte: Governo do Estado do Paraná (2022a).

No Estado do Paraná o setor primário, considerando o ano de 2020, representou 24,73% do total do valor adicionado, isto quer dizer, que outros setores da economia: a indústria (setor secundário) com 40,86% e o comércio (setor terciário) com 34,40% tem maior representatividade financeira direta, porém o setor primário abastece o desenvolvimento do Estado devido a cadeia econômica de origem na agropecuária. A Tabela 38 apresenta os dados acima.

Tabela 38 – Participação dos setores primário, secundário e terciário no Valor Adicionado do Estado do Paraná, em 2020

Estado do Paraná	2020	Participação dos setores (%)
Valor Adicionado Total	359.000.400.873	-
Valor Adicionado produção primária	88.796.900.269	24,73
Valor Adicionado produção secundária	146.693.749.567	40,86
Valor Adicionado produção terciária	123.509.751.037	34,40

Fonte: IPARDES (2022a).

Em nível estadual, considerando o PIB a preços correntes de 2019, o setor agropecuário participa com 7,36%; a indústria com 22,68% e o comércio com 45,13% o equilíbrio na distribuição dos valores torna-se um parâmetro que proporciona a visualização de uma distribuição eficiente dos recursos entre os setores: primário e principalmente nos setores: secundário e terciário (IPARDES, 2022).



REFERÊNCIAS

ANJOS, L. A avifauna da Bacia do Rio Tibagi. In: MEDRI, M. E. *et al.* (Ed.). **A bacia do Rio Tibagi**. Londrina: Editora do Autor, 2002. p. 271-290.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Guia para implementação do Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo: Guia para a Elaboração pelos Municípios e Cidadãos**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de julho de 2001.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 1979.

BRASIL. **Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999**. Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). Diário Oficial da União, Brasília, 1 de fevereiro de 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.932, de 3 de agosto de 2004**. Altera o art. 4º da Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências". Diário Oficial da União, Brasília, 4 de agosto de 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.446, de 5 de janeiro de 2007**. Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de janeiro de 2007.

FERRARI, C. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Consulta ao índice de participação dos municípios no ICMS**. 2022a. Disponível em: <http://www.fazenda.pr.gov.br/Pagina/IPM-no-ICMS>. Acesso em: 18 de mar. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Repasse do governo estadual aos municípios**. 2022b. Disponível em: <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/4/100?origem=4>. Acesso em: 18 de mar., 2022.



IAPAR (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ). **Atlas Climático**. 2022. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Atlas-Climatico>. Acesso em: 21 de mar., 2022.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Geociências**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 21 de mar. 2022.

IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **Atlas de necessidade habitacionais**. Curitiba, 2000.

IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **Base de dados do Estado**. 2022a. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 19 de mar., 2022.

IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **Caderno estatístico: município de Três Barras do Paraná**. 2022b. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85485&btOk=ok>. Acesso em: 23 de mar., 2022.

IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **Leituras Regionais: Mesorregião geográfica oeste paranaense**. Curitiba: IPARDES/BRDE, 2004.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). **Panorama do IPTU: um retrato da administração tributária em 53 cidades selecionadas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

MASCARÓ, J. L. **Infraestrutura urbana**. Porto Alegre: J. Mascaró, 2005.

MASCARÓ, J. L. **Loteamentos urbanos**. Porto Alegre: J. Mascaró, 2005.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 100, jan./jun. 2001, p. 27-57.

PALHARES, J. M. **Superfícies aplanadas do planalto de Guarapuava: transecto leste-oeste de Guarapuava a Foz do Iguaçu entre os rios Iguaçu e Piquiri**. Tese (Doutorado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**. Termo de Referência. Curitiba, 2006.



PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Lista vermelha de animais ameaçados de extinção no Paraná**. Curitiba, 1995.

PERACCHI, L. A.; ROCHA, V. J.; LIMA, I. P. Mamíferos não voadores da bacia do rio Tibagi. In: MEDRI, M. E. *et al.* (Ed.). **A bacia do Rio Tibagi**. Londrina: Editora do Autor, 2002. p.225-249.

PLANO DIRETOR. Plano Diretor Municipal de Três Barras do Paraná. Governo do Estado do Paraná, 2008. Disponível em: <https://www.tresbarras.pr.gov.br/pdm/vigente/plano-diretor-municipal>. Acesso em: 23 de mar., 2022.

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA (PMC). **Lei nº 2100/2021, 07 de julho de 2021**. Súmula: aprova o Plano Municipal da Cultura, (PMC) do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.tresbarras.pr.gov.br/attachments/article/11425/LEI%20N%C2%B0%202100-2021.pdf>. Acesso em: 23 de mar., 2022

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME). **Lei nº 1268/15, 19 de junho de 2015**. Súmula: aprova o Plano Municipal de Educação, (PME) do município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná - PME e dá outras providências. Disponível em: <https://tresbarras.pr.gov.br/attachments/article/7688/Lei%20n%C2%BA%201268-2015%20com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20dada%20pela%20Lei%20n%C2%BA%201731-2018.pdf>. Acesso em: 23 de mar., 2022

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). **Atlas de desenvolvimento humano dos municípios**. Disponível em < <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/atlas-do-desenvolvimento-humano/atlas-dos-municipios.html>>. Acesso em: 26 de maio, 2008.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). **Consulta em tabela**. 2022. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 18 de mar., 2022.

SANEPAR. **Tarifa social - água solidária**. 2021. Disponível em: <https://site.sanepar.com.br/clientes/tarifa-social-da-sanepar>. Acesso em: 22 de mar., 2022.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Valor bruto da produção**. 2022. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/vbp>. Acesso em: 18 de mar., 2022.

SECRETARIA DA SAÚDE. **10ª Regional de Saúde – Cascavel**. 2022. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/10a-Regional-de-Saude-Cascavel>. Acesso em: 21 de mar., 2022.